

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Mariana De Mattia Rocha

**A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA MINEIRA:
análise da trajetória de vida das deputadas estaduais eleitas em 2018**

Belo Horizonte

2021

Mariana De Mattia Rocha

**A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA MINEIRA:
análise da trajetória de vida das deputadas estaduais eleitas em 2018**

Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Dr.^a Yumi Garcia dos Santos

Belo Horizonte

2021

301 Rocha, Mariana De Mattia.
R672i A inserção da mulher na política mineira [manuscrito] :
2021 análise da trajetória de vida das deputadas estaduais eleitas
em 2018 / Mariana De Mattia Rocha. - 2021.
131 f. : il.
Orientador: Yumi Garcia dos Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.Sociologia – Teses. 2.Relações de gênero – Teses.
3.Mulheres - Teses . 4.Eleições - Teses. I. Santos, Yumi Garcia dos. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



PPGS UFMG
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - FAFICH

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

MARIANA DE MATTIA ROCHA

Aos 08 (oito) dias do mês de Setembro de 2021 (dois mil e vinte e um), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada: **“AINSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA MINEIRA: análise da trajetória de vida das deputadas estaduais eleitas em 2018”**. A banca foi composta pelos (as) professores (as) doutores (as) **Yumi Garcia dos Santos** (Orientadora – DSO/UFMG), **Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro** (DSO/UFMG) e **Pedro Augusto Gravatá Nicoli** (FD/UFMG).

Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

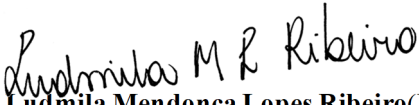
Aprovação (x)

Reprovação da Dissertação ()

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 08 de setembro de 2021.


Profa. Dra. Yumi Garcia dos Santos (Orientadora – DSO/UFMG)


Profa. Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (DSO/UFMG)


Prof. Dr. Pedro Augusto Gravatá Nicoli (FD/UFMG)

À minha mãe, Adelaide De Mattia, meu grande exemplo e
inspiração. Acadêmica brilhante e mulher à frente do seu
tempo, que conciliou, com maestria, a criação das filhas e sua
luta para estar no espaço público, produzir conhecimento e
construir sua carreira profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Adelaide De Mattia e Geraldo Marcial da Rocha, pelo apoio incondicional, por acreditarem na minha capacidade e me fornecerem todas as condições para escolher, sonhar e realizar meus projetos.

À minha tia, Ana Lúcia De Mattia, por todo o apoio nessa caminhada e por ser um grande exemplo na Academia e na vida.

À minha irmã, Alessandra De Mattia Rocha, pela parceria e apoio.

Ao Felipe Aragão Teodoro Silva, pelo apoio, auxílio, parceria e compreensão.

À minha orientadora Yumi Garcia dos Santos, pelos ensinamentos e por guiar minha trajetória com sugestões brilhantes e serenidade, me fazendo acreditar que este trabalho seria possível.

RESUMO

Ainda que hoje se perceba uma grande movimentação social de luta pelo reconhecimento da mulher enquanto sujeito político, a necessária e efetiva representatividade política feminina ainda se encontra distante de ser alcançada. Identificar como as desigualdades sociais enfrentadas, o preconceito e a exclusão operam, nesse contexto, fornece subsídios e mecanismos que podem auxiliar na melhor compreensão da sociedade e romper com o estado de segregação de gênero existente no cenário político brasileiro. O presente estudo consiste em uma análise crítica reflexiva, baseada nas trajetórias de vida das Deputadas Estaduais de Minas Gerais eleitas em 2018, apuradas por meio da história oral e da análise documental. Buscou-se, em meio aos relatos, a lógica das ações que possibilitaram a eleição dessas mulheres para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Assim, emerge a questão: como as parlamentares, apesar das adversidades, conseguiram se eleger? Foram sujeitos da pesquisa 09 (nove) Deputadas Estaduais eleitas em 2018 e os dados biográficos foram coletados tanto no site da ALMG, como em sites pessoais e redes sociais. Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas com as 05 (cinco) deputadas que aceitaram participar da pesquisa e para tanto foram utilizados os princípios da metodologia de análises de trajetórias, proposta por Claude Dubar. Os resultados foram analisados por meio de categorias analíticas estabelecidas *a priori* conforme a literatura e outras categorias analíticas obtidas a partir das entrevistas. Evidenciou-se que essa foi a maior bancada feminina da ALMG desde sua criação e a primeira a contar com mulheres negras, três no total. A faixa etária está entre 31 a 57 anos; há uma grande diversidade relativa ao estado civil e filhos; a religião predominante foi a religião católica, sendo que a prática religiosa em si e a militância religiosa aparecem como capital associativo relevante; todas ingressaram na carreira política tendo concluído o curso superior e com experiências profissionais prévias. O valor dado ao capital educacional, por elas e por suas famílias, merece destaque e pode ser apontado como um fator que lhes conferiu preparo e articulação e possibilitou sua entrada na ALMG. A importância que elas atribuem à família demonstra o impacto desse fator em suas carreiras políticas. No percurso político das Deputadas aparecem os impactos do sistema eleitoral brasileiro e quando analisamos a escolha do partido ou migração partidária, foi possível perceber que não se dá necessariamente por uma identificação ideológica, mas sim por ser o partido do mentor político ou por um interesse do partido em tê-las como candidatas. Essas mulheres apresentam capitais prévios diversos, como capital associativo, institucional, familiar e educacional, sendo que a política não aparece em seus percursos como um projeto de vida, mas como uma consequência

de suas trajetórias de vida e de seus desejos de ocuparem o espaço público, o que condiz com a literatura sobre o tema.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero. Carreiras políticas. Trajetória. Sucesso eleitoral. Estratégias.

ABSTRACT

Although today we can see a great social movement for the recognition of women as political subjects, the necessary and effective political representation is still far from being achieved. Identifying how social inequalities, prejudice, and exclusion operate in this context provides subsidies and mechanisms that can help in a better understanding of society and break with the state of gender segregation existing in the Brazilian political scenario. The present study is a critical reflective analysis, based on the life trajectories of the State Representatives of Minas Gerais elected in 2018, ascertained through oral history and documentary analysis. The logic of the actions that made possible the election of these women to the Legislative Assembly of Minas Gerais was sought, in the midst of the accounts. Thus, the question emerges: how did the legislators, despite the adversities, manage to get elected? The research subjects were 09 (nine) State Deputies elected in 2018 and the biographical data were collected both on the ALMG website and on personal websites and social networks. In a second moment, interviews were conducted with the 05 (five) deputies who agreed to participate in the research and for that the principles of the methodology of trajectory analysis, proposed by Claude Dubar, were used. The results were analyzed through analytical categories established a priori according to the literature and other analytical categories obtained from the interviews. It was evident that this was the biggest female bench of the ALMG since its creation and the first to have black women, three in total. The age range is between 31 and 57 years old; there is a great diversity regarding marital status and children; the predominant religion was Catholic, and the religious practice itself and religious militancy appear as relevant associative capital; all of them entered the political career having finished college and with previous professional experiences. The value given to the educational capital, by them and their families, deserves to be highlighted and can be pointed out as a factor that gave them preparation and articulation, and made possible their entry in the ALMG. The importance they give to the family demonstrates the impact of this factor in their political careers. When we analyzed the choice of party or party migration, it was possible to notice that it does not necessarily happen because of an ideological identification, but because it is the party of the political mentor or because the party is interested in having them as candidates. These women present several previous capitals, such as associative, institutional, family, and educational capital, and politics does not appear in their paths as a life project, but as a consequence of their life trajectories and their desires to occupy the public space, which is consistent with the literature on the subject.

Keywords: Gender inequality. Political Careers. Life trajectory. Electoral success. Strategies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro com o percentual de mulheres eleitas nas eleições de 2016, 2018 e 2020 de acordo com o TSE	14
Figura 2 – Quadro com as estatísticas eleitorais de 2018 de acordo com o TSE	34
Figura 3 – Deputada Estadual Rosângela Reis	54
Figura 4 – Celise Barreiros Laviola Cabral de Lira.....	57
Figura 5 – Sheila Aparecida Pedrosa de Mello Oliveira	62
Figura 6 – Ana Paula Siqueira	68
Figura 7 – Laura Serrano	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características pessoais das Deputadas Estaduais mineiras no momento da eleição em 2018	38
Quadro 2 – Formação acadêmica, ocupação profissional e patrimônio declarado pelas Deputadas Estaduais mineiras no momento da eleição em 2018	40
Quadro 3 – Filiação político partidária das Deputadas Estaduais mineiras no momento da eleição em 2018	41
Quadro 4 – Capital Institucional das Deputadas Estaduais mineiras eleitas em 2018	43
Quadro 5 – Capital familiar das Deputadas Estaduais mineiras eleitas em 2018.....	44
Quadro 6 – Capital associativo das Deputadas Estaduais mineiras eleitas em 2018	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição histórica da ALMG por gênero de 1947 a 2023.....	36
Tabela 2 – Recursos de campanha declarados perante o TSE, número de votos e colocação por número de votos entre os eleitos.....	42

LISTA DE SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ART – Artigo
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais S.A (CEMIG)
CF/88 – Constituição Federal de 1988
COVID -19 – *Corona Vírus Disease 2019*
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central dos Estudantes DEM – Partido Democratas
EC – Emenda Constitucional
FMB – Federação das Mulheres do Brasil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDG – Índice de Desigualdade de Gênero
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IME – Instituto Militar de Engenharia
IPU – *Inter-Parliamentary Union*
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MPG – Medida de Participação Segundo o Gênero
NOVO – Partido Novo
ONU – Organização das Nações Unidas
PGR – Procuradoria-Geral da República
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PODE – Partido Podemos
PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PRS – Partido das Reformas Sociais
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSL – Partido Social Liberal.
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PV – Partido Verde

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

SERTEP – Serviço Educacional Técnico e Profissionalizante

STF – Supremo Tribunal Federal

TRE MG – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

TRE PI – Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DESCRIÇÃO METODOLÓGICA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
3	HISTÓRICO DO PROCESSO DE INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA.....	22
4	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS – ALMG	29
5	RECONSTITUIÇÃO DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS DEPUTADAS ESTADUAIS MINEIRAS ELEITAS EM 2018	33
5.1	Cenário político nacional e estadual em que as Deputadas Estaduais mineiras foram eleitas em 2018.....	33
5.2	Mulheres na ALMG	35
5.3	Características socioeconômicas das Deputadas.....	37
5.4	Trajетórias das Deputadas eleitas para a 19ª Legislatura da ALMG, segundo Dubar.....	48
5.4.1	Rosângela Reis, 58 anos, Partido Podemos - PODE.....	49
5.4.2	Celise Barreiros Laviola Cabral de Lira, 60 anos, Partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB	54
5.4.3	Sheila Aparecida Pedrosa de Mello Oliveira, 42 anos, Partido Social Liberal - PSL.....	57
5.4.4	Ana Paula Siqueira, 41 anos, Partido Rede Sustentabilidade	63
5.4.5	Laura Serrano, 34 anos, Partido Novo	68
6	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	74
6.1	Família de origem e a família que advém do casamento	74
6.2	Religião crença/prática e militância religiosa	84
6.3	Educação e trabalho	86
6.4	Percurso político.....	92
6.5	Marcadores sociais da diferença	105
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	123
	APÊNDICE B – CARTA APRESENTAÇÃO E CONVITE PARA A ENTREVISTA ...	124
	APÊNDICE C – ROTEIRO BASE ADAPTADO À CADA DEPUTADA DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES OBTIDAS PREVIAMENTE	125
	APÊNDICE D – ROTEIRO GERAL DE PERGUNTAS ADAPTADO PARA CADA ENTREVISTADA COM INFORMAÇÕES PREVIAMENTE OBTIDAS.....	126

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) representa um grande avanço em relação à busca pela igualdade de gênero. Nela se expressa os princípios norteadores do Estado Democrático de Direito, o qual se baseia na dignidade humana e visa a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, assim como, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça e sexo (art. 1º, I e 3º, I e IV, da CF/88) (BRASIL, 1988).

Entretanto, a realidade vivenciada pelas mulheres brasileiras ainda está muito distante daquela idealizada pelos legisladores constituintes. A isonomia pretendida parece não ter sido alcançada, seja no âmbito político ou social, e o Estado de proteção se faz deficiente, garantindo apenas uma igualdade formal entre os gêneros. Assim, apesar de terem se passado mais de três décadas da promulgação da Carta Constitucional, ainda é necessário que se busque, também, a garantia da igualdade material de gênero, ou seja, uma igualdade real, vivenciada de fato no dia a dia das mulheres brasileiras (BAHIA, 2017).

A democracia pressupõe o diálogo, a representatividade e a exposição de pontos de vista diversos, ou seja, para que ela de fato ocorra é imprescindível o reconhecimento de todos os integrantes da sociedade, como iguais, no debate político. E isto somente se torna possível quando se garante o real envolvimento dos diversos grupos e o reconhecimento da pluralidade que eles compõem, o que demanda igualdade de participação política, com diálogo institucional e interação pública. Ou seja, para que haja compatibilização e coexistência justa e saudável entre os diversos atores sociais é necessário que todos estejam dispostos a ouvir e colaborar (CAMILLOTO, 2016).

Ainda que a democracia presuma pluralismo e, conseqüentemente, igualdade de gênero, nossa sociedade é androcêntrica e cotidianamente impõe papéis de gênero que sobrecarregam e negam direitos às mulheres (MAGALHÃES, 2016). Assim, para que se alcance uma sociedade mais justa e democrática é preciso que se oportunizem e promovam espaços que possibilitem às mulheres participar mais ativamente das tomadas de decisão, onde suas demandas sejam ouvidas e atendidas, reconhecendo-as como sujeitos no cenário político-social.

O estudo Indicadores e Índices de Desenvolvimento Humano: Atualização Estatística 2019, lançado mundialmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) identificou que o Brasil apresentou melhora no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ocupando atualmente a posição 79 no ranking de 189 países. Contudo, o Relatório de

Desenvolvimento Humano (RDH) evidenciou que as desigualdades persistem, apontando que a baixa participação política e econômica das mulheres impacta negativamente no índice de igualdade (PNUD, 2019).

O PNUD também apresenta o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), que se baseia 3 dimensões: o trabalho, que inclui o indicador da participação da força de trabalho; a capacitação, que avalia os indicadores da realização educativa e da representação parlamentar, e, finalmente, a saúde reprodutiva, que remete aos indicadores da fertilidade adolescente e da mortalidade materna (PNUD, 2021). Em 2020, o Brasil ficou em 84º lugar entre os 189 países analisados no IDG. No mesmo sentido, apresenta-se a Medida de Participação Segundo o Gênero (MPG), a qual consiste em um indicador de desenvolvimento humano, capaz de avaliar quais são os níveis de participação social de homens e mulheres. São analisados três indicadores: participação na tomada de decisões políticas de uma Nação; participação e tomada de decisões no campo econômico; e do controle e uso dos recursos econômicos, como a identificação da média salarial de homens e mulheres (PNUD, 2006).

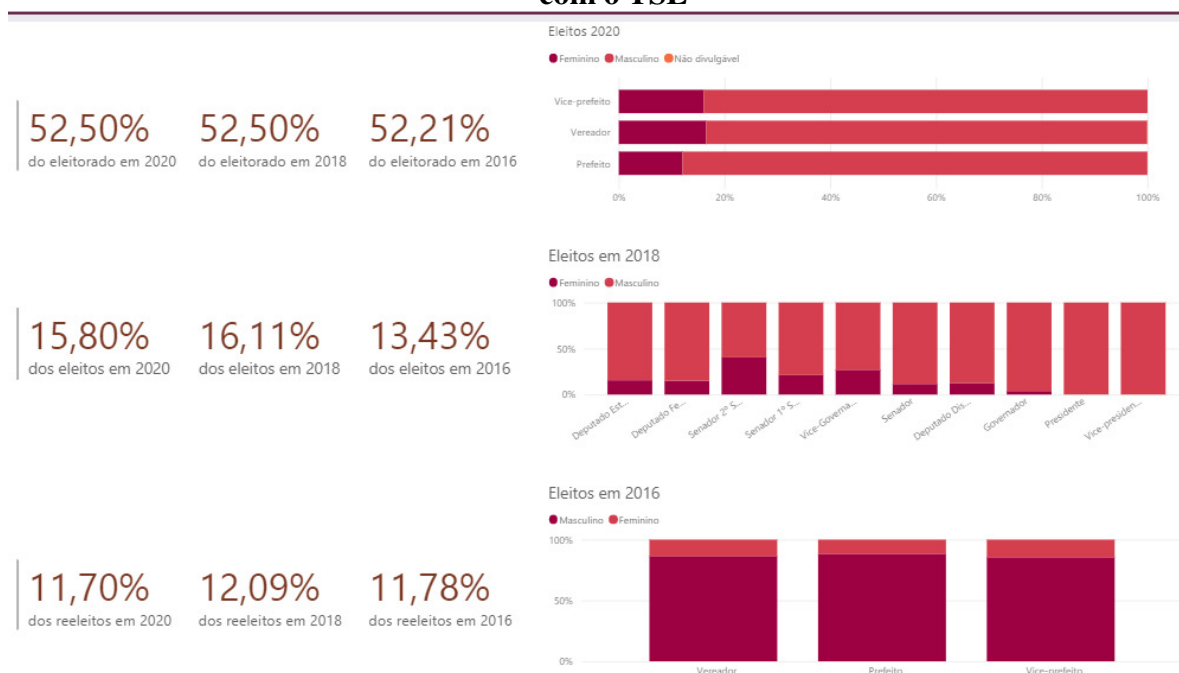
Há ainda o *Global Gender Gap Index* (World Economic Forum, 2021) e os rankings de representação de mulheres pelo mundo, elaborados pelo *Inter-Parliamentary Union* (IPU) mapeamentos internacionais que demonstram baixa representatividade política feminina no Brasil, ainda mais quando comparado a outros países (IPU, 2019).

No geral, esses indicadores demonstram que, apesar das mulheres terem melhores condições de saúde e educação em relação aos homens, elas estão abaixo deles quando o assunto é renda bruta e participação política (FIEMS, 2019). Dessa forma, ainda que a simples presença da mulher no espaço político não seja garantia da defesa das pautas femininas, o fato de levar diversidade para o Parlamento traz pluralidade de vozes, o que lança luz sobre o debate e o enriquece.

A participação política é um dos pilares da democracia representativa. Todavia, no Brasil, a presença feminina em cargos eletivos está muito aquém do suficiente e necessário para garantir paridade. Conforme dados elaborados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disponíveis no site de seu programa de fomento à participação política feminina, o Participa Mulher as mulheres representam apenas 13,43% dos candidatos eleitos no pleito de 2016, 16,11% em 2018 e 15,80% em 2020 (TSE, 2021).

Ainda segundo os dados verificados pelo TSE, as mulheres compuseram, nas eleições de 2016, 2018 e 2020, mais de 52% do eleitorado brasileiro, o que expõe, mais uma vez, a discrepância entre o tamanho da população feminina eleitora e o número de mulheres ocupando as cadeiras do Poder Legislativo Brasileiro.

Figura 1 – Percentual de mulheres eleitas nas eleições de 2016, 2018 e 2020 de acordo com o TSE



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE (TSE 2021).

Em relação à eleição de Deputados Estaduais em 2018, o TSE apurou que, em todo o território nacional, das 1.035 cadeiras, apenas 15,56%, ou seja, 161 são do sexo feminino (TSE, 2021). O Estado que reúne a maior proporção de Deputadas é o Amapá, contudo elas representam apenas 1/3 do total de representantes no Poder Legislativo estadual. Roraima vem em seguida, tendo eleito 7 Deputadas, o que corresponde a 29% das cadeiras. Já a região Centro-Oeste apresenta a menor participação feminina nas Assembleias, contando com somente 7 Deputadas Estaduais entre 113 cargos disponíveis. Destaca-se que o Mato Grosso do Sul, por exemplo, não tem mulheres entre os 24 deputados estaduais eleitos (TSE, 2021).

No estado de Minas Gerais, as mulheres representam número expressivo do eleitorado, sendo que, nas eleições de 2018, representavam 52% (cinquenta e dois por cento) dos eleitores (TRE MG, 2020). Tal cenário não trouxe a garantia de que mais mulheres seriam eleitas, mas permitiu que, em 2018, a ALMG tivesse o maior número de mulheres eleitas em sua história.

Não obstante ao contexto político-social brasileiro, o qual apresenta grande resistência à presença feminina nos espaços públicos, emerge a questão: como as parlamentares, apesar de todas as adversidades e dificuldades de entrada na vida política das mulheres no Brasil, conseguiram se eleger? Quais foram os desafios enfrentados por estas mulheres e quais as estratégias assumiram para alcançar seus objetivos?

Na intenção de compreender os mecanismos utilizados por essas mulheres para se elegerem e romperem a barreira de gênero, fundada no patriarcado, buscou-se com este estudo conhecer as trajetórias das parlamentares eleitas em 2018 para a ALMG. Cabendo destacar que a escolha do Estado de Minas Gerais se deu por uma questão geográfica e pela relevância do Estado no cenário nacional em termos políticos e econômicos.

Assim, o objetivo central da pesquisa foi buscar as lógicas das ações sociais para a concretização da representatividade feminina, por meio da análise das trajetórias de vida das Deputadas Estaduais de Minas Gerais, considerando o contexto pessoal e as influências que as levaram a ocupar esse lugar.

Ao analisar a trajetória de vida dessas mulheres pretendeu-se compreender como elas obtiveram sucesso em acessar um espaço majoritariamente ocupado por homens. Bem como, buscou-se apreender quais os fatores sociais influenciaram positiva e/ou negativamente nessa carreira política e no caminho traçado por elas para alcançar o sucesso eleitoral.

Nesse processo de análise, em que se buscou pelos fatores comuns nos contextos pessoais dessas mulheres, não se olvidou das características individuais que representam a heterogeneidade do grupo e que expõem as opressões diversas sofridas pelas parlamentares. Reconhecer que essas mulheres não compõem um grupo universal e que não há uma unicidade no feminino, foram algumas das preocupações desse estudo, que valoriza a individualidade das lutas e dos caminhos traçados.

Com a finalidade de elucidar os fatores sociais que dificultam e/ou incrementam a participação política da mulher no cenário mineiro, partiu-se da análise de trajetórias de sucesso, a fim de contribuir para o entendimento do contexto atual da política mineira. Da mesma forma, procurou-se analisar criticamente os progressos alçados ao longo dos últimos anos, em relação à representatividade política feminina, na ALMG, relacionando-os aos desafios apurados nas trajetórias dessas parlamentares.

Assim, pretendeu-se abordar a trajetória de vida de Deputadas eleitas, passando pela família, educação formal, formação política, vivências pessoais entrecruzadas com questões de raça e classe, para, então, traçar um paralelo entre os fatores sociais encontrados nas trajetórias que influenciaram diretamente a participação política dessas mulheres. Entender como essas mulheres alcançaram espaço na Assembleia Legislativa mineira e se inseriram efetivamente no debate político é de extrema relevância para que se entenda como é possível romper a segregação de gênero na política.

Importante frisar que a necessidade de que fossem identificados os desafios encontrados por elas sem se anular as nuances individuais, pois o grande desafio, em garantir a representatividade do grupo, está em não se apagar os diversos indivíduos existentes na pluralidade social, tratando-os como interlocutores integrais nas interações que ocorrem neste contexto.

Cumprido ressaltar que, na análise dos processos vivenciados por essas mulheres para ocuparem o espaço político, buscou-se analisar, principalmente, quais os capitais estavam envolvidos na sua trajetória e no seu sucesso eleitoral. Os capitais associativo, institucional, familiar e educacional, amplamente trabalhados pelos estudiosos da representação política feminina, como Araújo (2010) e Brighenti e Marquez (2019), foram basilares nesta pesquisa.

Assim, optou-se por trazer, primeiramente a descrição metodológica utilizada na pesquisa e os contornos do seu campo. Em seguida, traçou-se o histórico da participação política feminina no Brasil, bem como a história da ALMG, com o intuito de demonstrar a evolução da presença de mulheres na política brasileira. Passou-se então para a reconstituição das trajetórias das Deputadas Estaduais mineiras eleitas em 2018 e, por fim, foram analisadas as entrevistas colhidas, sob a luz da literatura relativa ao tema.

2 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA E PROBLEMA DE PESQUISA

A participação feminina na tomada de decisão enriquece o debate e traz novas demandas, antes negligenciadas (MATOS, 2011), sendo de grande relevância entender como as mulheres que conseguiram entrar e permanecer na vida política fizeram para romper a estrutura patriarcal (im)posta, que dificulta o acesso de tantas outras.

O presente estudo consiste em uma análise crítica reflexiva, baseada nas trajetórias de vida das Deputadas Estaduais de Minas Gerais eleitas em 2018, apuradas por meio da história oral e da análise documental. Buscou-se, em meio aos relatos, a lógica das ações que possibilitaram a eleição dessas mulheres para a ALMG, a fim de identificar possíveis caminhos, para se ampliar a representatividade feminina.

Claude Dubar (1998), em seu texto “Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos”, aponta que a análise sociológica de trajetórias individuais permite acessar o processo identitário individual, o qual se apreende a partir de produções de linguagem, por meio da (re)construção subjetiva de uma definição de si. Assim, por meio da análise da trajetória de vida, apurada através do relato do próprio indivíduo, é possível acessar a “identidade pessoal” (o que sou/gostaria de ser) e a “identificação social” (como sou definido/o que dizem que sou), o que permite inúmeros desdobramentos e caracterizar as teorias da socialização na literatura das ciências sociais (DUBAR,1998).

O uso do termo identidade na sociologia pressupõe que a identidade social remete às categorias que atualizam um “estatuto principal” (HUGHES, 1996), como, por exemplo, uma profissão, e, portanto, as categorizações que o exprimem.

De acordo com Dubar (1998), tal metodologia permite abordar duas categorias, trajetórias objetivas e trajetórias subjetivas, enquanto método quantitativo e qualitativo, na busca das identidades.

A "trajetória objetiva" é definida como sequência das posições sociais ocupadas durante a vida, medida por categorias estatísticas e condensada numa tendência geral (ascendente, descendente, estável etc.); em contraste, a "trajetória subjetiva" é expressa em diversos relatos biográficos, por meio de categorias inerentes remetendo a "mundos sociais" e condensável em formas identitárias heterogêneas. Confrontar ambas as análises tomam toda sua importância ao se tentar

apreender identidades sociais como processos ao mesmo tempo biográficos e institucionais. (DUBAR, 1998)

Dessa forma, para este estudo, utilizou-se como metodologia a análise das trajetórias objetivas e subjetivas, as quais se apoiaram, tanto nos dados sobre as posições sociais, obtidos em diversos meios públicos de informação, como nos processos identitários individuais, partindo do relato do próprio percurso pelo indivíduo, por meio de uma entrevista de pesquisa (DUBAR, 1998).

A análise das trajetórias trata-se de uma metodologia que “privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo” (ALBERT, 2013, p.24). As entrevistas são documentos, expõem as formas como o passado foi apreendido e interpretado, não os fatos como efetivamente ocorreram). Admite-se que o depoente apresente falhas de memória ou distorção da realidade no seu relato, pois o importante é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando-se por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e por que razão e em que medida sua concepção difere ou não das de outros depoentes (ALBERT, 2013).

Tal entrevista, definida como um diálogo focado no sujeito, permite a construção linguística de uma ordem categorial, que organiza o discurso biográfico e lhe confere um significado social (DUBAR, 1998).

Dessa forma, as trajetórias subjetivas são como enredos, postos em palavras pela entrevista biográfica e formalizados pelo esquema lógico, reconstruído pelo pesquisador, por meio da análise semântica, baseando-se, por exemplo, na análise estrutural das narrações (BARTHES, 1981). Elas permitem compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu e estabelecer relações entre o geral e o particular, por meio da apreciação comparativa de diferentes testemunhos (ALBERT, 2013).

Trata-se de uma metodologia que permite o diálogo com o pesquisador, que pode apreender relances, retomadas, jeitos de falar, e alcançar a lógica cognitiva, afetiva, pessoal e social do entrevistado, reconstruída por ele próprio, para dar conta dos acontecimentos considerados significativos nesse percurso (RICOEUR, 1984 *apud* DUBAR, 1998).

A entrevista permite a organização pessoal de categorias e procedimentos interpretativos que manifestam a interiorização de um ou mais “universos de crença”, o que permite o

reconhecimento da estrutura social em geral e dos mais diversos campos da prática social (familiar, escolar, profissional, relacional) (CICOUREL, 1992 apud DUBAR 1998).

De acordo com os sociólogos cognitivistas, a fala envolve dispositivos de categorização e procedimentos interpretativos que remetem a universos lógicos que estruturam as identidades narrativas (DUBAR,1998).

Importante ressaltar que a busca da trajetória subjetiva é duplamente limitada, segundo Dubar (1998), seja pelas categorias lexicais disponíveis e pelas regras sintáticas, seja pelo contexto da entrevista e pelas perguntas do pesquisador, o que permite delimitar, a partir dos depoimentos colhidos, de maneira indutiva, tipos de argumentação, disposições típicas e configurações significativas de categorias, que o autor chama de formas identitárias. O autor evidencia, ainda, a diferença da abordagem subjetiva de trajetórias entre os gêneros.

Nas sociedades contemporâneas, a trilogia formação/emprego/trabalho parece ser a mais estruturante dos "espaços-tempos" individuais e, portanto, da maneira segundo a qual as pessoas – especialmente os homens - "narram sua vida" e categorizam suas situações sucessivas quando assim solicitadas para fins de pesquisa. Pesquisas recentes mostram que as mulheres misturam com muito mais frequência o universo doméstico a este universo profissional. (DUBAR, 1998, p. 05).

Assim, as trajetórias subjetivas são utilizadas para compreender os discursos biográficos como processos identitários individuais, “por meio dos quais as crenças e as práticas dos membros de uma sociedade contribuem para inventar novas categorias, modificar as antigas e reconfigurar permanentemente os próprios quadros de socialização” (DUBAR,1998, p.06).

É certo que as formas identitárias não são estáveis, preexistentes às dinâmicas sociais que as constroem, são, na verdade, ferramentas de análise das formas provisórias de inteligibilidade, construídas pelo sociólogo, para “dar conta da maneira segundo a qual os membros dão conta de suas práticas” (GARFINKEL, 1967 apud DUBAR, 1998, p.07).

Diante desse contexto teórico, para o desenvolvimento desta pesquisa, adotou-se o método que privilegia a trajetória subjetiva, sem desconsiderar os processos objetivos contextuais, utilizando entrevistas e análise documental, a fim de apurar os processos indenitários individuais e a concepção do social.

Para atender o objetivo da pesquisa, que perpassa por identificar quem são as mulheres eleitas para o cargo de Deputada Estadual e compreender como conseguiram alcançar o cargo, este estudo teve como campo empírico a Assembleia legislativa de Minas Gerais (ALMG). Foram

sujeitos da pesquisa as 09 Deputadas Estaduais eleitas em 2018, as quais foram convidadas, por meio de contato com suas assessorias, a participarem das entrevistas.

Importante frisar que o estudo foi realizado em um período atípico e inédito, ao qual diversos pesquisadores estão tentando se adaptar e desenvolver novas formas de coleta de dados, ante à pandemia por COVID-19. As restrições sanitárias e o isolamento social imposto pelas circunstâncias influenciaram demasiadamente nesta pesquisa.

Evidencia-se que o trabalho de campo, especialmente, foi comprometido, uma vez que o acesso às dependências da ALMG e, conseqüentemente, aos dados e às parlamentares foi dificultado, pois o prédio foi fechado para o público em geral.

Assim, em um primeiro momento, foi realizada busca junto aos sites da ALMG, Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral para apurar as candidaturas e o número de mulheres eleitas para o cargo. Neste levantamento, também foram obtidos dados relativos aos bens declarados à época da campanha; investimento na campanha; partido político e coligações; número de votos; colocação na eleição entre as mulheres e entre o total de deputados eleitos.

Na mesma oportunidade, foi possível coletar dados biográficos das Deputadas disponibilizados tanto no site da ALMG, como em sites pessoais e redes sociais, como: idade; estado civil; quantidade de filhos; religião; atividade política prévia; formação acadêmica; e ocupação profissional.

Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas com as 05 (cinco) Deputadas que aceitaram participar da pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Destaca-se que as entrevistas foram realizadas remotamente, por vídeo, em virtude da pandemia, o que não comprometeu a apreensão de gestos, pausas e expressões faciais, que complementaram e enriqueceram a enunciação, expressando reações e muitas vezes indicando a intenção do falante.

Os roteiros das entrevistas foram elaborados individualmente, partindo das informações biográficas obtidas no site da ALMG, sites das próprias parlamentares e redes sociais, para compreender suas origens políticas e sociais. Para tanto, os questionamentos focalizaram-se, principalmente, no percurso individual, para se alcançar uma cadeira na Assembleia, e em quais

foram suas experiências pessoais dentro e fora da política. Também foram abordados temas como família, carreira, educação formal, militância e atuação política prévia, além dos esforços empreendidos na eleição, percepções sobre os incentivos do partido e desafios identificados por elas.

A priori, algumas categorias analíticas foram utilizadas para nortear produção do roteiro das entrevistas: presença de familiares na vida política; militância estudantil e religiosa; participação de movimentos sociais feministas, contra o racismo, culturais ou sindicato, posicionamento político, raça e classe social.

A análise dos resultados foi realizada a partir de categorias analíticas que foram identificadas no decorrer da coleta dos dados e possibilitaram tipificar as trajetórias e tratar essas experiências individuais para extrair a análise sociológica.

A partir dos dados coletados, foi realizada análise qualitativa da ocupação feminina no cenário político mineiro e análise crítica da representatividade no parlamento, baseada na literatura contemporânea e na legislação vigente, a respeito das condições necessárias para o estabelecimento efetivo e suficiente da representatividade. Também foram realizadas reflexões sobre os impactos gerados pelas estruturas sociais vigentes na trajetória política dessas parlamentares, buscando-se entender os impactos sociais e os efeitos de seus contextos sociais nas experiências pessoais e na vida política de cada uma delas.

A análise dos dados coletados nas entrevistas, dos documentos e da literatura permitiu a problematização dos percursos traçados por essas mulheres para acessar o espaço político, que ainda possui tanta resistência à presença feminina. Isso sem olvidar das características individuais que representam a heterogeneidade do grupo e expõem opressões diversas sofridas por essas parlamentares, assim como, dos privilégios de classe, cor, origem familiar.

3 HISTÓRICO DO PROCESSO DE INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA

Antes de adentrar na trajetória de vida das Deputadas Estaduais mineiras, eleitas em 2018, faz-se importante analisar como se deu o processo de inserção das mulheres na política brasileira. Assim, este capítulo tem a intenção de evidenciar pontos relevantes do processo histórico que levaram à configuração do contexto atual de participação política feminina no Brasil, em especial na política mineira.

Em termos mundiais, os debates sobre a segregação e participação política feminina se estendem ao longo da história. Antes mesmo do Movimento Sufragista do século XIX, Olympe de Gouges apresentou, em 1791, a Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã, com o intuito de tentar equiparar os direitos femininos aos masculinos, já previstos na Declaração de direitos do homem e do cidadão de 1789 (GOUGES, 1791).

Em 1792, Mary Wollstonecraft, em seu texto *A vindication of the right of woman*, apontava para a infantilização da mulher como produto da socialização, a qual, juntamente à educação destinada a elas, era utilizada para justificar sua exclusão da vida pública, gerando um ciclo eterno de causa e efeito (PAIVA, 2021).

O trabalho de Wollstonecraft está na base do pensamento sufragista, o qual se desenvolveu a partir de metade do século XVIII. Este questionava o universalismo, enquanto atributo dos indivíduos, e propunha a ruptura de interdições rígidas que impediam o reconhecimento da mulher enquanto indivíduo com poder de representar e constituir herdeiros. As sufragistas, a todo momento, questionavam a opressão das mulheres na esfera privada e sua exclusão da esfera pública (ROSSI-DORIA, 1995).

Essas mulheres se opunham-se à ideia de destino biológico e lutavam pelo poder sobre si mesmas e pela possibilidade de transmissão de bens, como premissas para participação política. Também questionavam o tipo de educação que lhes era destinado, demonstrando que uma educação adequada seria capaz de conferir a elas individualidade e o exercício da cidadania (ROSSI-DORIA, 1995).

No Brasil, cujo o histórico da participação política de mulheres importa diretamente a este estudo, as discussões sobre o sufrágio feminino tiveram início somente no final do século XIX. De acordo com Costa (2005), com a expansão da industrialização, as mulheres brancas foram

incorporadas à força de trabalho da indústria têxtil, onde tiveram convivência com trabalhadores imigrantes espanhóis e italianos. Contexto que lhes colocou em contato com ideias anarquistas e socialistas e possibilitou que algumas delas se incorporassem às lutas sindicais em defesa de melhores salários, condições de higiene e saúde no trabalho e aos movimentos de combate às discriminações e abusos relacionados às condições de gênero.

Apesar da ampliação das discussões e aderência por parte da população, a luta pelo voto feminino no Brasil, iniciada no século XIX, não obteve sucesso e a Constituição de 1891 não contemplou tal direito. Somente “na década de 1920, o Sufragismo, movimento de luta pelo voto das mulheres, se tornou uma expressão política organizada” no país e em toda a América Latina, possibilitando mudanças nesse cenário (RABAY e CARVALHO, 2011, p. 82).

Assim, no ano de 1927, o Rio Grande do Norte se tornou o primeiro estado brasileiro a permitir que as mulheres votassem nas eleições e Celina Guimarães Vianna tornou-se a primeira eleitora do Brasil e da América Latina (TSE, 2021). Também no Rio Grande do Norte, em 1928 foram eleitas Luíza Alzira Soriano Teixeira, a primeira prefeita do Brasil e de toda a América Latina, na cidade de Lajes e a primeira vereadora do Brasil, Joana Cacilda Bessa, no município de Pau dos Ferros (CORRÊA, 2019).

Destaca-se que, em Minas Gerais, se passaram vinte anos até que, em 1947, na capital, fosse eleita a primeira vereadora, Terezinha Soares. Enquanto que a primeira prefeita do estado, Cléria Maria da Silva, viria a ser eleita somente em 1973, na cidade de Barão de Cocais. (DUARTE; CARMO; LUZ, 2008).

Apenas no início da década de 1930 a questão do sufrágio feminino de fato avançou, com a sanção do Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que instituiu o Código Eleitoral Brasileiro. Tal instrumento, por meio da simplificação de algumas restrições, permitiu a ampliação da democracia, garantindo o direito ao sufrágio universal e ao voto secreto, bem como, a possibilidade de que mulheres acima de 21 anos pudessem votar e serem votadas. Contudo, de acordo com Gregori (2017), apesar do voto feminino ser um avanço importante, poucos foram os ganhos práticos, uma vez que esse não concretizou em um aumento significativo da participação efetiva da mulher na política.

Vale esclarecer que, de acordo com este Código Eleitoral Provisório, somente as mulheres maiores de 21 anos, casadas com autorização dos maridos, viúvas e solteiras com renda própria,

estariam autorizadas a votar. Tais restrições ao pleno exercício do voto feminino foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934 que, no entanto, mantinha a obrigatoriedade apenas ao voto masculino.

À época eram várias as vertentes que discutiam ações radicais para ampliação da participação feminina, mas nenhuma delas buscava a efetiva reestruturação do sistema político, o que acabou por manter o *status* segregador da política brasileira (GOMES, 2012). Manteve-se vigente a cultura do favor, que apenas garantiu o direito ao voto à elite feminina, formada por esposas e filhas de homens da alta classe política e econômica, sendo limitado às solteiras, viúvas com renda própria ou mulheres casadas com permissão do marido (ÁLVARES, 2008).

Apesar desse contexto excludente da Era Vargas (1930 a 1945), foi eleita a primeira Deputada Federal, Carlota Pereira de Queirós, pelo estado de São Paulo, em 1934, defensora de pautas femininas no Congresso Nacional (DUARTE; CARMO; LUZ, 2008). Também nesse período iniciou-se o projeto de criação do Departamento Nacional da Mulher, por Bertha Lutz, feminista pioneira no Brasil, fundadora da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (posteriormente Federação Brasileira pelo Progresso Feminino) e Deputada Federal na Câmara baixa do Congresso Nacional entre 1936 e 1937¹ (SANTOS, 2006).

Em que pese sejam contemporâneas e defensoras das pautas femininas, Carlota Queiroz e Bertha Lutz tinham posicionamentos diferentes, enquanto a primeira tinha uma perspectiva maternalista e assistencialista sobre as mulheres, a segunda apresentava perspectiva mais feminista. Lutz tinha o posicionamento voltado para os direitos políticos da mulher (SANTOS, 2006).

Com o regime ditatorial nacionalista estabelecido pelo Estado Novo, em 1937, as liberdades democráticas foram limitadas, os partidos políticos eliminados e os Poderes Legislativos nacional, estaduais e municipais foram extintos por quase 10 anos, até a restauração democrática em outubro de 1945 (BANDEIRA; MELO, 2010).

Entre 1945 e o golpe militar de 1964 as mobilizações populares foram enfraquecidas, contudo ainda se mantiveram existentes. Foi fundada em 1949, por exemplo, a Federação das Mulheres do Brasil (FMB), com forte influência do Partido Comunista Brasileiro, tendo Alice Tibiriçá

¹ “O fechamento do Congresso em novembro de 1937 devido à decretação do Estado Novo deu fim à carreira política de Lutz, sem que seu projeto visse a luz do dia”. (SANTOS, 2006)

(1886-1950) como presidente e Arcelina Mochel (1918-1974), como secretária-geral (SANTOS, 2006).

Nesse período foi eleita a primeira Deputada Estadual brasileira, pelo estado de Pernambuco, no ano de 1945, Adalzira Bitencourt. Em Minas Gerais as primeiras Deputadas Estaduais foram eleitas apenas em 1963, Marta Nair Monteiro e Maria Ribeiro Penna (DUARTE; CARMO; LUZ, 2008).

Em decorrência da instauração do Regime Militar em 1964, os movimentos sociais foram silenciados, incluindo os de pauta feministas. Em ressalva aqueles movimentos organizados por setores conservadores, de apoio ao golpe, incluindo os grupos de mulheres burguesas e de classe média (COSTA, 2005).

Evidencia-se, assim, que as mulheres foram utilizadas como massa de manobra e serviam ao interesse do patriarcado, uma vez que aquelas que foram eleitas para a Câmara Federal nas eleições de 1965 representavam seus maridos, irmãos e demais parentes cassados pelos Atos Institucionais do Regime Militar e suas vitórias representavam, na verdade, uma afronta ao regime militar (BANDEIRA e MELO, 2010).

Importante destacar que o direito ao alistamento eleitoral por todas as mulheres se deu a partir de 1965, com a edição da Lei nº 4.737, que institui o Código Eleitoral atualmente vigente. Antes, o alistamento era obrigatório somente para mulheres que exercessem função pública remunerada, sendo facultativo para as demais, desde que alfabetizadas (TSE, 2021).

Em 1979, assumiu a primeira Senadora brasileira, Eunice Mafalda Berger Michiles, que representou o estado do Amazonas no Congresso, em substituição ao Senador eleito, João Bosco de Lima, que faleceu durante seu mandato (CORRÊA, 2019).

Em termos mundiais, a chamada Década da Mulher (1976-1985), promovida pelas Nações Unidas, veio como resposta à exclusão da mulher no processo de modernização. Propunha-se o atendimento às necessidades específicas deste grupo, até então negligenciado, exigindo-se a proteção dos direitos humanos das mulheres, por meio de mecanismos públicos de monitoramento de sua situação na sociedade (SANTOS, 2006). Tal movimento de promoção culminou na criação de cinquenta por cento das instituições focadas nos direitos das mulheres ao redor do mundo

As mudanças conjunturais trazidas pela Década das Mulheres serviram para legitimar o apelo pelos direitos da mulher em plena ditadura militar brasileira e puderam ser sentidas nas eleições de 1982 que, conjuntamente com o surgimento de novos partidos políticos e a disseminação do movimento feminista, levou à instituição dos Conselhos da Mulher. Sequencialmente, em 1986, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que mais tarde viria a se tornar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SANTOS, 2006).

Em 1985 e 1986, na fase pré-constituente, houve uma importante movimentação das mulheres de todo o país, com vistas a aumentar a autonomia e o reconhecimento da participação feminina no ordenamento jurídico brasileiro, como sujeitos de direito. Ainda em 1986, iniciou-se a criação da nova Constituição, sendo a Assembleia composta por 559 Deputados Federais eleitos por voto direto, dos quais apenas 26 (5%) eram mulheres.

Destaca-se que, nesse mesmo ano, Iolanda Fleming se tornou a primeira mulher a governar um estado brasileiro. Eleita vice-governadora do Acre, assumiu o cargo em virtude da saída do titular para disputa de vaga no Senado (CORRÊA, 2019).

Essas mulheres se uniram para garantir que o novo texto constitucional trouxesse a ampliação dos direitos civis, sociais e econômicos das mulheres, a definição do princípio da não discriminação por sexo e raça/etnia, a igualdade de direitos e responsabilidades na família, a proibição da discriminação da mulher no mercado de trabalho e a igualdade jurídica entre homens e mulheres. Esse movimento foi denominado Lobby do Batom. (DUARTE; LUZ, 2008).

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) trouxe, então, em seu texto, o tratamento isonômico entre homens e mulheres, dando início à ruptura da estrutura legal vigente no Brasil que, até então, colocava a mulher em situação de inferioridade. Permaneciam, nesse momento, inúmeras normas vigentes que previam a supremacia masculina, especialmente dentro da relação conjugal, dentre as quais se destaca o Estatuto da Mulher Casada, Lei nº 4.121/62, que previa ser o marido o chefe da sociedade conjugal (BAHIA; BARTH, 2017). A nova Carta Magna foi um marco que possibilitou diversas mudanças legislativas que viriam a acontecer nas décadas seguintes, na tentativa de fomentar a participação feminina na política.

Visando ampliar o campo político enquanto espaço democrático de debate e atender à Plataforma de Ação Mundial da IV Conferência Mundial da Mulher, em Pequim, assinada pelo Brasil em setembro de 1995, foi incluído à legislação eleitoral um dispositivo de cotas (Lei nº 9.100 de 29

de setembro de 1995), que previa normas para a realização das eleições municipais seguintes. Neste ficou estabelecido que 20% (vinte por cento), no mínimo, da lista de candidaturas, de cada partido ou coligação, deveria ser preenchida por mulheres.

Contudo, a alteração legislativa veio acompanhada da previsão do aumento do total de candidatos que os partidos/coligações poderiam apresentar. Ou seja, ampliando de 100% (cem por cento) para 120% (cento e vinte por cento) o número de lugares a serem preenchidos, esvaziando completamente o instituto das cotas eleitorais.

O mesmo ocorreu em 1997, uma vez que a Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997 – Lei Eleitoral – apresentou um novo mecanismo para ampliação da participação feminina para as eleições proporcionais estaduais e federais seguintes, que previa o aumento de 20%, transitariamente para 25% e, posteriormente, para 30% das cotas de gênero. Porém, aumentava em 30% o número de vagas para candidaturas.

Em 2009, com a minirreforma eleitoral (Lei nº 12.034 de 29 de setembro de 2009), a redação do artigo 10º da Lei Eleitoral foi alterada para garantir que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo” (BRASIL, 2009).

O Supremo Tribunal Federal (STF), em 2010, tornou obrigatório o preenchimento da cota, contudo a medida também não surtiu o efeito esperado e o número de mulheres candidatas não sofreu alteração expressiva (TSE, 2021). No mesmo ano, ocorreu um marco de grande relevância para a história e participação política das mulheres, uma vez que foi eleita a primeira Presidente da República, Dilma Rousseff, a qual foi reeleita em 2014 (CORRÊA, 2019).

Em 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5617 (BRASIL, 2016) e decidiu, por maioria de votos, que a distribuição de recursos do Fundo Partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais, direcionadas às candidaturas de mulheres, deveria ser feita na exata proporção das candidaturas de ambos os sexos, respeitado o patamar mínimo de 30% de candidatas mulheres previsto no artigo 10, parágrafo 3º, da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 (BRASIL, 1997). Também foi considerado inconstitucional a fixação de prazo para esta regra, como determina a Lei, e que a distribuição não discriminatória deve perdurar enquanto for justificada a necessidade de composição mínima das candidaturas femininas.

Tal ADI foi ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para questionar o artigo 9º da Lei 13.165/2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), o qual estabelece percentuais mínimo e máximo de recursos do Fundo Partidário para aplicação em campanhas eleitorais de mulheres, fixando prazo de vigência para a regra (BRASIL, 2015).

O citado julgamento do STF levou à edição da Resolução nº 23.575/2018 pelo (TSE, 2018), que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições.

Assim, o TSE antecipou e confirmou que os partidos políticos deveriam, já para as Eleições 2018, reservar pelo menos 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, conhecido como Fundo Eleitoral, para financiar as campanhas de candidatas no período eleitoral, estendendo o mesmo percentual ao tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

Por fim cabe destacar a alteração legislativa trazida pela Emenda Constitucional nº 97/2017 que vedou, a partir de 2020, a celebração de coligações nas eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, o que reflete diretamente na participação feminina, uma vez que cada partido deverá, individualmente, indicar o mínimo de 30% de mulheres filiadas para concorrer no pleito (BRASIL, 2017).

4 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS – ALMG

Para que se possa analisar o quadro atual de participação feminina no parlamento, compreendendo suas nuances e particularidades, é importante conhecer como se deu o processo histórico de constituição da ALMG.

O processo de instituição do Poder Legislativo mineiro iniciou-se, ainda, durante o período monárquico brasileiro, em 31 de janeiro de 1835, quando houve a criação da Assembleia Legislativa Provincial, sediada em Ouro Preto, em substituição ao antigo Conselho Geral da Província de Minas Gerais. Nesta época, apenas homens, com renda anual superior a 100 mil réis, que correspondia à apenas 0,15% da população mineira, podiam votar e, mesmo assim, em eleições indiretas, para definição dos deputados provinciais (ALMG, 2021).

A última sessão da 27ª Legislatura da Assembleia Provincial se deu em 7 de agosto de 1889, sendo sucedida, após a proclamação da República, pela Assembleia Constituinte de Minas Gerais. Esta mudança obedecia ao Decreto nº 802, de 4 de outubro de 1890, que determinou a convocação das Assembleias Legislativas dos Estados e estabeleceu novo processo para a eleição dos deputados que elaborariam as Constituições Estaduais. A partir de então, o Poder Legislativo dos Estados-Membros assumiu o formato bicameral, exercido por um Congresso composto por Senado Estadual e Câmara Legislativa (ALMG, 2021).

Em 7 de abril de 1891, o Congresso Constituinte Mineiro foi instalado para a discussão sobre a nova Constituição. Os debates ocorreram por meio de três eixos temáticos: a organização do Estado, o sistema bicameral e a mudança da capital. Posteriormente, em 1892, o Congresso Constituinte foi transformado em Congresso Legislativo, vindo a se instalar na nova capital mineira, Belo Horizonte, em 1905. Este funcionou entre 1892 a 1933, abarcando apenas três dos quinze anos de governo de Getúlio Vargas (ALMG, 2021).

Importante frisar que, com a Revolução de 1930 e a instituição do Governo Provisório, as Casas do Poder Legislativo nos municípios e nos estados e o Congresso Nacional foram fechados, sendo nomeados interventores, aos quais coube exercer os poderes executivo e legislativo. Contudo, como Minas Gerais havia apoiado o golpe, o Presidente do Congresso mineiro, Olegário Maciel, foi mantido no governo, com amplos poderes. (ALMG, 2021).

“Em 30 de julho de 1935, a Constituição foi promulgada e a Assembleia Constituinte transformou-se em Assembleia Legislativa. Sua atuação, entretanto, foi interrompida antes do

fim da legislatura, devido ao golpe do Estado Novo de 10 de novembro de 1937, que fechou novamente o Congresso Nacional e as Casas Legislativas dos estados e municípios”. A Assembleia somente foi reaberta em 1947, com o fim do Estado Novo. (ALMG, 2021).

A nova Constituição Federal foi promulgada em 1946, ano seguinte à saída de Getúlio Vargas da presidência. Nela já se previa a obrigatoriedade do voto feminino. Porém, somente na eleição de 1962, foram eleitas as duas primeiras Deputadas do Legislativo Mineiro, Maria José Pena e Marta Nair Monteiro (ALMG, 2021).

Em 1964 ocorreu o Golpe Militar, que contava com o apoio massivo dos membros da Assembleia mineira, a qual se posicionava contra o governo de João Goulart. Por sua adesão ao golpe, esta permaneceu aberta por todo o período ditatorial, diferentemente da maioria das Casas Legislativas estaduais (ALMG, 2021).

Entretanto, com o Ato Institucional nº5 de 1968, a autonomia da Assembleia se tornou mínima, sendo também alvo das restrições à liberdade, de modo que deputados foram cassados e a Constituição Estadual de 1967 foi revogada. O Poder Legislativo ficou inócuo, o número de deputados diminuiu de 82 para 58 e suas imunidades foram sensivelmente reduzidas. Já o Executivo teve seus poderes legislativos ampliados, ficando a ele consagrado o direito de emendas no processo legislativo. (ALMG, 2021).

A ditadura militar se encerrou oficialmente em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves, que faleceu antes de assumir a presidência da República. Nas eleições de 1986 aumentou-se o número de partidos políticos que obtiveram representação no Legislativo estadual. Em 1988 foi promulgada a nova Constituição Federal e, em 1989, a nova Constituição Estadual de Minas Gerais. (ALMG, 2021).

Essa Carta [estadual] sinalizou novos rumos para a participação popular na administração pública, reproduzindo instrumentos previstos na Constituição Federal e também inovando em relação a ela. Foram criados mecanismos como Conselhos setoriais com assento na sociedade; ouvidorias; controle direto das ações de governo por meio de petição ou representação; e, no âmbito do Parlamento, a iniciativa popular no processo legislativo e as audiências como subsídio para a elaboração das políticas públicas. (ALMG, 2021).

Grandes mudanças ocorreram na ALMG a partir da década de 1990. As comissões tornaram-se mais importantes; houve informatização completa das atividades; maior profissionalização, com a realização de concursos públicos; reestruturação interna dos órgãos; a Gerência de Projetos Institucionais, encarregada de colocar em prática os novos mecanismos de interlocução com a

sociedade civil; a Escola do Legislativo, para promoção de ações de capacitação e atualização dos membros e servidores da Casa; o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC), com a finalidade de fornecer informações sobre a agenda da Casa; e o Centro de Atendimento às Câmaras (CEAC), para facilitar a relação da ALMG com as Câmaras Municipais. Foram criados os informativos, boletins internos, a TV, a Rádio e a página da ALMG na internet (ALMG, 2021).

Nesse mesmo período, foram realizados eventos institucionais, que contaram com a participação da sociedade civil e que embasaram a produção e o aprimoramento de políticas públicas para o Estado. Em 1997 foi feita a revisão do Regimento Interno da ALMG, com a institucionalização dos fóruns técnicos e os seminários legislativos. Já em 2003, foi criada a Comissão de Participação Popular, que abriu a possibilidade de a Assembleia de Minas trabalhar em conjunto com a sociedade civil. No 2005, em comemoração aos 170 anos da ALMG completou 170 anos, foi realizada a exposição "Os sentidos da representação" e o lançamento do livro "Diálogo com o tempo - 170 anos do Legislativo mineiro". (ALMG, 2021).

No tocante à questão da representatividade, um balanço da trajetória institucional da Assembleia de Minas permite constatar avanços significativos, especialmente no que se refere à institucionalização de mecanismos de interlocução com os cidadãos, que têm redundado no aperfeiçoamento do processo e da produção legislativa da Casa. A partir de 1990, foram realizadas centenas de eventos institucionais – entre seminários legislativos, fóruns técnicos, ciclos de debates e audiências públicas –, que contaram com a participação de milhares de cidadãos, de entidades da sociedade civil e de órgãos públicos, e que embasaram a produção e o aprimoramento de políticas públicas para o Estado. (ALMG, 2021).

Em 2009, o Palácio da Inconfidência, que abriga a ALMG, seus bens móveis e integrados, como os vitrais da capela, escultura de Amílcar de Castro, painel de madeira na sala do Presidente e um pau-brasil no Largo da Bandeira, foram tombados definitivamente pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Assim como ocorreu, no ano seguinte, com o conjunto de dois murais intitulado "Da descoberta do Brasil ao ciclo mineiro do café" Minas do Século XVII ao Século XX, da artista plástica Yara Tupinambá, criado em 1973 para o antigo restaurante da Assembleia. (ALMG, 2021).

Em 2010 foi implementado o Direcionamento Estratégico da Assembleia, um conjunto de diretrizes que orientam a atuação do Legislativo de Minas Gerais no período de 2010 a 2020. Em 2013 foi aprovada na ALMG a emenda constitucional, que eliminou o voto secreto no âmbito do Legislativo Mineiro, antecipando-se ao Congresso Nacional. (ALMG, 2021).

No ano seguinte, a Assembleia instituiu mais um instrumento de participação popular no processo legislativo, o serviço “Dê sua opinião sobre projetos em tramitação”, disponível no Portal da ALMG. Nele, a sociedade pode se posicionar favorável ou contrariamente às propostas em tramitação, comentá-las ou sugerir que sejam modificadas. (ALMG, 2021).

Atualmente, com a eleição de 2018, vivencia-se a 19ª legislatura da ALMG, composta por 77 deputados eleitos por voto direto, dos quais apenas 10 são mulheres. Destaca-se que nessa eleição foram elegidas as três primeiras Deputadas Estaduais negras em Minas Gerais, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Marilene Alves de Souza.

Assim, evidencia-se que, a partir da Constituição Federal de 1988, houve um processo de redemocratização e reestruturação da ALMG, com ampliação da representatividade e participação popular. Cabe destacar que, muito embora os avanços tenham sido apresentados linearmente, as mudanças institucionais refletem o processo histórico de instituição e amadurecimento democrático do país, contexto que levou ao cenário ora estudado.

5 RECONSTITUIÇÃO DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS DEPUTADAS ESTADUAIS MINEIRAS ELEITAS EM 2018

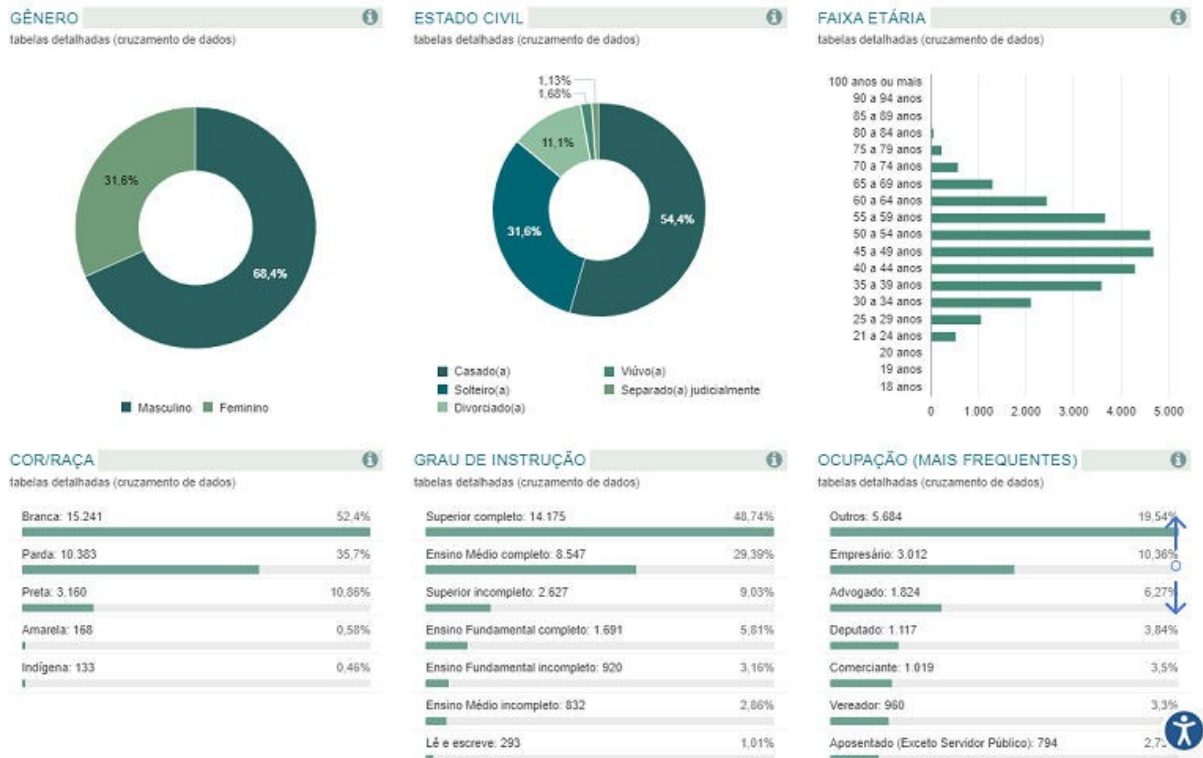
Para reconstituição das trajetórias das Deputadas Estaduais mineiras eleitas em 2018, a coleta de dados se dividiu em duas partes. Em um primeiro momento, a fim de traçar as trajetórias objetivas e subjetivas dessas mulheres (DUBAR, 1998), foram analisados os dados públicos relativos à suas biografias e, em seguida, foram realizadas as entrevistas com as Deputadas que aceitaram participar da pesquisa.

5.1 Cenário político nacional e estadual em que as Deputadas Estaduais mineiras foram eleitas em 2018.

Antes de iniciar a descrição e análise das trajetórias das Deputadas, importante contextualizar em qual cenário político, nacional e estadual elas foram eleitas, em 2018.

Conforme apurado no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as eleições de 2018 contaram com um percentual duas vezes maior de homens, em relação ao número de mulheres, que se candidataram aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Governador, Vice-Governador, Senador, 1º Suplente, 2º Suplente, Deputado Federal e Deputado Estadual. O TSE disponibiliza, ainda, estatística relativa ao estado civil dos candidatos, faixa etária, raça, grau de instrução e ocupação mais frequente

Figura 2 – Quadro com as estatísticas eleitorais de 2018 de acordo com o TSE



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2021b).

Os dados compilados pelo TSE, demonstram que o perfil majoritário dos candidatos eleitos é de homens, brancos, casados, na faixa de 40 a 59 anos, com ensino superior completo ou, ao menos, ensino médio completo. Essa conformação, encontrada pelo TSE em termos nacionais, pode ser estendida ao espaço da ALMG, onde também se encontra tal perfil como predominante, entre os deputados estaduais eleitos (TSE, 2021b).

Para o cargo de Presidente da República, foi eleito o Capitão Reformado do Exército, Jair Messias Bolsonaro e, para o cargo de Vice-Presidente, o General Hamilton Mourão, em uma chapa formada pelos partidos PSL² e PRTB³. Destaca-se que o Presidente Bolsonaro se desfiliou do PSL em novembro de 2019. Trata-se de um governo de posições políticas declaradamente de extrema direita.

No Estado de Minas Gerais, foram eleitos para o cargo de Governador o empresário Romeu Zema e para o cargo Vice-Governador o economista Paulo Brant, ambos pelo Partido Novo. Trata-se de um governo com certo alinhamento com o Governo Federal e características liberais.

² PSL – Partido Social Liberal.

³ PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro.

No tocante aos Senadores e Suplentes eleitos por Minas Gerais, foram eleitos: Carlos Viana, pelo PRS⁴, tendo como suplentes Castellar Guimarães Neto e Danilo Martins de Oliveira; Antônio Anastásia, pelo PSD⁵, seus suplentes são Alexandre Silveira, Lael Varella; e Rodrigo Pacheco, pelo DEM⁶, cujos suplentes são Renzo Braz e Ana Maria de Resende Vieira. Verifica-se, assim, apenas uma mulher representando o estado de Minas Gerais no Senado (SENADO, 2021).

Para o cargo de Deputado Federal, onde existem 500 cadeiras na Câmara, apenas 77 delas são ocupadas por mulheres, ou seja, apenas 15% do total. O estado de Minas Gerais conta com 53 deputados, dos quais apenas 4 são mulheres: Alê Silva, eleita pelo PSL, Aurea Carolina, eleita pelo PSOL⁷, Greyce Elias, eleita pelo AVANTE, e Margarida Salomão, eleita pelo PT⁸. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018)

Especificamente em relação à eleição dos Deputados Estaduais de 2018, a qual é objeto deste estudo, foram eleitos 77 deputados, de 25 partidos diferentes, dos quais 65 são homens (87%) e 10 são mulheres (13%) para mandato de 4 anos, na 19ª legislatura, cujo início se deu em 1º de fevereiro de 2019 e se encerrará em 31 de janeiro de 2023.

5.2 Mulheres na ALMG

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, está localizada na Rua Rodrigues Caldas, nº 30, bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde está instalado o Poder Legislativo Estadual de Minas Gerais, composto por 77 deputados, eleitos pelo voto popular em 2018.

Em seu site oficial, a Assembleia apresenta dados relativos à composição das legislaturas ao longo da história, como o número de deputados e seus respectivos nomes. As informações datam a partir de 1947, considerando como 1ª Legislatura aquela decorrente da reabertura da casa com o encerramento do Estado Novo.

Com os dados obtidos sobre as 19 legislaturas da ALMG, produziu-se a Tabela 1, identificando o número total de deputados em cada legislatura por gênero.

⁴ Partido das Reformas Sociais.

⁵ Partido Social Democrático.

⁶ Democratas.

⁷ Partido Socialismo e Liberdade.

⁸ Partido dos Trabalhadores.

Tabela 1 – Composição histórica da ALMG por gênero de 1947 a 2023

Legislatura	N.º total de deputados na ALMG	N.º de deputados homens na ALMG ao final do mandato	N.º de mulheres Deputadas na ALMG ao final do mandato	N.º de mulheres que exerceram o mandato na ALMG em algum momento da legislatura
1ª Legislatura (1947-1951)	72	72	00	00
2ª Legislatura (1951-1955)	72	72	00	00
3ª Legislatura (1955-1959)	74	74	00	00
4ª Legislatura (1959-1963)	74	74	00	00
5ª Legislatura (1963-1967)	82	80	02	02
6ª Legislatura (1967-1971)	82	81	01	01
7ª Legislatura (1971-1975)	59	59	00	00
8ª Legislatura (1975-1979)	61	60	01	01
9ª Legislatura (1979-1983)	71	71	00	00
10ª Legislatura (1983-1987)	78	77	01	01
11ª Legislatura (1987-1991)	77	75	02	02
12ª Legislatura (1991-1995)	77	72	03	05
13ª Legislatura (1995-1999)	77	75	02	04
14ª Legislatura (1999-2003)	76	74	03	05
15ª Legislatura (2003-2007)	77	69	08	11
16ª Legislatura (2007-2011)	77	71	06	08
17ª Legislatura (2011-2015)	77	73	04	05
18ª Legislatura (2015-2019)	77	71	06	07
19ª Legislatura (2019-2023)	77	67	10	-

Fonte: Elaborado pela autora, utilizando dados públicos do site da ALMG (ALMG, 2021b).

A composição da ALMG ao longo dos anos foi analisada para identificar quando foram eleitas as primeiras mulheres Deputadas no estado, bem como, a proporção de mulheres em relação ao número de homens ao longo da história e se houve casos em que mulheres foram substituídas por homens durante a legislatura ou os substituíram.

Apesar da análise iniciar-se em 1947, verificou-se que apenas na 5ª Legislatura, 1963 a 1967, foram eleitas as primeiras Deputadas Estaduais em Minas Gerais, Marta Nair Monteiro e Maria

José Nogueira Pena. E, somente, a partir da 10ª Legislatura foi possível verificar recorrência de mulheres eleitas, ainda que em pequeno número.

Ainda que na 15ª Legislatura possa-se perceber que passaram pelo cargo 11 Deputadas Estaduais, o maior número verificado, é importante frisar que foram eleitas apenas 8 dessas mulheres, sendo que as demais ingressaram como substitutas de deputados afastados por motivos diversos.

A 19ª Legislatura, a qual esta pesquisa se debruça, foi a legislatura com mais mulheres eleitas na história da ALMG, 10 Deputadas, o que representa inegável avanço na representatividade feminina, mas também expõe o quão desproporcional é a composição da casa. Considerando que a Assembleia é composta por 77 deputados, o montante de mulheres eleitas representa apenas 12,8% do total de parlamentares.

Destaca-se que, dentre essas, em 2020, a Deputada Marília Campos, do PT, foi eleita para o cargo de Prefeita do Município de Contagem, deixando, assim, o cargo de Deputada Estadual, o que levou à sua exclusão da análise das trajetórias nesta pesquisa.

Em análise prévia, verificou-se que as mulheres que ocupavam o cargo, no momento da pesquisa, eram: Andréia de Jesus; Ana Paula Siqueira; Beatriz Cerqueira; Celise Barreiros Laviola Cabral de Lira; Sheila Aparecida Pedrosa de Mello Oliveira; Ione Pinheiro; Laura Serrano; Marilene Alves de Souza; e Rosângela Reis.

5.3 Características socioeconômicas das Deputadas

A análise documental permitiu extrair algumas categorias analíticas prévias, que demonstraram diversas características do caminho percorrido por essas mulheres e permitiram iniciar a reconstituição de suas trajetórias (DUBAR, 1998), bem como, serviram para guiar a produção dos roteiros individualizados das entrevistas.

Os primeiros dados analisados foram as características pessoais dessas mulheres, como suas idades no momento da eleição, se tem ou não filhos, seu estado civil, sua religião e como se reconhecem racialmente, como e apresenta no Quadro 1:

Quadro 1 – Características pessoais das Deputadas Estaduais mineiras no momento da eleição em 2018

Parlamentar	Idade no momento da eleição	Filhos	Estado civil	Religião	Auto declaração racial
Andréia de Jesus	40 anos	01 filho com 21 anos de idade – se declara mãe solo	Divorciada	Católica	Negra
Ana Paula	38 anos	03 filhos com 05, 03 e 01 anos de idade	Casada	Católica	Negra
Beatriz	40 anos	Dado não obtido	Solteira	Dado não obtido	Branca
Celise	57 anos	03 filhos, com 35, 27 e 23 anos de idade	Casada	Católica	Branca
Sheila	40 anos	4 filhos – um com 14 anos e trigêmeos com 12 anos de idade	Divorciada	Católica	Branca
Ione	52 anos	Dado não obtido	Viúva	Dado não obtido	Branca
Laura	31 anos	02 filhos	Casada	Dado não obtido	Branca
Marilene	54 anos	Dado não obtido	Solteira	Católica	Negra
Rosângela	55 anos	02 filhos	Casada	Católica	Branca

Fonte: Elaborado pela autora, utilizando dados públicos do site da ALMG (ALMG, 2021b).

Brighenti e Marquez (2019), em seu estudo sobre o perfil social e carreira das Deputadas Federais, identificou que a média de idade para chegar a um cargo na política profissional está relacionada a uma pluralidade de fatores, subjetivos e objetivos. A idade mínima prevista na Constituição Federal de 1988 é apontado como um fator objetivo, hoje a exigência de idade mínima para os cargos de Deputado Federal e Estadual é de 18 anos. Nesse estudo sobre as Deputadas Federais, os números sugerem a predominância da faixa etária entre 40 e 60 anos, o que se repetiu na ALMG.

Verifica-se pelo Quadro 01 que as idades variaram de 31 a 57 anos, o que representa três gerações. De forma geral, a faixa etária demonstra que são mulheres que já contam com vivências em várias áreas e uma trajetória de vida que as preparou para o pleito eleitoral, o que corrobora com os achados de Brighenti e Marquez (2019).

Os homens apresentam maior diversidade etária, com espectro de idade que passa pelos muito jovens a parlamentares muito mais velhos, diferente da faixa de 40 a 50 anos, encontrada entre as mulheres.

Entre as Deputadas foram identificados os mais diversos estados civis e filhos de diversas idades, o que demonstra a necessidade de se entender como elas articulam família e vida pública. Articulação essa que, inevitavelmente, recai sobre a responsabilidade feminina proveniente da divisão sexual do trabalho. Por fim, a auto identificação das parlamentares por cor traz um dado historicamente importante para a ALMG, pois foi a primeira legislatura com mulheres negras eleitas, sendo que, das 10 Deputadas Estudadas, 7 se consideram brancas e 3 se auto declaram pretas. Ainda assim, esses dados refletem baixa participação política da população negra no Brasil.

No Brasil, segundo os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuos) do ano 2019, a população brasileira era formada por 51,8% de mulheres e 48,2% de homens, todavia, de acordo com a Câmara Legislativa - Mapa Mulheres na Política 2019 -, apurou que as mulheres representam apenas 15% do Congresso Nacional, sendo que dos 513 deputados apenas 77 são mulheres e no Senado Federal, dos 81 senadores somente 12 são mulheres, o que comprova que não há em nosso país, na política, uma representação proporcional à população feminina. Importante destacar, ademais, que as mulheres negras representam a menor fatia do Congresso Nacional, sendo apenas 13 mulheres negras na Câmara e somente uma mulher negra no Senado, não havendo nenhuma mulher negra em posição de liderança nas duas Casas, dados que reforçam o abismo existente na sociedade, não obstante as mulheres negras representem 27,8% da população brasileira. (ANDREAZI; VICENTE, 2021).

Por outro lado, já se percebe uma mudança da realidade participativa do grupo, pois pela primeira vez foram eleitas Deputadas Estaduais negras em Minas Gerais. Essa é uma tendência verificada não só em âmbito estadual. A primeira mulher negra a ser eleita para uma Assembleia Legislativa no país foi Antonieta de Barros, em 1934, desde então os avanços são inegáveis.

É certo que a participação política de mulheres vem crescendo, mas quando se trata de mulheres negras, o déficit ainda é grande. A cota de 30% para candidaturas de mulheres nos partidos não prevê medidas com relação a questão racial.

O número de mulheres eleitas em 2018 cresceu 52,6% em relação a 2014, para a Câmara Federal, foram 77 mulheres eleitas, das quais 13 delas são negras e uma indígena. No Senado Federal, são 07 senadoras, porém nenhuma negra (TSE, 2021b).

Quadro 2 – Formação acadêmica, ocupação profissional e patrimônio declarado pelas Deputadas Estaduais mineiras no momento da eleição em 2018

Parlamentar	Formação Acadêmica	Ocupação profissional	Montante de Bens Declarados no momento da candidatura
Andréia de Jesus	Formação Superior Completa em Direito	Funcionária pública, educadora infantil e advogada popular	R\$ 50.000,00
Ana Paula	Formação Superior Completa em Serviço Social	Assistente Social	R\$ 360.000,00
Beatriz	Formação Superior Completa em Direito	Professorada educação básica da rede pública	R\$ 224.324,00
Celise	Formação Superior Completa em Direito, História e Filosofia	Advogada e pecuarista	R\$ 437.836,00
Sheila	Formação Superior Completa em Direito	Delegada estadual em Minas Gerais	R\$ 104.650,00
Ione	Formação Superior Completa (não foram obtidas informações sobre a área de formação)	Empresária do setor têxtil	R\$1.933.841,18
Laura	Formação Superior Completa em Economia com pós-graduação <i>stricto sensu</i> no exterior	Servidora pública do setor de saneamento	R\$ 182.387,00
Marilene	Formação Superior Completa em Ciências Biológicas com mestrado em Desenvolvimento Social	Professora da rede estadual e municipal de ensino	R\$ 93.563,00
Rosângela	Formação Superior Completa em Pedagogia com especialização em Didática	Professora do ensino fundamental da rede pública	R\$ 1.205.494,00

Fonte: Fonte: Elaborado pela autora, utilizando dados públicos do site da ALMG (ALMG, 2021b; TSE, 2018).

De acordo com o Quadro 2, todas as Deputadas têm ensino superior completo, nas diversas áreas do conhecimento, e algumas com pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Esse cenário reproduz o cenário federal descrito por Brighenti e Marquez (2019). As autoras destacam que as mulheres nessa posição política tendem a ter alta escolaridade⁹.

Verifica-se pelos dados que, além da atividade política, todas elas exerceram atividades profissionais em sua área de formação anterior e/ou concomitante ao mandato público. O que

⁹ “As deputadas indicam um alto índice de formação educacional, 88,8 % possuem/possuíam diploma de graduação. Essa porcentagem não muda muito de uma legislatura para outra, muito menos se comparado as regiões ou estados; as mulheres com diploma sempre foram a maioria e na 56ª legislatura por exemplo, das 77 eleitas, 73 tem diploma de graduação” (BRIGHENTI E MARQUEZ, 2019, 03).

evidencia o fato de serem mulheres que já haviam saído do espaço privado antes de entrarem efetivamente na política.

Quanto ao patrimônio declarado ao TSE no momento da eleição, apura-se que há um espectro variado, mas, de forma geral, mesmo com uma trajetória profissional de muitos anos e formação superior, o patrimônio declarado não é expressivo.

Quadro 3 – Filiação político partidária das Deputadas Estaduais mineiras no momento da eleição em 2018

Parlamentar	Partido de filiação	Coligação	Posicionamento político
Andréia de Jesus	Partido socialismo e Liberdade (PSOL)	PCB	Esquerda
Ana Paula	Rede Sustentabilidade	PRTB	Centro
Beatriz	Partido dos trabalhadores (PT)	PR e PSB	Esquerda
Celise	Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	PDT; PRB; PV e PODEMOS	Centro
Sheila	Partido Social Liberal (PSL)	Podemos; Patriota; PTB; Solidariedade e PP	Direita
Ione	Democratas (DEM)	PSDB; PPS; PP e PSD	Centro
Laura	NOVO	-	Direita
Marilene	Partido dos trabalhadores (PT)	PR e PSB	Esquerda
Rosângela	Podemos (PODE)	PDT; PRB; PV; MDB	Centro

Fonte: Elaborado pela autora (MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2018; TSE, 2021c).¹⁰

A análise dos dados expostos no Quadro 3 demonstra que as parlamentares eleitas são provenientes de partidos políticos diversos, sendo que apenas o PT conta com duas Deputadas Estaduais em Minas Gerais. Da mesma forma, pode-se ver a aderência aos mais diversos posicionamentos políticos, o que permite concluir que a filiação partidária e o posicionamento adotado não são características que podem ser associadas ao sucesso eleitoral.

Em que pese a literatura tenda a atribuir aos partidos de esquerda a maior taxa de introdução de novos atores no meio político, como as mulheres, se comparados aos partidos de direita (GOMES, 2012), tal fato não se confirmou na análise da ALMG pós eleição de 2018.

¹⁰ https://www.scielo.br/j/civitas/a/XPYDSBEATRIZ_7ghmJSDdvw3ZrvyZL6h/?lang=pt – Acesso em jun.2021.

Conforme Quadro 3, há uma pluralidade de partidos e ideologias, o que não permite dizer que há maior tendência de um ou outro campo político a introduzir mulheres na política.

Nota-se que a maioria da Deputadas está vinculada a partidos que fizeram coligações no ano de 2018. A coligação partidária consiste na reunião de dois ou mais partidos políticos, por período determinado, para disputar, em conjunto, eleições, participando como se um único partido político fosse, desde as convenções até a realização das eleições (BRASIL, 1988; TRE PI, 2021).

As coligações visam aumentar a proporcionalidade e abrir espaços para partidos menores (NICOLAU, 2006). Ao mesmo tempo, visam ampliar as chances daquele grupo em relação aos cargos do sistema proporcional, uma vez que, apurados os votos válidos, a Justiça Eleitoral contabiliza os votos gerais conquistados por partido (ou coligação) e, então, cada partido ou coligação recebe uma quantidade de vagas legislativas, proporcional à sua votação obtida no pleito. Em seguida, para definir quais candidatos ocuparão essas cadeiras, apura-se os candidatos mais votados por partido, até o limite de vagas obtidas na primeira etapa do sistema eleitoral proporcional (GOMES, 2019).

Tabela 2 – Recursos de campanha declarados perante o TSE, número de votos e colocação por número de votos entre os eleitos¹¹

Parlamentar	Recursos de campanha declarados no TSE	Número de Votos	Posição entre o total de eleitos	Posição entre as mulheres eleitas
Andréia de Jesus	R\$28.697,32	17.689	77°	10 ^a
Ana Paula	R\$657.110,41	23.371	73°	9 ^a
Beatriz	R\$277.783,07	96.824	8°	1 ^a
Celise	R\$375.554,75	57.362	38°	5 ^a
Sheila	R\$178.253,51	80.038	14°	2 ^a
Ione	R\$711.713,88	55.634	42°	6 ^a
Laura	R\$22.399,16	33.813	62°	8 ^a
Marilene	R\$99.285,13	51.407	48°	7 ^a
Rosângela	R\$594.374,05	70.040	26°	4 ^a

Fonte: Elaborado pela autora (MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2018; TSE, 2021c).

¹¹ A Tabela 2 não apresenta a 3^a colocada entre as mulheres, Marília Campos, por ela ter deixado o mandato de Deputada Estadual para assumir o mandato de Prefeita de Contagem em 2020.

Por meio dos dados, apresentados na Tabela 2, não se percebe, uma relação direta entre o investimento financeiro na campanha e o número de votos, o que leva a crer que existem outros capitais envolvidos no sucesso eleitoral dessas mulheres.

No estudo de Deschamps *et al.* (2021), as análises de receita média e de chances eleitorais apontam que, para ampliar as possibilidades de êxito, é necessário estar entre os maiores financiamentos eleitorais, conclusão que não se repete na presente pesquisa. Inclusive, percebe-se pelo Quadro 4 que a Deputada que contou com maior investimento na campanha não foi a parlamentar eleita com maior número de votos.

Na ALMG, em 2018, as mulheres eleitas contaram com baixo investimento financeiro em suas campanhas e, ainda assim, obtiveram sucesso eleitoral. O que leva a crer que se utilizaram de estratégias alternativas para superar o baixo investimento.

Quadro 4 – Capital Institucional das Deputadas Estaduais mineiras eleitas em 2018

Parlamentar	Cargo eletivo prévio diverso do atual	Reeleição como Deputada estadual	Cargo público não eletivo prévio relacionado à política
Andréia de Jesus	Não	1º mandato	Assessora parlamentar na Câmara Municipal de Belo Horizonte
Ana Paula	Não	1º mandato	Chefe de gabinete de deputado estadual e assessora parlamentar por 06 anos
Beatriz	Não	1º mandato	Não
Celise	Não	2º mandato	Servidora Pública aposentada da ALMG
Sheila	Sim-Vereadora em Juiz de Fora	1º mandato	Não
Ione	Não	2º mandato	Chefe de gabinete de deputado estadual e de prefeito
Laura	Não	1º mandato	Assessora parlamentar na Câmara Municipal de Belo Horizonte
Marilene	Não	1º mandato	Não
Rosângela	Sim – Vereadora por 2 vezes em Ipatinga	4º mandato	Não

Fonte: Elaborada pela autora utilizando dados públicos disponibilizados na internet.

Apenas duas das nove Deputadas tiveram cargo eletivos prévios, como vereadoras. Já no que se refere ao cargo de Deputada Estadual, apesar de a maioria estar em seu primeiro mandato, três delas já compunham a ALMG em mandatos anteriores.

Isso corrobora com os dados encontrados por Brighenti e Marquez (2019), que apontam que a tendência nas últimas legislaturas na Câmara dos Deputados foi o aumento do número de parlamentares mulheres sem experiência prévia, 15 em 2011 e 19 em 2015, para 30 em 2019.

Quanto à ocupação de cargo público não eletivo prévio relacionado à política, pode-se perceber que cinco das nove Deputadas já exerceram alguma atividade nos bastidores dos parlamentos, em sua maioria como assessoras e chefes de gabinete. Fato que certamente lhes trouxe um acúmulo de conhecimento sobre o funcionamento da política.

Clara Araújo (2010) traz o “capital institucional” como um dos fatores possibilitadores a inserção de mulheres na política. Tal capital decorrente do exercício de um cargo eletivo ou cargos comissionados anteriores e geralmente é utilizado por quem não é colocado como herdeiro político direto.

De acordo com Araújo (2010), o “capital institucional” fornece experiência quanto ao trato no espaço político, bases de simpatia, redes de apoio e legitimidade para pleitear ou aspirar a cargos eletivos.

Quadro 5 – Capital familiar das Deputadas Estaduais mineiras eleitas em 2018

Parlamentar	Ocupação dos pais	Participação dos pais na Política	Participação de demais familiares na política
Andréia de Jesus	Dados não obtidos	Dados não obtidos	Dados não obtidos
Ana Paula	Pai mecânico de elevadores e mãe manicure	Dados não obtidos	Não
Beatriz	Pai garçom e mãe manicure	Dados não obtidos	Dados não obtidos
Celise	Pai político e mãe dona de casa	Pai deputado estadual por 6 mandatos	Cunhado foi deputado estadual
Sheila	Pai caminhoneiro e mãe tinha um pequeno comércio em Presidente Prudente/SP	Dados não obtidos	Tio foi vereador por 02 mandatos em Presidente Prudente/SP
Ione	Pai político e mãe professora	Pai prefeito e vereador de Betim	Irmão foi deputado estadual, presidente da ALMG, e outro irmão prefeito de Ibirité

Laura	Pai médico e professor universitário e mãe enfermeira e jornalista	Dados não obtidos	Dados não obtidos
Marilene	-	Dados não obtidos	Dados não obtidos
Rosângela	Pai servidor público estadual como Coletor e mãe parteira	Dados não obtidos	Dados não obtidos

Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados públicos disponibilizados na internet

O “capital familiar” é aquele que decorre do histórico da família na política, ou seja, parentes que já estavam no meio político e de alguma forma levaram essas mulheres a se candidatarem. De acordo com Araújo (2010), é uma formação política mais “familista”, com influência de lealdade e controles familiares e pessoais. É um meio tradicional e a política se torna uma circunstância para os herdeiros políticos diretos.

Por outro lado, nos partidos de centro e direita é possível observar a utilização de atalhos, tais como capital político acumulado por outros indivíduos e compartilhado mediante relações de parentesco, de modo que a conquista do cargo ocorre de maneira precoce. (REZENDE; EPITÁCIO, 2017 p.350).

Das três Deputadas que contam com capital familiar, duas de centro e uma de direita, o que confirma a teoria de que tal capital tende a estar presente nos partidos mais à direita (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015)

Quadro 6 – Capital associativo das Deputadas Estaduais mineiras eleitas em 2018

Parlamentar	Participação em movimento estudantil	Participação em movimento sindical	Participação em movimento religioso
Andréia de Jesus	Dados não obtidos	Dados não obtidos	Dados não obtidos
Ana Paula	Dados não obtidos	Dados não obtidos	Catequista na igreja católica, participou da pastoral da criança e de grupos de jovens.
Beatriz	Dados não obtidos	1ª Presidenta da CUT e Coordenadora geral do Sindicato dos Educadores de MG	Parte da pastoral da juventude
Celise	Não participou	Não participou	Participou dos movimentos da igreja
Sheila	Não participou	Não participou	Participou dos movimentos da igreja
Ione	Dados não obtidos	Dados não obtidos	Dados não obtidos
Laura	Não participou	Não participou	Dados não obtidos

Marilene	Dados não obtidos	Diretora Estadual do Sindicato único dos Trabalhadores em educação e Presidente Regional da CUT	Diretora-secretária da Caritas brasileira e membro do Conselho arquiocesano de Pastoral da Arquidiocese e da Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros
Rosângela	Não participou	Participou em conjunto com o marido na Usiminas	Participou dos movimentos da igreja

Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados públicos disponibilizados na internet

A literatura aponta para as relações positivas entre a participação política das mulheres nos espaços não convencionais, como movimentos sociais e a representação política eleitoral (ARAÚJO, 2010; PINHEIRO, 2006).

É evidente o papel positivo do associativismo para a democracia. As associações são alguns dos elementos centrais do conceito de capital social e não se pode pensar em participação política sem considerar os impactos das práticas associativas (ALMEIDA, LUCHMANN; RIBEIRO, 2012).

Warren (2001) sistematiza benefícios decorrentes dessas práticas, apontando que afetam desenvolvimento individual, trazendo sentimento de eficácia política, provisão de informações mais qualificadas, de habilidades políticas, de pertencimento coletivo, de socialização, de desenvolvimento de virtudes cívicas, de formação de lideranças políticas; afetam a esfera pública, criando espaços de debates, expondo relações de desigualdades e de injustiças sociais e representando diferenças; e, por fim, geram efeitos institucionais, criando instituições participativas, subsidiando políticas públicas e ou ampliando as bases de representação políticas.

Os vínculos associativos presentes nas carreiras de parlamentares brasileiras, que tendem a aparecer na literatura de acordo com Almeida, Luchmann e Ribeiro (2012), estão relacionados ao mundo do trabalho (sindicatos, organizações profissionais) e movimentos sociais (movimentos estudantis, organizações de mulheres, por exemplo), formando uma base social do recrutamento político no Brasil.

Assim, sindicatos, associações profissionais, associações religiosas, organizações assistenciais, grupos comunitários, movimentos sociais apresentam diferentes potenciais, ou benefícios democráticos, a depender de seus objetivos, do contexto político vigente, da sua organização, estratégias e recursos. Com efeito, grupos mais periféricos, como grupos religiosos e associações comunitárias podem ser boas para o desenvolvimento de solidariedades e de lideranças locais, por exemplo, mas pouco eficazes na capacidade de inserção em redes sociais e político-institucionais. De outra forma, sindicatos e associações profissionais operam sob estruturas mais complexas e com mais recursos, alcançando grandes categorias populacionais. Estimulam o desenvolvimento de habilidades políticas com avaliação de estratégias,

enfrentamentos de conflitos e articulação e negociações com diferentes atores político-institucionais. (ALMEIDA; LUCHMANN; RIBEIRO, 2012, p. 242).

Em relação ao capital associativo, entre as Deputadas estudadas, percebe-se que não há envolvimento com o movimento estudantil que possa ser destacado como potencializador da elegibilidade dessas mulheres.

O movimento sindical aparece de forma expressiva em duas trajetórias, com participação ativa na militância, inclusive em cargos de direção das entidades sindicais. Ainda que sejam apenas duas entre as nove, é certo que o associativismo sindical impactou em suas carreiras políticas, não só pelas pautas defendidas, que geram identificação com eleitores do meio, como lhes deu visibilidade entre estes. Destaca-se que ambas estão ligadas a partido de esquerda, o PT, o que confirma o que defendem Marengo e Serna (2007).

Marengo e Serna (2007) apontam que os partidos progressistas tendem a recrutar suas bancadas predominantemente no setor público, na classe média assalariada, entre sindicalistas, lideranças associativas e lideranças de movimentos sociais. Já os partidos conservadores apresentam padrões de recrutamento social mais elitistas e tradicionais, compondo suas bancadas entre proprietários urbanos e rurais e profissionais liberais dotados de recursos materiais e de reputação personalizada, com menos dependência da estrutura organizacional partidária.

Já a participação nos movimentos sociais religiosos, há expressiva participação das Deputadas durante seus percursos de vida. Pelo menos seis delas estão ou estiveram envolvida com tais movimentos, fato que lhes aproximou das comunidades e lhes deu noção do fazer social, podendo ser considerado um capital que impactou na captação de votos.

Almeida, Luchmann e Ribeiro (2012), destacam que pesquisas empíricas sobre carreiras políticas têm afirmado que o envolvimento em práticas associativas potencializa, dependendo do contexto político, as chances de vitória eleitoral. As autoras apontam, ainda, que aquelas que “gastam mais energia e tempo atuando em questões como educação e estão mais envolvidas em grupos focados em ajudar os mais pobres, idosos e sem teto, por exemplo. Conhecem melhor os seus vizinhos e são mais propensas a se engajarem em atividades religiosas”. (ALMEIDA, LUCHMANN E RIBEIRO, 2012, p.243).

5.4 Trajetórias das Deputadas eleitas para a 19ª Legislatura da ALMG, segundo Dubar

A fim de traçar as trajetórias das Deputadas mineiras e buscar, assim, as lógicas sociais que permitiram que ingressassem no espaço político, fortemente hostil e resistente à presença de mulheres, foram realizadas entrevistas roteirizadas, conforme dados obtidos anteriormente.

Já era esperado que conseguir acessar essas mulheres seria um desafio, seja pela agenda sabidamente repleta de compromissos, seja pela necessidade de fazer os contatos por meio de suas assessorias. Mas, devido à pandemia por COVID-19 e as eleições municipais de 2020, a dificuldade foi ainda maior.

As primeiras tentativas de contato foram feitas pelos telefones dos gabinetes das parlamentares, disponíveis no site da ALMG, o que surtiu pouco efeito, considerando o trabalho remoto, adotado em virtude da pandemia.

Em seguida, buscou-se na internet formas de contatar as assessorias, sobretudo por meio do acionamento de contatos em comum nas redes sociais (*Instagram*) e dos sites pessoais das Deputadas, nos quais foi possível localizar os números de celular das assessorias que, principalmente por *WhatsApp*, buscaram entender do que se tratava a pesquisa e intermediaram o contato.

Importante destacar que a receptividade e o interesse em participar foi imediato e apenas uma Deputada informou que preferia não participar, após ter sido enviado à sua assessoria o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹², a Carta de Apresentação da Pesquisa¹³ e o Roteiro com as perguntas¹⁴.

Contudo, mesmo com o manifesto interesse inicial, não foi fácil agendar as entrevistas e diversos contatos foram necessários para conseguir realizá-las. E mesmo tenham se disponibilizado em participar e seja inegável o empenho de suas assessorias para conseguir uma brecha nas agendas, não foi possível realizar as entrevistas com 3 delas a tempo de concluir esta pesquisa.

¹² APÊNDICE A

¹³ APÊNDICE B

¹⁴ APÊNDICE D

Assim, foram entrevistadas 05 das 09 Deputadas da 19ª Legislatura da ALMG: Rosângela; Celise, Sheila, Ana Paula e Laura. Estas foram altamente solícitas e compartilharam suas histórias sem receio de julgamentos, falando abertamente sobre todos os temas trazidos.

Importante destacar que todas elas demonstraram muito orgulho de suas trajetórias. Em todas as entrevistas pode-se perceber momentos em que as Deputadas se emocionaram e algumas até foram às lágrimas lembrando de suas histórias, o que reforça a percepção de que o caminho percorrido para ocupar aquele espaço foi árduo.

Mesmo com condições socioeconômicas, culturais e trajetórias políticas diversificadas, diversos aspectos de suas trajetórias as aproximam, por serem mulheres e terem se colocado no espaço político. A análise das suas falas demonstra os pontos que as distanciam entre si e os pontos que são comuns no percurso para alcançar uma cadeira na ALMG.

A oportunidade de poder conversar com essas mulheres e ouvir suas histórias foi uma experiência incrivelmente forte, emocionante e esclarecedora. Não há dúvidas de que há uma trajetória complexa, cheia de percalços e lutas, que permitiu, não só que fossem eleitas, mas que se dedicassem às suas atividades na ALMG com maestria.

Optou-se por descrever as entrevistas e suas trajetórias em ordem geracional, da mais velha para a mais nova, como uma forma de sistematizar e analisar seus percursos à luz de suas gerações.

5.4.1 Rosângela Reis, 58 anos, Partido Podemos - PODE

Rosângela foi a primeira Deputada a ser entrevistada e a única a conceder a entrevista presencialmente, em seu gabinete na ALMG.

Apesar da ALMG estar bem mais vazia do que de costume, lembrando que ainda não haviam sido retomadas as sessões presenciais da Casa, o Gabinete estava em pleno funcionamento. Diversos assessores, jovens e de ambos os sexos, estavam espalhados pelas diversas mesas da antessala do gabinete parlamentar, que conta com o nome e a foto de Rosângela na porta, seguindo o padrão de identificação da Assembleia.

A Deputada mal encerrou uma chamada de vídeo e já iniciou a entrevista, que durou cerca de 50 minutos, na sala do gabinete, no qual havia apenas sua mesa e uma mesa de reuniões. Nos

primeiros minutos já informou que teria outra reunião em seguida com representantes da Companhia Energética de Minas Gerais S.A (CEMIG).

Nesse momento ficou claro que a rotina das parlamentares, de fato, é cronometrada e os compromissos são inúmeros, o que levou a reflexão sobre como elas conciliam os afazeres políticos com a vida privada e as exigências sociais que recaem sobre as mulheres.

Muito agitada, bem vestida e maquiada, comentou sobre as tratativas da reunião anterior para abastecimento de água no interior do Estado e quis saber sobre a pesquisa, demonstrando muita disponibilidade para contar sua história.

Rosângela nasceu em Mesquita/MG, em 18/04/1963, e é a 12ª filha de uma família de 13 filhos, 10 mulheres e 03 homens. Sua mãe era parteira e participativa na comunidade local, principalmente no auxílio aos doentes promovidos pela igreja católica.

Ao falar de seu pai e da casa em que cresceu, localizada na área urbana, mas com uma área em que mantinham uma horta e plantavam alimentos, Rosângela se emocionou.

Seu pai era concursado do Estado como coletor de lixo, com a quarta série primária, e foi fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na cidade, além de ministro da eucaristia. No decorrer da entrevista foi possível perceber que era uma pessoa que valorizava o capital educacional, pois “sonhava em ter uma filha professora”, mesmo tendo permitido que as filhas mais velhas se casassem com quinze anos.

Ao descrever sua trajetória, evidenciou que em 1970 mudaram-se de Mesquita para Coronel Fabriciano, onde seu pai comprou uma “casinha”. Com sete anos começou a cursar a primeira série primária. Mas a família não se adaptou e por dificuldades financeiras voltou para Mesquita no ano seguinte, para uma casa maior e com mais fartura.

O retorno para Mesquita durou quatro anos, período em que as irmãs se casaram e Rosângela estudou até a quinta série primária. Como a família já tinha diminuído e alguns filhos já conseguiam contribuir para a manutenção da casa, mudaram-se novamente Coronel Fabriciano.

A ausência de vagas em escolas públicas da região e a dificuldade financeira da família, levou o pai de Rosângela a conseguir bolsa de estudos em escolas particulares para 05 filhos, o que mais

uma vez demonstra seu apreço pelo capital educacional, vislumbrando nos estudos a possibilidade de mobilidade social.

Rosângela, em três anos finalizou o ensino fundamental na escola particular e conseguiu uma vaga na escola estadual para o Ensino Médio, na qual se formou, concomitantemente, em Magistério, como desejado pelo seu pai.

Logo em seguida, em 1981, quando tinha apenas 18, se casou com um homem 7 anos mais velho, chefe de área na Usiminas, e chegou a buscar trabalho em algumas escolas Municipais e Estaduais, mas não obteve sucesso devido à dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Em 1984, com 21 anos, teve sua primeira filha, hoje advogada, e, 04 anos depois, em 1988, seu segundo filho, engenheiro de controle a automação.

Mesmo sendo responsável por todo o cuidado com a casa, decidiu fazer o curso superior de Pedagogia, após o nascimento dos filhos. Nesse momento, contou que não teve apoio do marido para fazer o curso superior, nem para o cuidado dos filhos, lembrando com pesar que, em alguns episódios, chegou a deixar a filha de quatro/cinco anos cuidando do irmão menor para que ela pudesse estudar. Destacou, também, o auxílio da sogra que morava próximo.

Por ter cursado uma faculdade particular, destacou que sua trajetória acadêmica “foi aos trancos e barrancos, foi indo e conseguindo arrumar o dinheiro e pagar”.

Quando se formou, começou a trabalhar, já com menos oposição do marido. Nesse trabalho começou a desenvolver um projeto social¹⁵ de qualificação profissional, mesma área em que se especializou – qualificação profissional e investimento no primeiro emprego. Foi possível perceber em seu discurso que esse projeto social, que ainda está ativo, lhe trouxe muito reconhecimento social na comunidade local.

Em seguida, ela começou a contar de como se deu sua entrada na política, dizendo que tudo começou a acontecer quando seu marido estava “fazendo um vereador na cidade”. Ela atribui ao marido a sua entrada no meio político, dizendo que apoiou a empreitada de promoção do vereador, que apesar de ser eleito, faleceu um ano e oito meses depois.

¹⁵ SERTEP - Serviço Educacional Técnico e Profissionalizante.

Nesse momento ela destacou que não tinha pretensões políticas e trouxe mais uma vez seu projeto social. Disse que a Usiminas já contava com programas de capacitação e ela agregou seu trabalho social de profissionalização à empresa. Tal fato, somado ao apoio dado ao marido na promoção política do vereador, fez surgir a indicação de seu nome para substituir o vereador falecido.

Se filiou então ao Partido Verde (PV), mas não tinha pretensão de sair candidata a deputada, pois estava preocupada com o projeto social mantido junto à comunidade, mas via a dificuldade para manter esse trabalho. A entrada na política veio para ela, então, como um caminho que poderia levar ao crescimento das ações sociais.

Contou que antes de ser candidata, o Dr. Ronaldo Souza, empresário importante na região do Vale do Aço, viu a situação do projeto social e falou: “Rosângela sai candidata a vereadora na cidade” (Ipatinga).

Seu nome saiu como candidata a vereadora pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), que contava com um grupo organizado na cidade.

Assim, em 2000, quando muitos acharam que Rosângela entraria para ajudar a coligação a eleger os candidatos homens, destacando que ainda não existia a Lei de Cotas, ela foi eleita com três mil e trinta e três votos, sendo a mais votada.

Importante ressaltar que, nesse momento, o marido já não mais se opunha ou dificultava as pretensões de Rosângela, apoiando que ela se candidatasse, pois ele se apropriou do capital associativo para fomentar os trabalhos de promoção política que ele realizava.

O sucesso no primeiro pleito eleitoral a fez traçar o objetivo de uma próxima eleição, que demandaria a troca de partido, diante da ruptura interna que dividiu o grupo. Ela, então passou a trabalhar com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para formar um grupo de pessoas dentro da cidade e foi reeleita com seis mil quinhentos e dezenove votos.

“O trabalho na Câmara de Vereadores de Ipatinga o trabalho não foi fácil”, foi discriminada por ser mulher e ouviu que deveria “ficar na sua casa lavando roupa, cozinhando”. Destacou a rivalidade e a disputa no meio político, bem como que via sua capacidade sendo questionada a todo tempo. Na primeira legislatura em que se elegeu eram apenas três vereadoras e na segunda Rosângela era a única mulher.

O segundo mandato como vereadora foi interrompido, quando se candidatou e venceu as eleições para o cargo de Deputada Estadual, pela primeira vez, em 2007.

A ideia de candidatar para Deputada Estadual foi fruto do trabalho de anos, já consolidado. Ressaltou que sempre buscou parcerias, apoios, indo também para Brasília, nos Órgãos das Secretarias, dos Ministérios, para a cidade e também para os projetos na área social.

Ao lembrar de como decidiu concorrer para o cargo, lembrou de uma passagem e contou que “um dia subindo as escadas aqui da Assembleia, aí alguma coisa falou assim comigo: você vai vir para cá”. Se candidatou pela primeira vez em 2007 e foi eleita com 66 mil votos.

Ao contar de suas campanhas, disse que sempre foram muito simples, com poucos recursos financeiros, e que contou sempre com a população. Afirmou que nunca teve apoio financeiro significativo dos partidos, mesmo com sua participação efetiva nas questões partidárias.

Rosângela já está em sua quarta¹⁶ Legislatura como Deputada estadual. Foi coautora da Comissão Permanente de Mulheres da ALMG, da qual foi presidente por duas legislaturas.

Quando contava da Comissão Permanente de Mulheres, destacou que essa trata de assuntos polêmicos, e que, enquanto presidente da comissão, ia para os Municípios das regiões, fazer as discussões sobre a violência contra mulher, sobre as mulheres dos espaços de poder e apresentou alguns projetos de lei aqui na casa sobre temas femininos, os quais foram aprovados.

Importante destacar que a Deputada sempre usava o termo “causas femininas”, evitando usar o termo “feministas”.

Ao ser perguntada sobre o interesse em se candidatar novamente, disse que seu projeto é a reeleição para Deputada Estadual, para dar continuidade ao seu trabalho. Falou que tem uma parceria com um Deputado Federal e não pretende ir para o campo dele.

¹⁶ 16ª - 2007-2011- Efetiva de 01/02/2007 até 31/01/2011 (Em exercício em 01/02/2007)

¹⁷ª - 2011-2015- Efetiva de 01/02/2011 até 31/01/2015 (Em exercício em 01/02/2011)

¹⁸ª - 2015-2019- Efetiva de 01/02/2015 até 31/01/2019 (Em exercício em 01/02/2015)

¹⁹ª - 2019-2023- Efetiva de 01/02/2019 até 31/01/2023 (Em exercício em 01/02/2019)

Já quase encerrando a entrevista, contou que participou de um projeto junto à Escola Legislativa para fazer a formação para mais mulheres na política, pois acredita que as mulheres precisam ser motivadas nesse campo para que elas podem alcançar melhores resultados.

Ao final Rosângela fez questão de fazer um vídeo contando da sua participação na pesquisa para disponibilização nas redes sociais.

Figura 3 – Deputada Estadual Rosângela Reis



Fonte: (ALMG, 2021b).

5.4.2 Celise Barreiros Laviola Cabral de Lira, 60 anos, Partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB

A entrevista com Celise foi online e durou cerca de meia hora. O contato foi intermediado pela assessoria e no horário marcado ela estava sozinha na sala do *GoogleMeet*, direto de seu gabinete na ALMG.

Também vinda de outra reunião online, ela estava vestida de maneira formal e maquiada. Diferentemente das demais, ela não contou sua história de forma fluída, sendo necessária maior intervenção da pesquisadora com perguntas objetivas, sem que significasse resistência à entrevista.

Celise nasceu Belo horizonte, em 16/07/1961, mas cresceu em Conselheiro Pena, no interior do estado de Minas Gerais.

Logo no início da entrevista, contou que seu pai foi o pioneiro da família na política, tendo sido Vice-Prefeito e Prefeito de Conselheiro Pena, antes dela ter nascido. Depois, foi Deputado Estadual por seis mandatos e, nos quatro últimos, o mais votado do Estado.

Quando ele se aposentou da política, indicou seu genro, marido da irmã de Celise, para sucedê-lo. Não foi possível aferir o porquê da escolha do genro em detrimento das filhas. A morte do cunhado, que chegou a se eleger deputado estadual e permaneceu no cargo por cinco mandatos, levou Celise para a política. Ela já começou sua carreira se candidatando para o cargo de Deputada Estadual e está em seu segundo mandato.

Antes de ser político, seu pai foi bancário e policial militar. Ela fez questão de destacar que ele sempre foi muito carismático e uma pessoa muito humana, que trabalhou com pautas voltadas à população mais carente. Disse, ainda, que até hoje quando viaja, encontra fotos dele e do seu cunhado nos lugares que visita.

Sua mãe está com 92 anos e, até pouco tempo, dirigia em Belo Horizonte. Celise a descreveu como uma pessoa muito ativa, esperta e que acompanhava e apoiava muito o marido, embora não fosse amante da política em si. Seus pais tiveram três filhas e a mais velha já faleceu.

Com cerca de 21 anos, antes de se casar, Celise foi aprovada no concurso público da ALMG, como servidora administrativa da Casa. Essa foi sua primeira ocupação profissional. Foi uma das fundadoras do sindicato e disse ser sindicalizada até hoje, apesar de aposentada. Mas não vê o sindicalismo como seu marco político.

Conheceu seu marido no gabinete de seu pai na ALMG e se casaram 1992. Seu marido, além de agropecuarista, sempre esteve envolvido com política, ele já era prefeito quando se conheceram, por isso nunca se opôs à sua candidatura.

Celise teve três filhos, a menina mais velha tem 35 anos, o menino 28 anos e a caçula 23 anos, nenhum deles é casado. Os dois filhos mais velhos são advogados como ela, já a mais nova é publicitária, destacando que todos sempre apoiaram e ajudaram no seu trabalho.

Contou que quando entrou na política, seus filhos já tinham idade suficiente para acompanhá-la, a filha mais velha já estava concluindo a formação superior, o filho de meio já cursava Direito e a caçula já estava concluindo no Ensino Médio. Portanto, em tese, não tiveram muita alteração

em suas vidas. Contudo, ela reconhece que ficou mais ausente e teve que dividir seu tempo, além de “transformar a quantidade do tempo em qualidade do tempo”.

Celise começou a contar sobre sua formação educacional a partir dos cursos de graduação. Ela se formou muito jovem em Filosofia e, dentro do próprio curso, fez o curso de História. Logo em seguida, concluiu o curso de Direito, todos na PUC. Foi aprovada na prova da OAB, fez pós-graduação em Direito Eleitoral e advogou.

Contou que fez parte do movimento estudantil na PUC quando estudava Direito, mas que não tinha atuação muito forte nesse espaço.

Ao descrever o meio político, evidenciou o quanto é ainda muito masculino e que, ainda enfrente algumas dificuldades por ser mulher, os colegas têm sido receptivos.

No Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido ao qual sempre foi filiada, foi a única mulher, dentro do primeiro mandato, e continua sendo a única, agora no segundo mandato. Além do relacionamento com a bancada não ser tão estreito, disse que “trato com mulher é diferente, às vezes, até, assim, a gente tem uma sensação de que os deputados se sentem, às vezes, até constrangidos ou intimidados com a possibilidade de a gente ter uma atenção muito grande política e a gente sente que existe um trato diferente nessa situação”.

Quanto ao apoio do partido, por ser o partido de seu pai e cunhado, disse que foi quase uma ocupação automática, natural. Não encontrou obstáculos para se candidatar, mas encontrou diferenças em relação aos candidatos homens na hora da campanha, nas condições de trato e na forma como os mandatos são valorizados.

Em relação às campanhas, evidenciou que contou com o apoio do Deputado Federal Mauro Lopes, em todos os sentidos

Por fim, quanto à possibilidade de reeleição, Celise disse que depende muito das suas bases, são elas que ditam os rumos políticos. Mas afirmou que está em uma fase muito boa, alinhada com o governo do Estado atual. Essa sua fala demonstrou seu interesse em permanecer na política.

Figura 4 – Celise Barreiros Laviola Cabral de Lira



Fonte: (ALMG, 2021b).

5.4.3 Sheila Aparecida Pedrosa de Mello Oliveira, 42 anos, Partido Social Liberal - PSL

Sheila também concedeu a entrevista através do *GoogleMeet*, pois estava em viagem oficial, em Juiz de Fora. Apesar de estar sozinha na plataforma de vídeo, era possível perceber que haviam outras pessoas na sala, aparentemente seus assessores.

Assim como as demais, também vinha de outro compromisso virtual, o que a levou a se atrasar alguns minutos e a começar a entrevista se desculpando e esclarecendo que sua agenda não tem uma brecha sequer. Novamente ficou evidente o quanto é atribulada a função de Deputada Estadual e como essas mulheres são demandadas.

Vestida de maneira mais casual, se comparada às demais Deputadas, estava com uma camiseta branca e calça jeans, com maquiagem leve, cabelo solto, liso e com luzes, como em suas fotos oficiais. Sheila é uma mulher jovem, o aparelho ortodôntico com a roupa despojada a deixam reforçam essa imagem.

Sheila é muito sorridente e demonstrava grande interesse em participar da pesquisa, contando detalhes de sua trajetória de vida. A entrevista durou cerca de 45 minutos.

Ela nasceu em Presidente Prudente, em 12/10/1978, no interior de São Paulo. Seu pai era caminhoneiro, o que o levava a viajar muito, e a família tinha um “comerciozinho”, que era administrado por sua mãe. É a filha do meio, tendo um irmão mais velho e um mais novo. Descreve sua família como “aquela família tradicional do interior mesmo”.

De família católica praticante, cresceu na igreja, “fazia tudo, participava, tocava violão na igreja”. Citou que sua avó era Ministra da Eucaristia e que a acompanha para levar comunhão para os idosos da cidade. Sobre a avó disse, ainda, que era muito apegada a ela e a via como um exemplo, contando que ela “nunca entrou para política, era uma pessoa semianalfabeta, mas muito politizada”.

A única participação política de sua família foi um tio, vereador em Presidente Prudente por dois mandatos, mas, os poucos detalhes dados e a forma como ela lembrou vagamente desse fato, leva a crer que isso não exerceu grande influência em sua trajetória.

Estudou em escola Pública a maior parte de sua formação básica, em uma escola próxima a sua casa, frequentada pelas crianças do bairro, o que fazia com que a convivência fosse intensa nas atividades escolares e nas brincadeiras de rua.

Com dezoito anos passou no concurso para Agente Comunitária de Saúde, cargo no qual ficou até passar para o concurso para Inspetora de Polícia no Rio de Janeiro. Nessa época, atuou em comunidades carentes do município e voltou às casas que visitava quando mais jovem com sua avó. Também trabalhava e estudava nesse período, pois já cursava Direito na Fundação Toledo de Ensino, em Presidente Prudente.

Sobre a razão de ter escolhido o direito, contou que sua família tem muitos policiais e seu sonho era ser policial também. Sonho esse que parece ter sido fruto, também, da convivência com a família de seu ex-marido.

Sheila se casou muito nova, com apenas 19 anos, com seu primeiro namorado, o qual começou a namorar com 14 anos. Ele, 5 anos mais velho, era seu vizinho. Seu então sogro era da polícia técnica de São Paulo, que em Minas corresponde à perícia criminal, e exerceu forte influência sobre a vontade de Sheila de entrar para a Polícia.

Seu ex-marido também cursou direito. Ela o descreveu como muito estudioso e contou que, quando entrou para faculdade, ele já estava saindo e depois passou no concurso de delegado de polícia em São Paulo. Isso certamente também a influenciou.

Depois do concurso ele foi trabalhar na capital e ela continuou morando no interior. O casamento se deu antes da conclusão do curso e, mesmo depois de casada, continuaram a morar separados.

Quando se formou, prestou o concurso para inspetora de polícia e, em 2001, foi trabalhar no Rio de Janeiro, mas seu então marido continuou em São Paulo. Apesar da distância, era mais perto ir do Rio de Janeiro para São Paulo do que de Presidente Prudente, que fica na divisa com Mato Grosso do Sul.

Posteriormente o convenceu a prestar o concurso de delegado no Rio de Janeiro e ele passou, mas deixou claro que continuaria estudando para a magistratura. Assim, para convencê-lo a assumir o cargo, ela se propôs a ajudar no trabalho de delegado. Ao falar de seu ex-marido ela destacou muito a parceira que tinham e ainda têm, mesmo após o fim do casamento.

Ela o ajudou com o trabalho e ele foi passando em outros concursos, até passar no concurso para Juiz no Estado de Minas Gerais, o que os fez voltar a morar afastados. Sheila, então, voltou a estudar para concursos e foi aprovada no concurso para Delegado em Minas, mudando-se em 2006.

Nesse momento de sua vida, com vinte e oito anos, a Delegada, casada com um Juiz, decidiu que era hora de ter filhos, evidenciando que não evitava eventual gravidez, pois ficava muito sozinha e até gostaria de engravidar.

A dificuldade de engravidar a levou a fazer fertilização *in vitro* e teve seu primeiro filho, em 2007, mas ressaltou como foi desgastante o processo. Quando foi tentar a segunda gestação descobriu a endometriose e, mesmo com todo o sofrimento do processo, fez novamente a fertilização e vieram trigêmeos, em 2009.

Ela disse que os filhos não interferiram no seu processo político, mas reconheceu seus privilégios, tendo uma rede de apoio muito grande, formada principalmente por seus familiares, sobretudo do ex-marido, que é um pai ativo na vida dos filhos. Além disso, seus filhos, desde pequenos, frequentavam a creche em período integral. Hoje seus filhos se interessam por política e a apoiam, dão, inclusive, ideias e até a convenceram fazer um *TikTok*.

Sheila começou sua carreira política como vereadora de Juiz de Fora, em 2015. Era conhecida no Município por ser delegada e pelo trabalho, que fazia com as crianças da cidade, de prevenção ao uso de drogas e violência doméstica. Ela atribuiu à essa aproximação com as comunidades locais, com as famílias, a vontade de se candidatar e se disse surpresa por ter sido eleita a vereadora mais bem votada na história de Juiz de Fora. Na época era ligada ao Partido Trabalhista Cristão – PTC.

Nessa época, ainda estava casada e contou que, apesar de seu marido não gostar e reclamar de sua ausência, sempre a apoiou na carreira política. O Divórcio veio quando ela estava em campanha para Deputada Estadual. Contou que esperou terminar o pleito eleitoral e formalizou. Independente das incompatibilidades, a separação foi tranquila e ele ajudou durante toda a campanha.

Apesar de falar sobre o apoio do ex-marido, Sheila destacou que acredita que um dos problemas para a presença da mulher na política é o marido, companheiro, namorado, que não entendem as ausências, há muito atrito pelo horário puxado, ciúmes.

Ser uma mulher divorciada na política não passou despercebido, ela contou que sofreu e ainda sofre muito preconceito. Nesse momento, com bastante ressentimento, relatou sobre sua candidatura para a prefeitura de Juiz de Fora, na qual foi muito atacada. “A mulher é assim: quando as pessoas não acham alguma pedra para atacar a vida profissional dela, eles vão na vida pessoal, sabe”.

Afirmou que foi vítima de *fake news*, que envolveram a perda da guarda dos filhos, traição e, até mesmo, que seu ex-marido e filhos iriam gravar vídeo falando mal dela, foram ataques muito pesados que deixaram marcas nela e em seus familiares. A personalidade reservada do ex-marido, sua profissão, o fato dos filhos serem adolescentes e verem todos os ataques na internet, a preocupam muito e a os traumas causados pelas mentiras lhe impactaram bastante, visto que afirmou que não se candidataria novamente, para nenhum cargo do Poder Executivo.

Sobre o exercício da política, trouxe uma interessante reflexão sobre os obstáculos velados existentes, dizendo que “a mulher por natureza tem uma limitação de fazer parte de onde tudo acontece”. Ela exemplificou sua afirmação com seu namorado Deputado Federal, destacando que, em Brasília, só se vê homens nas reuniões, que estas normalmente acontecem à noite, nos apartamentos funcionais. Nesse cenário, a participação feminina é dificultada, torna-se uma situação constrangedora, “eles ficam constrangidos com a presença da mulher e a mulher fica constrangida com ambiente predominantemente masculino”.

Ela não foi a única Deputada a relatar essa política feita fora do horário e do ambiente parlamentar, que inevitavelmente dificulta a participação feminina.

Na Assembleia, segundo ela, há menor incidência desse comportamento, as discussões normalmente acontecem durante o dia. Contudo, mesmo assim, há segregação velada, pois,

como destacado por ela, não havia mulheres na mesa diretora da Assembleia Legislativa de Minas Gerais na data da entrevista, acrescentando que, quando a bancada feminina iniciou um movimento para colocar pelo menos uma mulher na mesa diretora, marcaram rapidamente a eleição, frustrando o plano das parlamentares.

Sheila reconhece que grande parte do respeito recebido na ALMG se deve à sua profissão, bem como que, apesar de ser comunicativa e extrovertida, na hora de trabalhar é mais séria, mais fechada, o que deixa os companheiros mais arredios.

Ao falar sobre seu viés político, se identificou como centro direita, por ter grande apreço pelas causas sociais, mas ser voltada para o liberalismo econômico.

Sobre a migração partidária, relatou as dificuldades que enfrentou para se candidatar para o cargo de Deputada Estadual. Por ter sido uma vereadora eleita com muitos votos, automaticamente foi colocada pela população como candidata a Deputada, mas normalmente os partidos já tem deputados de mandato que querem garantir a continuidade, eles não querem colocar no partido pessoas que tem chance de ocupar a cadeira deles. Então, era uma incógnita, não sabia quantos votos ela teria, mas as pessoas sabiam que seria bem votada. Diante disso, o próprio PTC demonstrou não ter interesse que fosse eleita Deputada Estadual e a “convidou” a deixar o partido.

Sheila foi em busca de outros partidos, mas encontrou muita resistência. Os dirigentes a convidavam, mas quando os demais candidatos a viam diziam que não queriam ela lá, porque ela teria muito votos. Até que recebeu convite do PSL, eles a procuraram e, por afinidade com as bandeiras defendidas, como a questão da segurança pública, ela se filiou na última semana antes do prazo. Contudo eles, também já não a queriam mais como candidata a Deputada, queriam que fosse candidata a senadora no Estado de Minas Gerais. Diante de toda a dificuldade enfrentada para conseguir um partido, ela ficou de pensar, mas não aceitou e insistiu na candidatura para a ALMG.

Sheila foi eleita para seu primeiro mandato como Deputada em 2018, com 80.038 (oitenta mil trinta e oito votos), apesar da pouca verba disponibilizada do fundo partidário pelo PSL, cerca de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Sua principal estratégia de campanha foi dividir os custos com Charlles Evangelista, candidato à Deputado Federal em 2018, que hoje é seu namorado. A

campanha conjunta e majoritariamente feita nas redes sociais, custou 50% mais barato, de acordo com ela.

As circunstâncias políticas de 2018 fizeram com que Sheila fosse atacada durante a campanha com a #ELANÃO, em referência ao movimento #ELENÃO, direcionado ao então candidato Jair Bolsonaro, muito devido a serem do mesmo partido. Havia quem já a apoiava e questionou a escolha do partido e havia quem era apoiador do presidente e a atacava porque ela não fazia campanha para ele.

Sheila se vê como uma representante da Polícia Civil na ALMG, a qual não tinha nenhum deputado policial em sua história, mas, apesar de ser filiada ao Sindicato dos Delegados de Polícia e à Associação, nunca se envolveu com o movimento sindical e não foi eleita por essa bandeira.

A reeleição está nos planos da Deputada, pois o período de quatro anos e a pandemia não permitiram que realizasse todos os projetos que queria.

Por fim, Sheila contou sobre o Projeto Aurora, uma escola de formação política feminina promovida por ela. Conforme descreveu, não se trata de treinar mulheres para serem candidatas, mas capacitar mulheres para atuar na vida pública. São várias frentes que “ajudam mulheres que tem condições, tem capacidade, mas não tem coragem porque não é fácil. Você tem que renunciar muita coisa”.

Figura 5 – Sheila Aparecida Pedrosa de Mello Oliveira



Fonte: (ALMG, 2021b).

5.4.4 Ana Paula Siqueira, 41 anos, Partido Rede Sustentabilidade

Ana Paula também concedeu a entrevista através do *GoogleMeet*, estava em um veículo, se deslocando entre compromissos externos, demonstrando muito interesse no trabalho e em contribuir.

Uma das primeiras Deputadas negras da ALMG, trajava roupa casual, com maquiagem leve e seus cabelos naturais.

A assessora que intermediou os contatos e fez o agendamento, estava presente na chamada de vídeo, mas estava em ambiente diverso. Além do trabalho, ambas possuem vínculo claro de amizade, pois, conforme se percebeu no decorrer da entrevista, se conhecem há anos, estudaram juntas e trabalham juntas há algum tempo. Sua assessora não interferiu na entrevista, mas em vários momentos Ana Paula se dirigiu a ela falando das lembranças comuns.

Nascida em Belo Horizonte/MG, no Bairro Vera Cruz, região descrita por ela como periférica, em 02/02/1980. Seu pai, Jair, é mecânico de elevadores, hoje aposentado, e sua mãe, além de cuidar da casa, é manicure, ambos estudaram até o Ensino Fundamental.

Ana Paula é a terceira de quatro filhos da família. Ao descrever seu núcleo familiar, colocou seu pai como o provedor e disse: “família tradicional, onde o homem sai para trabalhar e a mãe fica em casa cuidando das crianças e o meu pai foi sempre aquela pessoa que trazia o alimento em casa, subsidiava tudo que a gente precisava”.

A família é católica e sempre participou das atividades da Igreja. Ana Paula iniciou cedo na catequese, nos movimentos sociais da igreja e pastorais, foi catequista. Participou, também da banda de criança da igreja, conduzido pela irmã Natália, sobre a qual Ana Paula falou com muito carinho e contou que mudou seus horizontes após participar desse projeto.

Todos os filhos estudaram em escola pública e Ana Paula começou a trabalhar aos 13 (treze) anos de idade. Foi a primeira filha a trabalhar, para colaborar com as despesas domésticas, o que ela atribui ao seu ímpeto de “buscar minhas coisas, aproveitar as oportunidades que me apareciam”. Trabalhava como assistente administrativo, em uma empresa de reciclagem de professores, fazia contato como os professores, pagava contas.

Estudou no Instituto de Educação, complexo de ensino público localizado na capital mineira, desde 1984, quando tinha quatro anos de idade. No ensino médio, concomitantemente, fez pelo próprio Instituto, Formação de Curso Técnico de Magistério.

Contou que durante sua formação, participou de vários grupos e atividades do Instituto de Educação, encabeçando, inclusive, a manutenção das atividades da Fanfarra, na qual tocava instrumento de sopro, e que havia sido interrompida na mudança de Governo do Estado.

No Instituto, já com 16 anos, trabalhou em várias funções, em seu contra turno, na cantina da escola, como atendente na faxina, na lojinha do Instituto, no Museu da escola e na Biblioteca, com o intuito de ter algum rendimento.

Antes de se formar no ensino médio, foi convidada a ir trabalhar no Pré-UFMG, cursinho pré-vestibular criado em 1996 voltado a inserir alunos de baixa renda, oriundos do Ensino Público, nas Universidades Federais. Trabalhou lá de 1997 até 2008. “Eu trabalhava de manhã e estudava a tarde”. Começou como recepcionista, passou pela função de assistente administrativo, assessoria da coordenação, função de gestão, foi responsável pelo trabalho dos funcionários, auxiliar administrativo. Durante o período em que trabalhou no Pré-UFMG, mesclava o trabalho com o curso de Serviço Social da PUC Minas. Trabalhava durante a manhã e tarde, estudava à noite.

Ao longo dos anos o cursinho foi crescendo, chegou a ter três unidades e o fundador deixou suas funções no Pré-UFMG para assumir o cargo de vereador na Capital. Nesse momento, Ana Paula assumiu a função de coordenadora administrativa da Instituição e, depois, a função de coordenadora geral da Instituição. Ela destacou que sua experiência foi muito importante em sua trajetória política, pois permitiu que entendesse as periferias e as necessidades de políticas pública, principalmente de ensino e mobilidade social, permitindo ainda, que utilizasse seus conhecimentos como assistente social.

Os primeiros semestres do curso de Serviço Social, pagava as mensalidades com o dinheiro do seu trabalho, mas, em um determinado momento, não tinha mais condições de continuar pagando as mensalidades, o que a levou a pleitear bolsa na PUC Minas. Para conseguir a bolsa, já no terceiro ano de curso, o padre da sua Paróquia redigiu uma carta para Dom Serafim, que na época era o reitor da Universidade, a apresentando e contando sobre sua trajetória, sua participação na

igreja e registrando a pouca condição financeira que possuía. A bolsa permitiu que concluísse o curso.

Muito orgulhosa de sua história, para ilustrar como sua personalidade sempre foi voltada para a busca do que considera certo e justo, contou um episódio da sua infância, no qual, com apenas nove anos, buscou uma maneira de ver cumprido seus direitos na escola, quando a professora lhe tirou a carteira que ela tinha pegado por ter chegado cedo e deu a outro aluno, o que obrigou a Ana Paula a procurar por uma cadeira na escola. Indignada, ela se escondeu e quando foi encontrada deixou claro que fez aquilo porque não considerava justo ser obrigada a buscar por cadeira, quando havia chegado cedo para garantir seu lugar na sala.

Ana Paula disse que resignificou essa e outras histórias com o tempo e que acredita que, também por isso, escolheu o Serviço Social, um curso que, segundo ela, dá subsídio para a luta por direitos.

Durante seu curso superior, enquanto trabalhava no Pré-UFMG, fazia a avaliação de questionários socioeconômicos para o projeto de bolsas. Conversava com as pessoas, com os pais, ligava para as famílias, e disse que aprendeu muito com essa escuta. Após a graduação, fez especialização em gestão de pessoas.

Ana Paula se casou e teve três filhos, que na data da pesquisa têm cinco, três e um ano de idade.

Paulo Lamac, o fundador do Pré-UFMG foi candidato a Vereador em 2004 e a Deputado Estadual em 2008, 2010 e 2014 e Ana Paula participou como coordenadora de campanha.

Em 2010, quando Paulo Lamac estava em seu segundo mandato como vereador, ele precisava recompor sua equipe para seguir o trabalho político. Foi então que ele a convidou para entrar na equipe dela na Câmara Municipal. A chefe gabinete dele estava licenciada e Ana Paula assumiu a coordenação do mandato de chefe de gabinete. Seu trabalho envolvia a gestão de pessoas, gestão dos contatos políticos, a garantia da funcionalidade do gabinete, supervisão das tarefas legislativas, da área da comunicação.

De 2010 até 2016 foi chefe de gabinete de Paulo, tanto no mandato da Câmara de Vereadores, como no mandato da ALMG.

Ana Paula foi filiada ao Partido dos Trabalhadores e lá foi dirigente partidária, e coordenadora estadual de formação política. Depois, acompanhando Paulo, saiu do PT, e se filiou ao Partido de Rede Sustentabilidade, recém-formado, no qual foi presidente em âmbito Municipal, responsável pela organização partido em âmbito Estadual e, depois, presidente Estadual do Partido. “Concomitantemente eu era presidente do partido e chefe de gabinete na Assembleia”.

Em 2017, foi convidada a ser Secretária Municipal de Belo Horizonte, com responsabilidade sobre a pasta da participação popular e trabalhava a integração da população com a administração, por meio do orçamento participativo e administração dos conselhos de políticas públicas.

Em 2018, recebeu do partido e do grupo político que compunha o convite para a disputa ao cargo de Deputada Estadual.

Sobre sua campanha contou que não teve apoio financeiro e que recebeu apenas R\$ 800,00 (oitocentos reais) do fundo eleitoral, fato que ela atribuiu à presença de uma candidata mulher à Presidência da República, Marina Silva, para quem os recursos femininos acabaram sendo canalizados.

Apesar da ausência de recursos financeiros expressivos, disse que o partido lhe deu uma plataforma e lhe abriu uma possibilidade única, pois era o único partido no Brasil que obrigatoriamente já trabalha qualidade nos cargos de direção, pois não conta com um presidente propriamente dito, mas com porta vozes, sendo obrigatoriamente um homem e uma mulher.

Ana Paula contou que o partido lhe proporcionou o contato com pessoas que podiam lhe apresentar de forma ampla e seu grupo político trabalhou muito a partir do histórico do Lamac.

O seu slogan de campanha era: “não dá para querer mudar e não mudar”, uma alusão à necessidade de novos atores na ALMG.

Era a primeira eleição estadual do partido também, então, Ana Paula é a primeira deputada eleita pelo Rede Sustentabilidade em Minas Gerais. As circunstâncias políticas de 2018 também foram citadas por ela como um fator que influenciou na sua eleição e disse “o partido foi fundamental, essencial. Se eu tivesse em outra sigla, talvez eu não tivesse sido eleita, porque o partido conseguiu fazer uma chapa para eleger com relativamente poucos votos”. Foi eleita com 24.000 votos, uma votação pequena quando se pensa na dimensão estadual.

Ana Paula disse expressamente que não era um cargo com o qual sonhava ou que planejava alcançar, mas que o acúmulo de vida social na igreja, atuação em movimentos sociais, ligação com os partidos, sua experiência na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa, a levaram até lá.

O fato de ser uma mulher negra nesse processo eletivo, é visto por ela como um fator positivo, principalmente porque a ALMG nunca tinha tido Deputadas negras, e isso foi usado na campanha para pedir voto, “era sinal que a gente de fato estava mudando a política”.

Ela disse “eu vejo é que ao ser mulher negra e estar na política a gente está trabalhando uma alta representatividade na nossa população, que é majoritariamente feminina e que é majoritariamente negra. Porque é um povo que ficou muito tempo invisibilizado”. Ana Paula relatou que é comum quando chega aos lugares e se apresenta como deputada, as pessoas olharem para ela com surpresa, como se uma deputada não pudesse ser negra, usar calça jeans.

Apesar disso, Ana Paula conta que se sentiu recebida na ALMG pelos colegas remanescentes da legislatura anterior como alguém que conseguiu romper limites, romper obstáculos, uma vez que não é comum sair da assessoria e ocupar esse espaço, ainda mais sendo uma mulher negra. Em relação aos colegas novatos, acredita que não houve grande resistência, principalmente pelo fato de não ser da linha mais radical e, por ter sido assessora, saber que não se consegue nada sozinho.

Sua experiência anterior nos corredores da política lhe mostrou que é preciso ser mais cautelosa no trato, ser mais acolhedora, ser mais parceira. Essa postura, segundo ela, quebra obstáculos dentro da ALMG.

Ana Paula destacou também que, após o início do seu mandato, encabeçou a luta pela garantia à licença maternidade, uma vez que era gestante em 2019 e descobriu que na Assembleia não tinha licença maternidade prescrita no regimento interno. Foi feita uma grande mobilização, conseguindo, no final do ano, fazer uma alteração na constituição do Estado, incluindo o direito a licença a maternidade para as lactantes.

Ainda que a nova regulamentação não tenha valido para ela, Ana Paula se propôs a lutar por esse direito, dizendo “é evidente que o espaço institucional da política não foi pensado para nós mulheres, porque essa licença, é tão básico, tão fundamental. Como que você quer ter mais mulheres na política, você quer ter mais jovens na política e você não garante ter uma licença que é tão básico. ”

Ela questiona se é preciso escolher entre constituir família e prestar um serviço público político para a sociedade. “Me foi apresentada uma sugestão de que eu saísse de licença saúde que foi o que aconteceu com uma senhora deputada no passado. Eu falei: jamais. Licença maternidade não é licença saúde, eu não estarei incapacitada, eu não estarei hospitalizada, eu não admito ser considerado licença maternidade como licença saúde. ”

Ela destacou, ainda, o desafio de ser uma mulher negra na política e conciliar a vida pública com a constituição de uma família, uma vez que, enquanto os homens estão se reunindo no *happy hour*, ela está correndo para casa para cuidar dos filhos. A discussão que é feita no plenário muitas vezes é precedida por uma costura feita no *happy hour*. Para não ficar excluída, ela disse: “aí eu trabalho duas, três vezes mais para dar conta de acompanhar. Eu ligo para o deputado: E aí, o que rolou ontem? E aí como é que vai ser hoje? Que dia que é a reunião do colégio de líderes? Eu vou procurando me informar, mas eu tenho experiência parlamentar”.

Ela já havia chegado ao seu destino e, mesmo assim, não quis interromper a entrevista, demonstrando grande interesse em contribuir para a pesquisa. Antes de encerrar, a assessora de Ana Paula a lembrou de contar que ela é membro do Conselho Arquidiocesano Justiça e Paz da Arquidiocese de Belo Horizonte, a convite do Dom Galvão.

Figura 6 – Ana Paula Siqueira



Fonte: (ALMG, 2021b).

5.4.5 Laura Serrano, 34 anos, Partido Novo

Laura também concedeu a entrevista através do *GoogleMeet*. No horário marcado, entraram na sala da chamada de vídeo, ela, que estava em seu gabinete, e seu assessor, o mesmo que

intermediou os contatos e fez o agendamento, o qual, aparentemente, estava em outra sala e ficou em silêncio durante toda a conversa.

A mais jovem das Deputadas eleitas, transparece jovialidade sem parecer infantil ou frágil. Estava vestida de maneira mais formal, com um blazer azul marinho, maquiagem leve e seu cabelo, liso e escuro, estava solto, como nas fotos oficiais.

A entrevista durou cerca de 40 minutos e Laura demonstrou grande interesse na pesquisa.

Laura nasceu em Belo Horizonte/MG, em 09/03/1987. Seu pai é cirurgião dentista e professor universitário, sua mãe tem duas graduações, é jornalista e enfermeira, mas sempre foi dona de casa e pequena empreendedora. “Quando eu falo pequena empreendedora é fazer um bolo para festa de aniversário, filmando festinha de criança. ” Tem uma irmã mais nova, Paula, que é geóloga.

É casada e tem dois pequenos, Artur, com 05 anos de idade, e Daniel, com 03 anos de idade.

Sempre estudou em escola pública. Primeiro no Colégio São João Batista, na região norte de Belo Horizonte. Em seguida, da primeira à quarta série, em escola Pública Municipal. Depois, prestou a prova para o Colégio Militar do Exército de Belo Horizonte e foi aprovada, o que foi muito comemorado, se formando lá no ensino médio.

Nesse momento, Laura, muito emocionada, fez questão de destacar que sua mãe lhe dava aula em casa, com as apostilas que ela tinha pegado emprestado de um vizinho, porque não tinham condições de pagar o cursinho para a prova.

Apesar de sempre ter estudado em escolas públicas, Laura reconhece seus privilégios e a excelência do Colégio Militar, diante da rede pública de ensino em geral.

Durante sua passagem pelo Colégio Militar, lembrou que teve dificuldades no início devido à diferença na qualidade do ensino anterior, mas ao final, no 3º ano do ensino médio, recebeu o título de “Coronel aluna”, atribuído aos alunos com as melhores notas do colégio, para comandar todo batalhão escolar.

Quando foi escolher o curso para o vestibular, escolheu Economia, o que gerou surpresa, porque existia a tradição dos “Coronéis alunos”, por terem as maiores notas, irem para o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Instituto Militar de Engenharia (IME) ou para Medicina. Ela

destacou que, ao escolher sua profissão, queria algo com o que pudesse “melhorar a vida das pessoas e, uma das melhores formas para tanto, seria buscar a redução de pobreza, estudando como existe a riqueza”.

Cursou Economia na UFMG, que na época localizava-se no centro de Belo Horizonte. Segundo ela, isso a fez viver a cidade intensamente, vendo como as pessoas vivem.

Quando se formou foi trabalhar na iniciativa privada, participou de vários programas de *trainee*. Em seguida, passou a trabalhar com gestão, voltada para melhoria do processo de gerenciamento de projetos.

Nessa época se casou, com pouco mais de vinte anos, e decidiu mudar-se para o Canadá. O casal fez o processo de migração do Governo Canadense, com entrevista, análise de currículo. A ideia era de construir a vida no Canadá, principalmente por questão de segurança pública. Lá fez mestrado em Economia na Concord University, situada na província de Athens. Contudo, depois de quase três anos, apesar de poder tornar-se cidadã canadense, falar bem a língua e seu marido estar cursando doutorado, decidiu com ele retornar ao Brasil. Sentiam-se eternos estrangeiros e falta da família, principalmente porque queriam que os filhos fossem criados próximos dos avós.

Quando retornou, sentiu necessidade de trabalhar diretamente com a economia, prestou concurso público e foi trabalhar na Agência Reguladora de Serviço de Saneamento do Estado de Minas Gerais, chegou a ser gerente de regulação tarifária, responsável por fazer os cálculos das tarifas água e esgoto. Laura ainda é servidora da Agência, mas está afastada para poder exercer o mandato eletivo.

A experiência no setor privado e no setor público durante sua trajetória parece ter impactado de certa forma suas ambições políticas, pois os obstáculos que encontrou na Administração Pública às mudanças que propunha, recebendo como resposta “Ah Laura é porque você é nova aqui, não é assim que funciona”, acendeu em Laura a vontade de mudar as coisas de dentro do sistema. Foi, então, que decidiu se candidatar, argumentando que “se as coisas são assim no Poder, que é uma máquina propulsora para poder gerar mais resultados para o cidadão lá na ponta, a gente precisa fazer com que ele funcione melhor. E eu fui percebendo que isso só poderia ser feito através da política.”

Laura não tem vínculos anteriores com a política ou não tem familiares políticos, nunca tinha se candidatado antes, nem sido filiada a nenhum partido político. Segundo ela, nem sabia por onde começar.

Em suas buscas, conheceu o Partido Novo, com o qual se identificou, principalmente pela bandeira do liberalismo econômico e tentou o processo seletivo promovido pelo partido pela internet, no qual qualquer pessoa pode se candidatar.

Ela conta que não conhecia ninguém do Partido, mas se inscreveu e passou por todo o processo seletivo, com avaliação de currículo, entrevista, um vídeo no qual fala quais são suas principais propostas e uma prova. Foi aprovada em 2016 e foi candidata pela primeira vez, para o cargo de vereadora de Belo Horizonte. Não foi eleita, mas ficou como terceira suplente do Partido.

Laura destacou que foi a quarta mais votada e se surpreendeu com a votação, porque o objetivo de se candidatar foi repentino, fruto de indignação. Contou que não tinha muito dinheiro para campanha, que recebeu por volta de cinco mil reais do fundo partidário.

Em seguida, em 2018, o Partido queria que ela se candidatasse a Deputada Estadual, devido ao bom desempenho na eleição para vereadora. Então, como esse incentivo se candidatou e foi eleita como a deputada com maior número de votos do Partido Novo nessa legislatura – são três deputados eleitos pelo Novo.

Sua família se surpreendeu com sua decisão de entrar para a política. Seu pai, no início, não apoiou, “não que ele não achasse que não era importante e que eu não desse conta, ele ficou com medo: ‘gente, minha filha eu não te criei para isso, você vai se meter nesse mundo tão sujo, com um monte de corrupção, coisa errada’”. Mas depois que sedimentou sua decisão ele a apoiou e auxiliou na campanha. Sua mãe, por outro lado, sempre a apoiou.

Seu marido, também, sempre a apoiou. Ao falar sobre isso, ela se emocionou mais uma vez, e contou: “em 2016, para você ter ideia, eu cheguei reclamando em casa: gente, é possível. Como eu via as coisas funcionando no poder público, achava que podia ser muito melhor. E ele falou: ‘Laura, hoje é o último dia do processo seletivo do Novo’. Era o último dia mesmo, para enviar os vídeos, fazer as provas e tal. ‘Senta ali, se você achar interessante, nós vamos fazer um vídeo para você ser candidata e mudar esse negócio’. E aí foi ele que gravou o vídeo que eu fiz”.

Quando se candidatou pela primeira vez, seu filho mais velho estava com sete meses. Na segunda candidatura, em 2018, estava grávida do seu segundo filho, isso a fez questionar se era o momento de se candidatar, mas seu marido, mais uma vez a incentivou, "Não, Laura, vai em frente eu te ajudo no que você precisar, você está fazendo isso é para deixar um mundo melhor para eles também". Mais uma vez Laura estava com lágrimas nos olhos.

Em sua campanha, enquanto falava com eleitores, seu marido ficava com o caçula e o filho mais velho com sua mãe. Amamentava nos intervalos e foi administrando as atividades públicas e privadas de sua vida.

Quanto ao apoio do partido, disse que se deu principalmente pelo reconhecimento da importância da candidatura da mulher e de avaliar, independente do sexo, se é homem ou se é mulher, a competência da pessoa e a relevância que ela pode ter como candidata e para ser eleita. Contou que o partido queria que ela fosse candidata, mas não para cobrir cota, não como uma candidata para encher chapa. Segundo ela acreditavam no seu real potencial para ser eleita e fazer a diferença para sociedade.

Sobre sua campanha, disse que acredita que sua trajetória, os contatos que fez durante a vida e as propostas apresentadas foram importantes para o sucesso, bem como que utilizou a técnica de desdobramento de metas, de seus conhecimentos de gestão, para planejar a campanha, o que garantiu uma das campanhas mais baratas do Brasil, com menos de R\$23.000,000 (vinte três mil reais), provenientes de doação de amigos, pessoas próximas que acreditavam nas propostas.

Enquanto estratégia de construção de sua base eleitoral, focou nas redes sociais, onde se consegue alcançar mais gente com custo mais baixo. Apesar de ter material impresso, era em menor quantidade. Fez vídeos profissionais para lançar nas redes sociais.

E outro fator importante que impactou nos custos da campanha foi a impossibilidade de viajar grandes distâncias, pois seu filho tinha poucos meses de vida e estava ocorrendo a greve dos caminhoneiros. Tal fato fez com que seus votos tenham se concentrado na capital e na região metropolitana.

Sobre a presença de mulheres na política, disse: “na verdade a gente precisa, fala-se muito de financiamento de campanha para mulheres, que isso vai fazer a diferença, eu não acho que é. Eu acho que é o incentivo mesmo da sociedade, das pessoas próximas, é isso que faz a diferença”.

Ao final, quanto ao interesse em se reeleger, Laura foi categórica ao demonstrar seu interesse em permanecer na política e em se recandidatar à Deputada Estadual.

Figura 7 – Laura Serrano



Fonte: (ALMG, 2021b).

6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Após apresentar a reconstituição sequencial das trajetórias, passa-se à análise das categorias analíticas extraídas das entrevistas das Deputadas mineiras.

6.1 Família de origem e a família que advém do casamento

A posição das mulheres dentro das famílias e na sociedade, em geral, demonstra que a família patriarcal foi um elemento determinante na organização social.

A análise das trajetórias das entrevistadas permitiu apreender que, independentemente das condições financeiras, a origem familiar é de caráter patriarcal e a conformação familiar segue o padrão tradicional, biparental, de pai provedor e mãe que cuida do lar e filhos.

As mães das Deputadas aparecem em atividades de cuidado do lar, da família e de outras pessoas da comunidade, assim como envolvidas em atividades religiosas e em algumas atividades remuneradas de menor expressão socioeconômica. Isso reforça a estrutura patriarcal dessas famílias, que atribuem às mulheres a vida privada, do lar, e o cuidado.

As próprias entrevistadas, muitas vezes, classificaram suas famílias como famílias tradicionais. Com papéis definidos para a mulher e para o homem.

É, uma família numerosa. Dez mulheres e três homens. (...) o meu pai que mantinha tudo e todos, era só ele que trabalhava. (...). Na verdade, ela (mãe) dava função para os filhos mais velhos, para que os filhos mais velhos pudessem cada uma fazer. Ela geria, ela fazia uma gestão dentro da casa que cada um tinha uma função, de passar, de arrumar a casa, de cozinhar. E além da gente poder também cuidar de uma horta grande para poder prover o complemento da alimentação que a gente tinha. (Rosângela).

Eu tenho uma família, a minha família muito tradicional, unida. (Sheila).

Então, família podemos dizer assim, família tradicional, onde o homem sai para trabalhar e a mãe fica em casa cuidando das crianças e o meu pai foi sempre aquela pessoa que trazia o alimento em casa, subsidiava tudo que a gente precisava. (Ana Paula)

As famílias de origem dessas mulheres são geralmente constituídas com funções definidas. Aos homens eram destinados o espaço público e a manutenção financeira da casa e à mulher o espaço privado, o cuidado dos filhos e do lar, e, por vezes, atividades de assistência nas comunidades.

A minha mãe, ela na vida dela, ela era parteira, fazia partos e chegou a fazer até o próprio parto, ganhar filhos sozinha (...). Uma mulher muito ativa, que gostava de ajudar as pessoas e que além da família que ela cuidava ela também, como parteira,

era meio que uma enfermeira prática na cidade. (...). Meu pai foi aprovado num concurso do Estado como coletor na época, com a quarta série primária. Ele também foi o fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na cidade. É ele participava, ele era um voluntário no Sindicato. E ele ajudava a aposentar as pessoas, ajudava a orientar as pessoas dentro dos seus direitos. (...). (Rosângela).

Minha mãe ainda é viva, vai fazer 92 anos. (...) Uma pessoa muito ativa, muito viva, esperta, acompanhava muito meu pai, embora não seja amante da política em si, mas ela sempre acompanhou, sempre nos deu muita força e muito apoio. (Celise).

Meu pai viajava muito, ele trabalhava com caminhão. Ele era caminhoneiro e tinha um comerciazinho, minha mãe tomava conta e tal. (Sheila)

Minha mãe é do lar, manicure. Tem formação até o Ensino Fundamental. Meu pai mecânico, mecânico de elevadores. Trabalhador assalariado, hoje ele é aposentado. E também teve formação até o Ensino Fundamental. (...) E o meu pai sempre foi o provedor da família. (Ana Paula).

Meus pais, meu pai ele é professor universitário já muitos anos. Ele é médico cirurgião geral. Minha mãe tem duas graduações é jornalista e enfermeira. Mas ela sempre foi dona de casa e pequena empreendedora. Quando eu falo pequena empreendedora é fazer um bolo para festa de aniversário, filmando festinha de criança. Então, sempre buscando fazer alguma coisinha mesmo cuidando da gente, eu e minha irmã. (Laura).

Tal conformação familiar tem impacto importante na trajetória dessas mulheres e na construção de suas identidades, uma vez que, ao relatarem suas trajetórias, elas trazem, em diversos momentos, a importância dos vínculos familiares, do casamento, da constituição de família e dos filhos. As entrevistadas atribuem a formação de valores, de vínculos afetivos e da rede de apoio à essa experiência familiar, que lhes permitiu ter suporte para exercerem atividades dentro e fora do lar.

Apesar desse aspecto positivo atribuído por elas à família de origem, é necessário compreender o impacto dessa conformação familiar, por meio da compreensão de como opera a legitimação das relações com fundo patriarcal. Isto pode ser observado pela valorização familiar repassada pelas suas famílias de origem, que vislumbram o casamento como um dos principais caminhos a serem seguidos pelas mulheres.

Aí à medida que as meninas mais velhas tinham quinze anos, elas já se definiam e ia buscar o rumo delas, na vida delas para prover os filhos, para viver com a família. As mais velhas... (Rosângela).

Sylvia Walby, na década de 90, na obra *Theorizing Patriarchy* (1990), trabalhou historicamente o conceito de patriarcado e demonstrou seu impacto ao longo do tempo nas estruturas sociais. De acordo com a autora, o conceito de patriarcado é essencial para qualquer análise da desigualdade de gênero.

Walby (1990) identificou 06 (seis) estruturas pelas quais o patriarcado opera: o modo de produção patriarcal, com o trabalho doméstico; as relações patriarcais no trabalho remunerado e assalariado, apontando o emprego e as desigualdades salariais e de cargos; as relações patriarcais no Estado, com a presença do patriarcado nas instituições estatais; a violência masculina; as relações patriarcais na esfera da sexualidade, expondo as formas impostas de como homens e mulheres devem se comportar; e, por fim, as relações patriarcais em instituições culturais, como religião, educação, mídia e os estereótipos reproduzidos. Tais esferas não são independentes umas das outras, pelo contrário, interagem entre si dando forma a diversas práticas patriarcais (SILVA, 2019).

A autora brasileira Heleieth Saffioti (2014) entende que o patriarcado não é uma relação privada, mas civil, que oferece aos homens direitos sexuais sobre as mulheres, configurando-se em um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade. Assim, a ordem patriarcal garante aos homens a reprodução da vida social e os meios de produção e, conseqüentemente, o controle sobre as mulheres.

Saffioti (2014) estudou o patriarcado enquanto poder político e, ao lado de Pateman (1987) e Walby (1991), discutiu as relações de gênero e as opressões do patriarcado. Saffioti defende que o patriarcado está ligado aos modos de legitimação e reprodução do poder e dominação.

A construção cultural brasileira com intensa separação entre as esferas pública e privada, acabou por excluir as mulheres da participação política, o espaço público sendo reservado aos homens, em grande parte, por força da tradição patriarcal de nosso país. Celise conta como sua entrada na política se deu somente depois do falecimento de seu cunhado:

Quando ele (seu pai) se aposentou e saiu, ele indicou meu cunhado, marido da minha irmã que faleceu já no final do quinto mandato dele. Aí então, eu entrei e estou no meu segundo mandato. (Celise).

Na mesma proporção, identifica-se a influência do patrimonialismo na formação da estrutura política brasileira, com o Estado sendo usado para fins privados (GOMES, 2012). E, nesse contexto, passou-se a conferir elevado prestígio à vida política e aos políticos eleitos, o que criou um obstáculo cultural para a entrada das mulheres nesse espaço (VIANNA, 1987).

Neste estudo verificou-se que as raízes do patriarcado estão muito presentes nas trajetórias das Deputadas mineiras entrevistadas, principalmente em suas famílias de origem. Entretanto, suas

trajetórias demonstram o avanço que elas promoveram ao romper com tais estruturas, ainda que estas permaneçam presentes em suas vidas.

Todavia, o casamento aparece nas trajetórias das Deputadas entrevistadas, geralmente, antes da formação acadêmica e da profissionalização, o que reforça o ideal de família patriarcal, com o papel da mulher voltado ao espaço privado¹⁷.

Algumas das entrevistadas se casaram ainda muito jovens, o que demonstra, mais uma vez, a valorização da instituição familiar tradicional como formadora da identidade e significante social dessas mulheres, maioria brancas e de origem rural.

Casei com 18 anos. (Rosângela).

(...) Mas antes de formar eu casei, dezenove anos. (...) Casei, eu tinha um namorado só, era meu vizinho. Comecei a namorar com quatorze anos e aí quando fiz dezenove anos a gente casou. (Sheila).

O casamento com homens mais velhos e já estabelecidos financeira e profissionalmente também é identificável nos discursos.

Eu conheci meu marido, ele era Prefeito. Ele foi Prefeito muito jovem, eu conheci aqui no gabinete do meu pai (...). Na verdade, ele já era político, eu é que acabei entrando depois só com o falecimento do meu cunhado, mas ele já era, ele era Prefeito. (Celise).

Ele é mais velho que eu, cinco anos mais velho que eu. Então, quando eu entrei para faculdade, ele já estava saindo da faculdade. Ele passou no concurso para delegado de polícia, ele fazia Direito. (Sheila).

Outro fator relevante está na dificuldade na manutenção desses casamentos, uma vez que elas afrontam com o papel historicamente destinado às mulheres, relegadas ao espaço privado e ao cuidado com a família.

Os papéis sociais de gênero, de acordo com Maria Luiza Heilborn (2006), são os comportamentos esperados de uma pessoa de um determinado sexo, por força das convenções sociais acerca do gênero, em um contexto social específico. Portanto, não haveria uma predisposição natural para esses comportamentos.

¹⁷ Há, porém, o caso de Andréa de Jesus, negra e mãe solo, que escapa da tendência a reproduzir o padrão tradicional das famílias brasileiras brancas e cristãs.

Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho, que impõe às mulheres profissões e cargos com menor valor simbólico e duplas jornadas de trabalho, além de salários menores, interfere diretamente na participação política feminina.

Hirata e Kergoat (2007) entendem a divisão sexual do trabalho como fruto da divisão social estabelecida nas relações sociais entre os sexos, sendo essa modulada histórica e socialmente. Tal divisão destinou às mulheres a esfera reprodutiva e privada e aos homens a esfera produtiva e pública, estabelecendo uma valoração assimétrica entre os sexos, a qual cria e reproduz as desigualdades de papéis e funções na sociedade.

Assim, caberia o cuidado do lar e da família, função invisibilizada e não remunerada, tida como de pouco valor social, às mulheres. Enquanto que a produção material foi atribuída aos homens, conferindo-lhes prestígio e poder dentro da sociedade (SOUSA; GUEDES, 2016).

Dessa forma, por força do patriarcalismo e do patrimonialismo, o lugar da mulher na esfera pública se torna reduzido, cabendo a ela, na sociedade o papel de cuidadora da casa e da família. O estereótipo do sexo frágil traz um padrão duplo de moralidade, determinando quais papéis sociais são permitidos às mulheres e aos homens.

As Deputadas estudadas valem-se muito das pautas voltadas ao social em suas campanhas, o que, de certa forma, demonstra como elas instrumentalizam esses papéis sociais de gênero a seu favor. Tal fato está presente nos discursos tanto das Deputadas à direita como à esquerda do espectro político, o que acaba por derrubar as teses que associam essa posição somente à partidos progressistas.

Mesmo após inseridas no debate político, a divisão sexual do trabalho se apresenta nas funções desempenhadas pelas parlamentares, pois, como destaca Miguel (2006) as mulheres tendem a se ocupar de temas sociais e de cuidado que, embora relevantes, não são os de maior prestígio no campo político e são de menor capital simbólico.

Miguel e Feitosa (2009) retomam essa discussão, demonstrando que os assuntos relacionados ao denominado *hard politics*, considerados como o núcleo do processo político, em especial o exercício do poder de Estado e a gestão da economia, em regra, não são debatidos pelas mulheres presentes na política. A elas tendem a ser conferidas as demandas sobre assuntos de *soft politics*, assuntos voltados para o social, o que mantém a simbologia da mulher ser voltada para o cuidado.

Eu fui presidenta aqui nas comissões extraordinárias, fui presidente da comissão de trabalho da Previdência. Nós atuamos aí na comissão de trabalho na ação importante que foi apoiar os Defensores Públicos do Estado (...). A comissão de mulheres, ela trata dos assuntos polêmicos, esses assuntos aí que a gente tido aí, ela tem tratado. Eu na época enquanto presidente da comissão, era época de ir para os Municípios das regiões, fazer as discussões sobre a violência contra mulher. Nós fizemos muito essa discussão. As mulheres dos espaços do poder também, mais mulher na política isso também nós fizemos. (Rosângela).

Pois é, eu fico meio talvez até minha atuação hoje que eu foco tanto na educação é justamente por ver a transformação que a educação fez na minha vida. Eu quero que mais crianças tenham essa oportunidade aqui em Minas Gerais. Então, é uma coisa realmente assim, é questão emocional e afetiva querer fazer o melhor pelo nosso Estado, pelas nossas crianças. (Laura)

E com foco naquilo que inclusive hoje é uma das minhas paixões que é o saneamento. Eu falo da educação, mas a gente atua também com saneamento porque é um investimento mais eficiente que você pode ter em saúde. (Laura)

Estar no espaço público e romper com os papéis sociais de gênero estabelecidos lhes traz dificuldades não só perante a sociedade, mas também no espaço privado. Há grande resistência de alguns maridos com a entrada delas na vida política, aparecendo o ciúme como um elemento de destaque, principalmente quando consideram a atividade exercida no cargo, que envolve viagens e reuniões em um espaço predominantemente masculino.

O apoio do marido, por vezes, não apareceu nas relações dentro do casamento, sendo possível perceber que os maridos esperavam que elas se ativessem ao espaço privado.

No início ele não queria. Não tive o apoio para que eu pudesse fazer o Curso Superior, nem o apoio para poder ajudar os filhos no cuidado. (Rosângela)

Pessoal dele é muito fechado. Ele é muito só de casa, sentia muito minha ausência, entendeu. O perfil não batia. (Sheila)

Ele sempre apoiou apesar de não gostar. (...) Então, eu ficava muito fora e assim, era muito difícil na verdade, eu acho que um dos problemas grandes da mulher na política é esse, quando ela vai para esse lado da política. E o marido, companheiro, namorado, não entende, causa muito atrito. Porque o horário puxado, muita gente, era ciúmes, não tem jeito. (Sheila).

Há também pouco apoio dos maridos pré-eleição por descreditarem na capacidade delas de alcançar tal espaço. Primeiro elas precisam conquistar o lugar para depois serem vistas como capazes de ocupá-lo.

No caso de Laura, talvez por ser a Deputada Estadual mais jovem eleita na 19ª Legislatura da ALMG, percebe-se a relação homem/mulher no casamento com mais aceitação da presença no espaço público.

Apoiou, apoiou muito. Eu inclusive, quando eu fui candidata a primeira vez, aí você vai me fazer chorar de novo... Mas assim quando fui candidata em 2016, para você ter ideia, eu cheguei reclamando em casa, como eu via as coisas funcionando no poder público, achava que podia ser muito melhor. E ele falou: "Laura, hoje é o último dia do processo seletivo do Novo". Era o último dia mesmo, para enviar os vídeos, fazer as provas e tal. "Senta ali, se você achar interessante, nós vamos fazer um vídeo para você ser candidata e mudar esse negócio". E aí foi ele que gravou o vídeo que eu fiz. E aí... eu falo isso, na verdade a gente precisa, fala-se muito de financiamento de campanha para mulheres, que isso vai fazer a diferença, eu não acho que é. Eu acho que é o incentivo mesmo da sociedade, das pessoas próximas, é isso que faz a diferença. (Laura)

(...) em 2018, quando me candidatei a deputada estadual, aí foi onde eu lembro que eu estava grávida do Daniel, que é meu caçula. E eu até falei para o meu marido, inclusive o Partido queria que eu me candidatasse, até pelo bom desempenho que tive para eleição para vereadora, e então, tinha esse incentivo muito grande, e eu ficava na dúvida. Foi onde eu falei com meu marido: Lauro, eu estou grávida do Daniel, nosso caçula. Quando for o período de campanha, eu vou estar amamentando, ele vai estar com poucos meses de vida, nós estamos falando da vida de nosso filho. Será que vale a pena esse esforço todo, acho que eu não vou seguir em frente com isso não. E eu pensei de fato em desistir e não candidatar. E essa parte que me emociono. Nesse dia ele falou assim: "Não, Laura, vai em frente eu te ajudo no que você precisar, você está fazendo isso é para deixar um mundo melhor para eles também". (Laura).

No processo político, o divórcio aparece como dificultador, pois atinge a imagem da mulher, pois configura um rompimento com o ideal de família tradicional, mesmo que ela mantenha excelente relacionamento com filhos, ex-marido e sua família.

Eu sofri muito a questão de preconceito, isso eu percebo. Eu até vim candidata a Prefeita agora aqui em Juiz de Fora, eu fui muito atacada porque assim, quando as pessoas, a mulher é assim: quando as pessoas não acham alguma pedra para atacar a vida profissional dela, eles vão na vida pessoal, sabe. Então assim, isso me causou bastante sofrimento, fiquei bem triste, sabe nessa campanha, alguns candidatos começaram inventando fake news, tipo que eu tinha perdido a guarda dos meus filhos, falando isso, e é uma inverdade grotesca, nada a ver. Inventando coisas sentindo que foi por causa de traição, que eu marido, fizeram até um vídeo falando que meu ex-marido ia gravar um vídeo falando da verdade sobre mal de mim. Que meus filhos iam gravar vídeo falando mal de mim (...) (Sheila).

Ademais, há uma carga sobre elas relativa à diferença biológica existente entre homens e mulheres no processo reprodutivo, que confere prazo para que tenham filhos, o qual coincide com seu auge profissional. Outro obstáculo a ser superado para a entrada e permanência na política.

(...) eu já estava com vinte e oito anos, vinte sete ou vinte oito anos, e aí resolvi ter filhos. Durante esse tempo todo eu nunca me importei se engravidasse. Eu ficava muito sozinha também, até queria sabe, desde que eu casei. Mas eu nunca tive engravidado. Os médicos também não descobriam, eu ia no médico saber se eu tinha algum problema. Mas também não fui a fundo porque eu falei: não é hora, quero passar no concurso primeiro, se vier antes tudo bem, se não vier (...) (Sheila)

(...) eu recorri a fertilização *in vitro*. Tive o primeiro filho (...) foi uma coisa muito desgastante. Depois fui tentar ter o segundo, aí já descobri o problema era

endometriose. Nem a médica conseguiu ver. Porque endometriose ela dá por fora do útero e do ovário, e gerava um processo inflamatório. Tinha muitas cólicas, muitas dores, sofri muito. E aí ela viu que era endometriose só limpar, passei tratar endometriose. Mesmo assim, eu fiz de novo a fertilização para ter o segundo, e vieram trigêmeos. (Sheila).

E outro fator que foi importante de não gastar muito durante a campanha e ter um bom resultado, é porque eu não pude viajar muito pelo Estado. Até porque como Daniel estava pequenininho com poucos meses, e era naquela época de... estava tendo greve dos caminhoneiros, então muitas vezes tinha estrada bloqueada. Eu falei nunca que eu vou por um bebezinho dentro do carro com risco de ficar não sei quanto tempo numa estrada. Então, o que viajei foi só assim cidades coladas aqui em Belo Horizonte, muito pouco. (Laura).

Além do processo biológico a ser ultrapassado, conciliar filhos com a vida no espaço público é extremamente complexo para essas mulheres, que tem que optar por não estar em casa com os filhos em vista dos compromissos profissionais. Identifica-se, nesse cenário, duas possibilidades de adaptação, os filhos que vão para escolas e creches e a rede de apoio formada pelos maridos, mãe, sogra e demais familiares.

O conflito gerado pela ausência de tempo com os filhos devido à participação na vida pública e a insuficiência de políticas públicas de suporte à mulher acentuam a vulnerabilidade feminina e intensificam a dependência, principalmente econômica da mulher, que levam à feminilização da pobreza e ao aumento da violência doméstica (BAHIA; BARTH, 2017).

Considerando que o cuidado dos filhos é majoritariamente atribuído a elas, devido a divisão sexual do trabalho, extrai-se dos discursos que há pouco apoio do Estado para que essas mulheres exerçam suas atividades políticas. A família é amplamente apontada como pilar possibilitador, uma vez que aparece no auxílio com o cuidado dos filhos.

Tinha, minha sogra morava próximo, então, ela ajudava também a olhar. (Rosângela).

(...) Claro que a minha situação uma situação específica nem sempre tem esse privilégio. Por exemplo, eu tenho uma família, a minha família muito tradicional, unida. A minha família eu tenho uma rede de apoio muito grande. Isso faz toda a diferença para mulher, principalmente a mulher não política, sabe. (...) E a minha mãe me deu um suporte muito grande, meus irmãos, minhas cunhadas, minhas sobrinhas, todos enfim. Eu tenho a família dele, do meu ex-marido também, pai, mãe, irmã, cunhado, todo mundo. (...). Então, eu tenho essa rede de apoio (...) (Sheila)

(...) meus meninos também cresceram na creche. Esse ano que eles saíram. Estudavam das sete a sete. (Sheila).

E a campanha foi desse jeito. A campanha eu fazendo palestras, conversando com as pessoas, e enquanto eu estava fazendo a palestra, meu marido com Daniel pequenininho, o Artur geralmente ficava com minha mãe. Ou estava com a gente também nos eventos. Aí dava um intercalinho da minha fala, eu ia lá amamentava o Daniel. Então, foi assim, foi difícil, eu mesma me perguntava como você conseguiu fazer isso, não sei. Porque eu sei que é difícilíssimo. Mas eu acho que na hora que você

está...tem que fazer você faz. Então assim, foi muito importante esse incentivo da família, o incentivo do marido foi muito importante. (Laura).

A relevância da discussão sobre a divisão sexual do trabalho é reforçada pelo relato de que não havia na ALMG previsão de licença maternidade para as Deputadas mães.

(...) que é pós eleição. O movimento, a luta que a gente fez pela garantia da licença maternidade para as amamentarias. Porque a gente, eu gestante, primeiro ano de mandato, descobri que na Assembleia não tinha licença maternidade prescrita no regimento interno. Nós fizemos uma grande mobilização e conseguimos no final do ano fazer uma alteração na constituição do Estado, incluindo o direito a licença a maternidade para as amamentarias. (...). Porque isso é importante? Porque fica claro e evidente que o espaço institucional da política não foi pensado para nós mulheres, porque essa licença, é tão básico, tão fundamental. Como que você quer ter mais mulheres na política, você quer ter mais jovens na política e você não garante ter uma licença que é tão básico. Se eu falar por aí, para as mulheres: “Olha, venham para a política, mas se você vier ter que fazer uma escolha. ” Porque foi o que eu me perguntei, foi pergunta inclusive que eu fiz para o presidente da casa: ‘Então, eu vou ter que escolher entre constituir a minha família e prestar um serviço público político para a sociedade?’ É muito contraditório (...). Me foi apresentada uma sugestão de que eu saísse de licença saúde que foi o que aconteceu com uma senhora Deputada no passado. Eu falei: jamais. Licença maternidade não é licença saúde, eu não estarei incapacitada, eu não estarei hospitalizada, eu não admito ser considerado licença maternidade como licença saúde. (Ana Paula).

Há, também, um limite de horário para as mulheres, mais uma vez por força da divisão sexual do trabalho, na medida em que as atividades de cuidado com os filhos e a carga mental decorrente lhes é atribuída e não são retiradas ou atenuadas com a vida pública.

Às vezes, à noite, que eu tinha que sair, eu tinha que preparar minha filha, que ela tinha quatro, quase cinco anos, para eu deixar ela cuidando do menorzinho. Eu tive que preparar de conversar para que ela pudesse assumir essa parte aí para me ajudar, para eu ter condição de estudar. (Rosângela).

Então é um desafio, é um desafio ser mulher negra na política e mãe de três crianças pequenas. Meus filhos têm cinco, três e um ano de idade, esse é um desafio. Como que você concilia a vida pública com a constituição de uma família? Porque enquanto os homens estão se reunindo no *happy hour*, eu estou correndo para casa para cuidar dos meus meninos. Então, eu não tenho *happy hour* para fazer. E isso já me exclui desse ciclo que o ambiente parlamentar tem. (Ana Paula).

A política brasileira se sustenta em bases elitistas, personalistas e patriarcais, se apoia nas mulheres ao mesmo tempo em que dificulta a participação dela na vida pública. É um paradoxo, segundo o qual as mulheres que se fazem presentes na política continuam, com algumas exceções, marginalizadas do processo político.

Várias vezes, enquanto assessora, eu ia para *os happy hour* acompanhar, assessorar o meu deputado (...) E via a política acontecer, e via que aquela discussão que é feita no plenário muitas vezes ela acontece precedida, ela vem depois, não sabe nem usar os termos aqui, ela vem depois de uma costura feita no *happy hour*. Então assim, essas coisas são o que diferenciam a presença da mulher na política. Eu não participo nem por isso eu me deixo excluir. Porque aí eu trabalho duas, três vezes mais para dar conta

de acompanhar. Eu ligo para o deputado: E aí, o que rolou ontem? E aí como é que vai ser hoje? Que dia que é a reunião do colégio de líderes? Eu vou procurando me informar, mas eu tenho experiência parlamentar. (Ana Paula).

Ademais, o cuidado da família, por consumir grande parte do seu tempo, limita a participação no debate público, na militância partidária e nas campanhas políticas, aparecendo também no cenário pós eleição como um dificultador da participação nos espaços onde as alianças são formadas, seja pelos horários ou pelos espaços onde ocorrem, considerados ambientes masculinizados.

A alteração é claro que a gente fica muito mais ausente e a gente tem que dividir o tempo da gente com aquelas pessoas que nos apoia, nos dá suporte, a nossa base no interior, eu viajo muito. Então, essa é a diferença que faz para eles, é que a gente tem que transformar a quantidade do tempo em qualidade do tempo para usufruir mais da família, dos filhos em especial. (Celise).

A mulher por natureza a gente tem uma limitação de fazer parte de onde tudo acontece. (...) Em Brasília pior ainda porque nas reuniões lá só vê homem, homem. E as reuniões normalmente fazem a noite naqueles apartamentos. Aí tipo assim, para mulher participar é uma situação constrangedora. Eles ficam constrangidos com a presença da mulher, e a mulher fica constrangida com ambiente predominantemente masculino. Então, às vezes você deixa de participar de coisas importantes, de discussões importantes por causa dessas coisas. Isso é inevitável. Na Assembleia é menos. Eu percebo que na Assembleia bem mais tranquilo. As discussões normalmente são mais durante o dia, mas só que mesmo assim, eu acho que falta muito para mulher ocupar o espaço devido dela. Por exemplo, na mesa diretora da Assembleia Legislativa de Minas Gerais hoje não tem nenhuma mulher. (Sheila).

Contudo os filhos, quando maiores, se apresentam como um apoio importante na carreira política, pelo vínculo existente e pela admiração pelas conquistas da mãe.

Quando eu entrei na política, os meus filhos já tinham uma idade suficiente para acompanhar (...) A minha filha mais velha já estava na Universidade, concluindo já, o meu filho também quando concluiu a Universidade eu já era Deputada, ele já estava estudando e a minha filha caçula já estava no ensino do segundo grau e próximo a concluir. Então assim, eles já estavam adultos, compreenderam que o momento era necessário, sentaram, deram força, apoiaram (...). (Celise).

As entrevistadas trazem também uma série de impactos sofridos pelos filhos com a sua entrada na política. Um deles é o sofrimento gerado durante as campanhas pelos ataques diretos à imagem dessas mulheres e às suas famílias. Fica evidente no discurso das entrevistadas a importância que elas dão ao apoio da família durante as campanhas, diante dessas importunações.

(...) eu acho muita maldade, não por mim, mas pelos meus filhos e pelo meu ex-marido porque assim, chateada por conta dele porque é uma pessoa super correta, super reservado, jamais faria isso até porque não tem motivo para isso, ficar expondo a pessoa que não tem nada a ver. Muito chato isso e em relação aos meus filhos eles são adolescentes, adolescentes está na internet, nas redes sociais, eles sabem tudo que acontece. Então, as crianças ficaram dizendo me perguntando: "Ah mamãe, você não perdeu nossa guarda". Tipo assim, por que estão falando isso de você. Você quer que

eu fale que é mentira. Não vou falar mal de você, tipo assim. As crianças falando isso (...). (Sheila).

Essa parte é difícil, é muito difícil as pessoas ficam me julgando, apontando falando coisas e sabe que os filhos da gente têm acesso e eles ficam tristes, chorando e até as vezes dá vontade da gente desistir. Porque é mãe, por conta de filho a gente faz qualquer coisa. Só que os meus meninos eles gostam de política também. Então, eles me dão a maior força, eles me dão ideia. (Sheila)

Assim, extrai-se da análise de suas famílias que essas mulheres reivindicaram o direito de ter a vida pública e a vida privada. Mesmo com as dificuldades, conseguiram constituir família, ter filhos e ter uma vida pública ativa.

Apesar dos obstáculos trazidos pela dinâmica patriarcal e a pressão para se conformar com divisão sexual, em especial, do trabalho, elas demonstram vontade de estar no espaço público e isso as faz superar esses entraves e a conciliar a família e a política.

Ademais, a família aparece nas entrevistas como o esteio, pois o apoio e inspiração que tiveram sempre veio desse grupo, seja na construção da identidade, seja no cuidado com os filhos ou na candidatura eleitoral.

Nos relatos é possível notar que a família rejeita e acolhe, transformando sua postura juntamente com as Deputadas. Dessa forma, elas são também agentes de transformação das famílias mais tradicionalistas, que passam a entender a importância delas no espaço público.

6.2 Religião crença/prática e militância religiosa

A religião aparece de duas formas nos relatos, como crença e como militância, mais especificamente pela participação nos movimentos sociais das igrejas, mostrando-se um possível capital associativo dessas mulheres.

Cumprir destacar, que em sua maioria são católicas, mas não foi identificado nada relativo ao tipo de religião praticada que possa ser associado ao sucesso político delas.

A religião aparece, primeiramente, como um dos pilares das famílias dessas mulheres. É dado destaque ao envolvimento familiar com a eucaristia, projetos sociais e culturais da igreja. Nesse sentido, tanto os homens quanto as mulheres de suas famílias aparecem em atividades religiosas.

Porque a criação foi a criação de que pudesse dar a criação religiosa, a formação dos princípios, e que fizesse uma preparação para as mulheres para o casamento. (Rosângela).

Bem importante porque ela (mãe) auxiliava o padre que era da Holanda, que tinha ido para lá e que conseguia, esse padre conseguia vários medicamentos para tratar da população de verminose. (Rosângela).

Minha família muito católica, minha família. Muito católica, eu cresci na igreja praticamente. Fazia tudo, participava, tocava violão na igreja. Participava mesmo direto. Minha avó era Ministra da Saúde, Ministra da Eucaristia. Ela levava comunhão para os idosos. Eu tinha essas tarefas de ir junto com ela. (Sheila).

Nós fomos educados, formados no seio da Igreja Católica. Então, vem de um processo também de formação de educação familiar. (Ana Paula).

As Deputadas trazem a religião e o envolvimento com as causas sociais promovidas pelas igrejas como um marco importante nas suas trajetórias. O discurso delas aparenta dar grande enfoque às atividades de cuidado e caridade, que têm sua base no patriarcado e na religiosidade cristã.

E assim, eu era muito envolvida com movimento da igreja, jovens, trabalho com criança, essas coisas sempre com envolvimento com pessoas. (Sheila).

Meus pais são católicos, eu também e iniciei muito cedo também na catequese, nos movimentos sociais da igreja, pastorais. E no movimento da Igreja eu participei vários processos, fui catequese, fui na minha Paróquia tinha uma bandinha que era um grupo de criança tocava celebração, conduzido por uma irmã sacramentista chamada irmã Natália, e esse meu processo na bandinha que abriu outros horizontes dentro da Paróquia. Então, fui catequista, fui catequista de crisma, catequista de crianças, fui pastoral da criança, eu fui de grupos de jovens. E sempre envolto a questões que envolvia atividades, mais pessoas sempre liderando o processo. (Ana Paula).

É patente que o papel da mulher, nesse contexto, é voltado para o cuidado e para o social, o que remete novamente para a presença da divisão sexual do trabalho em suas trajetórias.

Na ressignificação da religião e da conformação familiar, enquanto marcos fundadores da identidade, as entrevistadas trazem o capital associativo religioso como marco importante na trajetória política.

É inegável a forte presença da religião nas vidas dessas mulheres, o que certamente trouxe para elas o senso de comunidade e a preocupação com o fazer social. Consequentemente, isso influenciou suas decisões de entrarem para a política, pois é recorrente nas entrevistas a preocupação delas com as pautas sociais e com as políticas públicas, independentemente do partido político, demandas que, em muitos casos, as ações sociais religiosas tentam suprir nas comunidades, quando não há a presença efetiva do poder público.

(...) eu trabalhava numa comunidade carente que tinha ali em Presidente Prudente. As casas que eu ia eram casas que eu cresci indo com minha avó fazendo trabalho pastoral da criança, idoso. Minha avó nunca entrou para política, uma pessoa semianalfabeta, mas muito politizada nesse sentido. (...). Eu acho que eu cresci muito pegando essa influência dela, eu ficava muito junto com ela. (...) E como agente de saúde foi um

aprendizado muito grande para mim. Trabalhava dentro das casas das pessoas a vida toda, criando muito vínculo. Você pegava trabalhava sempre na mesma região, entra ano e sai ano você naquela mesma região. Então, acaba a região é muito grande, são poucos agentes para muitos casos. Mas você pega vínculo com as pessoas. Você passa a entender um pouco mais o cotidiano das pessoas que realmente passam dificuldades. (Sheila),

Assim, o associativismo religioso aparece de fator estruturante nas trajetórias de vida, que impacta na forma como elas percebem o meio e veem a necessidade de participação da vida pública.

6.3 Educação e trabalho

Embora a educação seja relacionada à formação do indivíduo e aquisição de conhecimento, e o trabalho seja relacionado à atividade produtiva, as entrevistadas os trazem de forma conjunta e inter-relacionada em suas trajetórias. Assim, optou-se por trazer essas categorias em conjunto.

Em que pese as mulheres alcancem níveis educacionais cada vez mais altos, tal fato não tem apresentado reflexo direto no reconhecimento e na representatividade do grupo, pois, ainda que a segregação não derive mais do impedimento de acesso à escolaridade, ela se mantém dentro do sistema de ensino, por meio do processo de escolha das carreiras, provocando a “guetização” do trabalho por sexo (ÁVILA; PORTES, 2009)

Como destacado por Anne Phillips (2004), preconceitos de gênero, cor, etnia, entre outros, que permeiam os espaços da sociedade, estão também presentes no espaço político-institucional, criando obstáculos na composição do espaço social.

Atualmente, a situação da mulher brasileira é inegavelmente melhor, e na ALMG, a 19ª Legislatura contou com o maior número de Deputadas eleitas, o que não significa que o patriarcado e o patrimonialismo tenham deixado de influenciar e limitar a participação política feminina.

O capital educacional é muito valorizado por elas e por suas famílias, o que se apreende do grande esforço e incentivo dos pais para que estudassem.

O sonho do meu pai era formar uma filha professora. (...). Aí o que aconteceu, o meu pai, na cidade não tinha o Ensino Médio, tinha só o Ensino Primário. E ele fez uma tentativa em 1970 de mudar para a cidade de Coronel Fabriciano. (...) onde eu fui cursar a minha primeira série primária. (...). Meu pai não conseguiu escola pública, não tinha vaga nas escolas públicas para os filhos, para a gente não ficar sem estudar, aí ele negociou numa escola e conseguimos lá meia bolsa, conseguimos um benefício

lá, e ele colocou cinco filhos dentro de uma escola particular para a gente não ficar sem escola. (Rosângela).

(...) uma família onde todos os filhos estudaram em escola pública, nós quatro, todo mundo (...). Meu pai levava todos os quatro filhos para escola de ônibus. Então, a gente saía cedo de casa. Ele sempre deixava dez minutos antes que ele não queria que nenhum dos filhos dele passasse vexame de bater em porta em porta. (Ana Paula).

Na época quando estava na quarta série, minha mãe viu que tinha aberto a prova do Colégio Militar de Belo Horizonte, Colégio Militar do Exército, às vezes o pessoal confunde que é o Tiradentes, que é o da Polícia Militar. E aí ela me dava aula em casa com as apostilas que ela tinha pegado emprestado de um vizinho porque na época a gente não tinha condições para fazer o cursinho para fazer a prova do Colégio Militar. Então, eu ia para escola e depois da aula da escola, ela passava o conteúdo. Porque infelizmente na Escola Pública a gente não estava com conteúdo tão atualizado e na profundidade que era necessário para poder passar na prova. Então, tudo que precisava ela ia complementando com essas apostilas e eu estudava em casa. Foi durante alguns meses assim. Eu fiz a prova do Colégio Militar, e me foi aprovada, foi até uma grande comemoração. (Laura).

O casamento e a religiosidade, que geralmente impõem às mulheres o espaço privado, não foram capazes de impedi-las de buscar a formação acadêmica e a profissionalização.

Foi 1981. Casei, busquei algumas tentativas de poder trabalhar em algumas escolas Municipais e Estaduais, também foi muito difícil para conseguir. (Rosângela).

(...) muito jovem eu me formei. Agora a pós-graduação eu já fiz depois de casada. (Celise).

(Celise): Sim, nós temos concurso.

M: A senhora fez concurso na época então. Com que idade que a senhora entrou na Assembleia?

(Celise): Mariana você me apertou, eu sou ruim de número demais.

M: Mais ou menos assim. A senhora já era casada?

(Celise): Eu acho que eu devia ter uns 20, 21 anos....

M: Isso é anterior ao seu casamento?

(Celise): Quando eu entrei para a casa mesmo. Sim, anterior ao meu casamento.

A importância dada à formação acadêmica por elas é marcante e muitas fizeram grande esforço para concluir sua formação, rompendo empecilhos financeiros e a ausência de apoio, inclusive de seus maridos.

Eu estudei a maior parte em escola Pública. (...). Mas quando eu tinha dezoito anos eu passei num concurso para agente Comunitária de Saúde, com dezoito anos. (...) Trabalhava e estudava. (Sheila).

Aí eu já mesclava o trabalho com o Pré com a minha formação no curso serviço social da PUC Minas. Aí trabalhava durante a manhã e tarde e estudava na PUC a noite, serviço social (...). A PUC é uma Universidade particular privada, o curso Serviço Social deveria ser pago durante os primeiros anos do curso eu fui pagando o curso com o dinheiro que eu recebia porque eu já trabalhava. Chegou um momento que eu já não tinha mais condições mais de me manter pagando as mensalidades. Eu fui pretear a bolsa na PUC Minas. (Ana Paula).

Eu estudei os três anos na escola, terminei o Ensino Fundamental, finalizei e consegui uma vaga na escola estadual para o Ensino Médio. E me formei no Magistério. E onde o meu pai tinha esse sonho, então trabalhei para que pudesse realizar esse sonho do meu pai que era formar uma filha professora. (...) O curso de pedagogia não, foi bem depois. (Rosângela).

Brighenti e Marquez (2019) destacam que existe um caminho até chegar ao cargo eletivo, podendo ser muitas vezes fora da política, mas reforçam que há sempre formação profissional antes de concorrer ao cargo, e isso leva tempo e dedicação. Não é incomum que a mulher invista em uma formação profissional e depois decida ou consiga se destacar na política.

Nas entrevistas a busca pelo capital profissional e a saída do espaço privado aparece como um projeto pessoal, na busca da identidade e como uma necessidade financeira, na tentativa de buscar recursos. São esses espaços, que elas buscam ao longo de suas trajetórias, permitiram contatos sociais com atores que vieram a inseri-las na vida política.

As entrevistas mostram que o trabalho veio cedo em suas trajetórias e o percurso, muitas vezes, envolveu atividades diversas.

E eu comecei a trabalhar aos treze anos de idade. (...). Então, comecei a trabalhar muito cedo, meu intuito de início de trabalho era ajudar o meu pai, compartilhar despesas doméstica e também criar já preparo (...). Eu trabalhei na cantina da escola (...). No meu contra turno de sala de aula atendente na faxina. Depois eu fui atendente na lojinha, o Instituto vendia canetas, uma mini papelaria. Eu fui atendente também no Museu da escola e da Biblioteca. Eram atividades que eu fazia para ter algum rendimento. (Ana Paula).

Até fui convidada a ir trabalhar no Pré-UFMG (...) O grande objetivo do Pré era inserir alunos de baixa renda oriundos do Ensino Público nas Universidades Federais. (...). Comecei como recepcionista, atendente. Depois fui assumindo outras funções. Eu passei pela função de assistente administrativo. Depois eu fui ser assessora da coordenação, eu dava suporte para os coordenadores da Instituição. Depois eu assumi a função de secretaria, que era a pessoa que já além do trabalho de atendimento acumulava função de gestão. Já era responsável pelo trabalho dos funcionários. Depois eu fui auxiliar administrativo, depois fui ocupando funções. (Ana Paula).

E depois disso eu fui trabalhar iniciativa privada, eu trabalhava principalmente com gestão. Eu participei de vários programas de *trainee* e entrei na empresa. Trabalhava com gestão, então, era voltado para melhoria de processo gerenciamento de projetos, as melhores práticas de gestão da iniciativa privada para poder melhorar resultado. (...) E aí foi onde eu fui trabalhar na Agência Reguladora de Serviço de Saneamento do Estado (...) entrei fiz o concurso público depois, entrei cheguei a ser gerente de

regulação tarifária. Então, minha equipe era responsável para fazer os cálculos das tarifas água e esgoto. (Laura).

É perceptível na personalidade dessas mulheres uma necessidade de sair do espaço privado e participar do debate público. Independentemente do poder econômico das famílias, todas elas começaram a trabalhar cedo e buscaram ocupar os espaços públicos. Além disso, percebe-se um grande esforço para se alcançar o reconhecimento social pelo estudo (originados pelos incentivos dos pais na fase do ensino básico) e pelo trabalho.

Eu sou formada em Filosofia, dentro do próprio curso de Filosofia tivemos a oportunidade de fazer o curso de História, e eu fiz. Eu sou Bacharel em Filosofia, fiz o curso de História, ainda fiz o curso de Direito, fiz a OAB, sou advogada, fiz pós-graduação em Direito Eleitoral. (Celise).

Fiz Faculdade lá, formei. E aí quando terminei a Faculdade, eu passei no concurso para Polícia Civil no Rio de Janeiro. Foi quando fui embora de Presidente Prudente. (Sheila).

E depois o segundo grau aquela época foi a Formação de Curso Técnico de Magistério. Na época que a gente tinha ainda tinha formação de Magistério. Eu sou professora normalista formada pelo Instituto de Educação. (Ana Paula).

Então, é engraçado que eu fui estudar Economia na verdade pensando em redução de pobreza. E aí fiz o curso na UFMG (...). Lá (Canadá) eu fiz meu mestrado e aí eu fiz o meu mestrado em Economia na Concord University, e com viés já totalmente diferente do que eu fiz de Economia na UFMG. (Laura).

Importante reforçar que o ingresso dessas mulheres no mercado de trabalho e na vida pública não equilibrou as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforçou as desvantagens vividas por elas, uma vez que foram compelidas a conciliar sozinhas (ou com a ajuda de outras mulheres da família) a esfera reprodutiva e a esfera produtiva.

Foi 1981. Casei, busquei algumas tentativas de poder trabalhar em algumas escolas Municipais e Estaduais, também foi muito difícil para conseguir. Eu acabei tendo a minha primeira filha com 21 anos e aí não quis ficar só em casa. Eu cuidava da casa, eu cuidava das coisas e eu coloquei um objetivo de fazer um curso de Pedagogia, de buscar fazer um curso superior e aí consegui fazer esse curso superior, mesmo com as dificuldades e tudo e comecei a trabalhar. (Rosângela)

A entrada das mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança revolucionária, porém elas ainda continuam sendo responsáveis pelas atividades reprodutivas, pelos cuidados com a casa e com os membros da família, ou coadjuvantes que "ajudam no orçamento familiar", enquanto que aos homens cabe o papel de provedor. Conciliar as esferas pública e privada demanda que essas providenciem arranjos domésticos para poder sair de casa e ir trabalhar (HARVEY, 1994; HIRATA, 2007). Assim, o trabalho doméstico e o cuidado dificultam a sua

participação da mulher na vida pública, por meio de atividades laborativas e políticas (ANDRADE, 2015).

Nas entrevistas, percebe-se o grande capital educacional acumulado das Deputadas eleitas, com vários tipos de pós-graduação, e, por vezes, mais de uma graduação. Tal capital foi inegavelmente importante para que ocupassem o espaço político, pois lhes deu acesso aos espaços públicos, preparo e visibilidade.

Eu fiz o curso de Pedagogia, comecei a trabalhar e nesse trabalho que eu fazia comecei também a desenvolver um projeto na área social, e esse projeto de qualificação profissional, porque foi a área que eu me especializei (...) fiz uma Pós-Graduação em didática. (Rosângela).

Eu sou formada em Filosofia, dentro do próprio curso de Filosofia tivemos a oportunidade de fazer o curso de História, e eu fiz. Eu sou Bacharel em Filosofia, fiz o curso de História, ainda fiz o curso de Direito, fiz a OAB, sou advogada, fiz pós-graduado em Direito Eleitoral. (Celise).

Eu reconheço, eu falo que estudei a vida inteira em Escolas Públicas, mas eu sei que é uma Escola Pública de excelência assim, sabe que até o montante de investimentos que é feito no Colégio Militar, por ele ser ligado ao Ministério da Defesa, é um montante importante, é maior que a gente vê normalmente na Rede Pública de Ensino. Mas foi tudo isso que me permitiu com essa qualidade do ensino e da aprendizagem alcançar voos maiores. (Laura).

Fica evidente que a política aconteceu em suas vidas como uma consequência de trajetórias, uma vez que, na verdade, buscavam apenas sair do espaço privado e conseguir voz e reconhecimento social. Todavia, o cargo eletivo não era um projeto de vida para elas.

Porque eu não tinha essas pretensões políticas de já entrar para a política (...) eu não tinha pretensão de sair candidata a Deputada, antes eu estava mesmo na época com um projeto social e mantendo esse trabalho junto com a comunidade, mas nós vimos a dificuldade que tinha de manter um trabalho desses. Então, nós vimos que o caminho seria entrar para a política para que a gente pudesse trabalhar o crescimento das ações. (Rosângela).

(...) eu sempre quis ser delegada (...). (Sheila).

E quando foi a eleição de 2018, eu recebi por parte do partido e do grupo político que a gente compunha, o convite para a disputa ao cargo de Deputada. Que inclusive não era uma função assim que eu sonhava, que eu falei que ia ser a vida inteira (...). (Ana Paula).

Porque antes de viajar eu tinha trabalhado com gestão, melhoria de processo, gerenciamento de projeto, mas eu queria trabalhar com Economia, e algo que gerasse melhoria de qualidade de vida para as pessoas. E aí foi onde eu falei: acho que talvez como economista eu possa contribuir melhor no Governo. E a gente vai ter um impacto muito bacana na vida das pessoas como economista. Eu até como liberal defendo que quem gera resultado é o setor produtivo. (Laura).

No caso específico de Laura, a entrada na vida política veio de um projeto pessoal, fruto da insatisfação com o funcionamento da máquina pública. Talvez devido à sua idade e à origem familiar, com patamares educacionais elevados, sua trajetória seja diversa das demais entrevistadas. Muito disso pode ser atribuído à diferença geracional e às mudanças sociais, ou seja, Laura, em decorrência de ser a mais nova das entrevistadas, já encontrou um espaço mais favorável a presença de mulheres.

'Ah Laura é porque você é nova aqui, não é assim que funciona'. E isso foi me deixando cada vez mais inquieta. E aí foi época que decidi me candidatar porque eu falei assim: poxa, se as coisas são assim no Poder Público que é uma máquina propulsora para poder gerar mais resultados para o cidadão lá na ponta, a gente precisa fazer com que ele funcione melhor. E eu fui percebendo que isso só poderia ser feito através da política. (...). Pensei em entrar na política, mas eu não tenho vínculo nenhum anterior com políticos. Eu não tenho familiares políticos, eu não tenho ninguém da minha família que foi político. Eu nunca tinha me candidatado antes, nunca tinha sido nem filiada a nenhum partido político. Então, eu não sabia nem assim, como fazer por onde começar. E aí foi onde conheci o Partido Novo. (Laura).

Aparece, também, nas entrevistas um envolvimento prévio em projetos sociais, associados ao trabalho delas, que lhes gerou reconhecimento social.

Eu tentei aplicar na prática. E hoje nós temos um projeto na área social que já qualificou mais de 100.000 pessoas. (...) SERTEP - Serviço Educacional Técnico e Profissionalizante. E esse projeto também, ele trabalha com a parte de oficinas, cursos. Então, a gente trabalha com primeiro emprego, menor aprendiz. A gente faz esse projeto nessa área social já a mais de vinte anos. (Rosângela).

Ainda que as Deputadas não signifiquem dessa forma e vejam como um auxílio ou uma amizade, é certo que sua participação em questões sindicais, em atividades religiosas ou sociais lhes conferiu notoriedade social e, conseqüentemente, um corpo de eleitores que acendeu o interesse do meio político nelas.

Então, tinha um grupo, uma equipe de pessoas que ele (seu marido) já coordenada, supervisionava essas pessoas e essas pessoas acabaram engajando com uma eleição de vereador na cidade, apoiando que foi o ex-vereador Ricardo Caram Guimaraes, e ele faleceu com um ano e oito meses de mandato. Aí acabou eu assumindo e entrando pela causa, pela luta do grupo que a gente já tinha... (Rosângela),

É, mas aí no final das contas, as pessoas já me conheciam aqui. E também tem a questão da Polícia Civil, não posso esquecer, sou delegada e nós nunca tivemos representante mesmo na Assembleia, e isso faz muita, muita falta. Então, muita gente abraçou a minha campanha. Meus amigos da Polícia Civil, entendeu. (...). Não, nunca me envolvi. Eu sou filiada do Sindicato dos delegados de Polícia, Associação (...) eu não fui eleita por essa bandeira, sempre fui muito sincera, sou até hoje, falo para pessoal. Vou fazer até uma crítica de movimento sindical, uma crítica construtiva, acaba que nos movimentos sindicais o pessoal muitos tem realmente interesse político de se candidatar, certo, alguma coisa. Então, quando alguém como eu que não faço parte de movimento sindical, mas acaba que eu sou uma representante legítima da

classe sou eleita, eles me atacam muito. Porque, tipo assim, ciúmes que não conseguiram serem eleitos. (Sheila).

Diante dos relatos, verificasse que o elevado capital educacional e o percurso profissional, que abarca diversas formas de capital associativo, trouxe para a mulheres entrevistadas um reconhecimento social e, conseqüentemente, um corpo de eleitores que lhes permitiu alcançar uma cadeira na ALMG.

6.4 Percurso político

A lógica política é complexa e diretamente vinculada aos poderes econômicos e aos cálculos da competição eleitoral, cenário em que as mulheres encontram as maiores desvantagens, seja pela negação direta de apoio, seja por posturas desfavoráveis adotadas pelos partidos ou pelos valores sociais de gênero que reforçam o quadro da sub-representação feminina (ARAÚJO, 2006).

O voto, universal, secreto e direto¹⁸ é, certamente, uma das principais ferramentas de participação popular na política brasileira, garantindo a soberania e o Estado Democrático de Direito. Alcançar o direito ao voto e à elegibilidade foi uma grande vitória feminina, ainda que não se tenha atingido a paridade numérica.

O sistema eleitoral brasileiro é regido por regras formais que delimitam o processo político para entrada e participação no debate público. A partir da Constituição Federal de 1988 tal sistema se divide em dois, majoritário e proporcional.

O sistema majoritário, adotado para os cargos do Poder Executivo, visa eleger o candidato mais votado, sendo preciso, contudo, conquistar a maioria absoluta dos votos, ou seja, mais de 50% dos eleitores (TORRES, 2014). Caso nenhum candidato consiga mais de 50% dos votos válidos, os dois mais votados se enfrentam em um segundo turno salvo no caso de Municípios com eleição para prefeito em turno único, por força do número de habitantes (GOMES, 2019; STUDART, 2013). O sistema majoritário aplica-se também aos Senadores¹⁹.

¹⁸ Art. 14, CF/88.

¹⁹ Art. 46, caput, e 77, § 2º, CF/88

Já os demais cargos eletivos, vinculados ao Poder Legislativo – vereadores, deputados estaduais e deputados federais – são regidos pelo sistema proporcional em lista aberta²⁰, o que permite que o eleitor opte por votar no candidato ao cargo ou no partido/coligação.

O Brasil usa o sistema de representação proporcional desde 1932 e o combina com a lista aberta permitindo, ainda, a realização de coligações eleitorais para os cargos de deputados federais e estaduais e vereadores (PIRES, 2011).

A combinação da representação proporcional com a lista aberta e a presença de coligações torna a competição particularmente difícil para novatos, especialmente as mulheres, que, além disso, enfrentam obstáculos relacionados ao gênero para conseguir financiamento, apoio partidário e provar que suas candidaturas não são um risco (GOMES, 2019).

O principal objetivo do sistema proporcional de lista aberta é equilibrar os poderes dos partidos, considerando sua expressividade e tamanho, com a vontade e aderência dos eleitores a certas bandeiras e candidatos. Visa-se assim evitar que as cadeiras sejam ocupadas apenas por partidos e candidatos que representam visões majoritárias da sociedade, o que dificultaria ainda mais a participação das minorias vulneráveis.

Então, o partido foi fundamental, essencial. Se eu tivesse em outra sigla, talvez eu não tivesse sido eleita, porque o partido conseguiu fazer uma chapa para eleger com relativamente poucos votos. Eu fui eleita a 24.000 votos, é uma votação pequena quando a gente pensa numa dimensão estadual, então o partido para mim foi assim, muito, muito importante. Além de defender as causas que eu acredito, não só como a questão da participação das minorias, da mulher, mas como a pauta fundante do partido que é a pauta da sustentabilidade. (Ana Paula).

Mesmo assim, o sistema proporcional é digno de diversas críticas, seja por sua demasiada complexidade ou pelo fato de que alguns candidatos não são eleitos mesmo tendo conquistado mais votos do que outros. Ademais, candidatos muito votados tendem a levar consigo candidatos pouco votados de seus partidos/coligações, desequilibrando a balança idealizada pelo legislador quando optou pelo sistema proporcional.

Ficou nítido nas entrevistas que as Deputadas reconhecem as dificuldades trazidas pelo sistema proporcional e pela lista aberta, pois geralmente são chamadas pelos partidos para trazerem votos para suas chapas.

²⁰ Art. 27, § 1º, 32, § 3º, e 45, CF/88

Aí muitos acharam que eu entraria para ajudar na coligação, ajudar a eleger a maioria, que eram homens, e não tinha ainda essa cota. (Rosângela).

(...) a gente depende muito das bases da gente, as bases ditam o que é à vontade, se é vontade que a gente continua, se é vontade surja um novo nome. Na verdade, um mandato que a gente exerce, ele não nos pertence, ele é transitório (...). (Celise).

Às vezes as pessoas que estão fora da política, acham que a gente tem o privilégio de escolher o partido. 'Eu vou sair candidata no partido tal porque tenho afinidade ali com aquilo', mas não é assim. (...). É, não basta a gente querer, o partido tem que querer também. Legalmente não deveria ser assim. Não deveria, eu estou te falando o que acontece na realidade, na prática. Porque se você for olhar o estatuto, a legislação, não pode ser assim. Mas se você for ficar arrumando confusão também é pior ainda. (Sheila).

Isso se evidencia muito quando se analisa a escolha do partido ou migração partidária, que não se dá necessariamente por uma identificação ideológica, mas sim por ser o partido do padrinho político ou por um interesse do partido em tê-las como candidatas.

Então, nós vimos que o caminho seria entrar para a política para que a gente pudesse trabalhar o crescimento das ações. Na época eu não era candidata, o Dr. Ronaldo Souza que foi dono da Faculdade de Medicina lá em Itatinga, e dono da Faculdade de Direito e de uma Rádio Vanguarda na cidade e empresário dono de Postos de Gasolina, ele foi e viu a situação que a gente estava vivenciando, e ele falou: "Rosângela sai candidata a vereadora na cidade. (...) Ele viu o processo, como que estava, da escola, das ações que a gente desempenhava. Aí ele foi e falou para sair candidata a vereadora da cidade. (Rosângela).

Não, não era o mesmo partido do vereador anterior não. Esse o PSB o partido estava na cidade lá. E aí estava um grupo se organizando e aí a gente optou por sair candidata pelo partido. (Rosângela)

(...) eu sempre fui filiada ao MDB. Nunca tive em outro partido, por enquanto. O meu pai já vinha do partido, meu cunhado era do partido, foi quase que uma ocupação automática, natural. Então, eu não tive obstáculos não. Tenho agora obstáculos na hora da campanha, as condições de trato, a forma como os mandatos são valorizados, existe uma diferença. (Celise).

Eu tive uma passagem no PT, fui filiada ao Partido dos Trabalhadores. Lá no Partido dos Trabalhadores, eu fui dirigente partidária. Eu era coordenadora de formação político do PT Estadual. E depois eu saí do PT, me filiei no Partido de Rede Sustentabilidade e no Partido Rede Sustentabilidade eu fui presidente. (...) Sim, ele fez a mudança (Paulo Lamac). Ele mudou, sei lá, em novembro e eu mudei em março seguinte na Rede um partido recém-fundado. (Ana Paula).

(...) mas acho que o acumulado assim minha vivência de vida social na igreja, que atuação de movimentos sociais, de liga com partidos, com a experiência da Câmara Municipal e da Assembleia. (Ana Paula).

Laura é uma exceção encontrada nas entrevistas, pois ela buscou o partido pela identificação com a plataforma política e passou por um processo seletivo que não envolvia contatos políticos prévios ou capital associativo.

E o Novo ele faz um processo seletivo pela internet, onde qualquer pessoa pode se candidatar. Eu já gostava das ideias por serem ideias liberais, inclusive tem muito a ver com que estudei na Economia lá no Canadá (...). Não conhecia absolutamente ninguém do Partido, não conhecia, me inscrevi e aí tem todo o processo seletivo com avaliação de currículo, entrevista, um vídeo onde você fala quais são suas principais propostas, tem prova. (...). Não tinha recursos altos para campanha, não tinha histórico na política, não tinha histórico de grandes redes de contatos, de pessoas. (Laura).

Ressalta-se que o capital familiar apareceu nas entrevistas, contudo ficou evidente que o fato de ser mulher traz a necessidade de uma trajetória anterior para provar que era capaz de estar naquele espaço. Mesmo o capital familiar não é suficiente, se sozinho, para as mulheres.

A gente era do interior do Estado, da Região Leste. O meu pai foi Vice-Prefeito e Prefeito do Município de Conselheiro Pena na nossa cidade. Depois ele foi Deputado Estadual por seis mandatos, desses seis mandatos, os quatro últimos, ele foi o mais votado do Estado de Minas. Quando ele se aposentou e saiu, ele indicou meu cunhado, marido da minha irmã que faleceu já no final do quinto mandato dele. (...) então, nós temos uma trajetória de família (...). Eu sou casada, meu marido também mexeu com política, ele é agropecuarista, mas ele mexeu com política, já foi Prefeito três vezes no interior de Minas. (Celise).

No contexto social pautado pelo patriarcado e pelo patrimonialismo, é cediço que as mulheres têm dificuldade para conseguir apoio partidário, investimentos, cargos e outros instrumentos para avançar na hierarquia política (GOMES, 2012).

A sub-representação das mulheres na política brasileira tem sido um consenso em órgãos como a IPU²¹ (União Inter Parlamentar) e a ONU (Organização das Nações Unidas). Conforme o *Women in national parliaments – world classification*, produzido pelo IPU em 1º de janeiro de 2019, o Brasil está na 134ª posição no ranking de representatividade feminina no parlamento, entre 193 países pesquisados (IPU, 2019).

Marlise Matos, em seu texto “Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres novos horizontes para 2010” (MATOS, 2010), aponta que são diversos os fatores que interferem na representatividade feminina:

No nível da interação sociopolítica – o segundo conjunto de obstáculos – identificamos assimetrias significativas na distribuição do poder e também dificuldades das próprias mulheres em participar ativamente das tomadas de decisões em vários âmbitos (do doméstico, passando pelo social/interacional, chegando ao plano político-institucional). Foram relatadas experiências de discriminações/opressões, desde o plano pessoal (assédio moral e até mesmo sexual no espaço político-partidário parlamentar), social (desqualificação, desautorização e deslegitimação continuadas que terminam por gerar ausência persistente de voz e de vez) e institucional (desinteresse das famílias de origem, dos próprios movimentos de

²¹ *Inter-Parliamentary Union*

origem, dos partidos e até da própria sociedade e especialmente do eleitorado), que convergem para a percepção de que o destino/realidade das candidaturas femininas é a invisibilidade e o insucesso (com algumas poucas exceções daquelas mulheres que já se elegeram ou que estejam em posição de proeminência nos partidos). (MATOS, 2010, p. 05/06).

Marengo e Serna (2007) destacam que carreiras políticas, geralmente, são impulsionadas pela disponibilidade de recursos como a reputação pessoal, fontes de financiamento, experiência política, redes organizativas, que permitem a seu portador convertê-los em suporte material, apoios e votos. Isso fica evidente nas trajetórias das Deputadas entrevistadas.

Os partidos e os políticos que as cercam vislumbram nelas tais características e tentam valer-se disso para beneficiar seus projetos.

Na época eu não era candidata, o (...) que foi dono da Faculdade de Medicina lá em Itatinga, e dono da Faculdade de Direito e de uma Rádio Vanguarda na cidade e empresário dono de Postos de Gasolina, ele foi e viu a situação que a gente estava vivenciando, e ele falou: “Rosângela sai candidata a vereadora na cidade”. (Rosângela).

Primeiro eu fui vereadora aqui em Juiz de Fora. Trabalhei na Polícia Civil bastante tempo na cidade de Juiz de Fora. (...). Sou delgada e na época fui para Delegacia de Mulheres. Eu continuei trabalhando na Delegacia de Mulheres. (...). Aí em 2015 eu resolvi ser candidata a vereador aqui na cidade. (...) era muito conhecida, eu já fazia um trabalho muito intenso com criança. Eu amo trabalhar com criança, sabe. Então, eu fazia nas escolas palestras de prevenção ao uso de drogas, de prevenção de violência doméstica, questão da pedofilia também que é uma bandeira que trago muito forte no mandato. (...). Um projeto que até a polícia civil criou aqui para poder subsidiar esse trabalho, que é o Projeto Escola Consciente. E eu estou nele até hoje. Agora com a pandemia até mais difícil. Então assim, a gente acabou criando uma aproximação muito grande com as comunidades, com as famílias (...). (Sheila).

Uma coisa que gosto de destacar que é importante na minha trajetória tem a ver com minha trajetória política é que na minha gestão no Pré nós fizemos a distinção do atendimento. A gente sai das Unidades centrais e começa a atender dentro periferias. O que a gente identificou que aquele público que realmente queria atender, ele começou a não ter condições de deslocar para o centro, de pagar a passagem para vir para o centro. (...) que acabou colaborando um pouco assim com meu conhecimento mais amplo de escuta comunitária, de percepção da necessidade daquela realidade já era formada, já era assistente social. Então, já fui acumulando essa minha capacidade de escutar e entender o que era necessário para aquele público específico. Lá no Pré eu também fui gestora de uma Instituição de uma creche no aglomerado da Serra. Essa creche atendia crianças e adolescentes, pais. Então, também foi uma oportunidade muito interessante de conseguir na verdade ter mais contato comunitário. Eu já tinha diminuído um pouco minhas atividades religiosas e aí já estava numa atividade mais comunitária. (Ana Paula).

A surpresa com o sucesso no pleito eleitoral demonstra que nem elas acreditavam que poderiam alcançar tal espaço.

Não, não tínhamos. Aí fui eleita com três mil e trinta e três votos. Mais votada. (...) Ninguém estava esperando (...) E nem imaginava assim a dimensão que era Assembleia Legislativa. (Rosângela).

(...) e me candidatei a vereadora para minha surpresa eu fui eleita até a vereadora mais bem votada na história de Juiz de Fora. (Sheila).

E aí eu fiz todo esse processo seletivo e passei em 2016. Eu fui candidata pela primeira vez a vereadora de Belo Horizonte, não fui eleita fiquei como terceira suplente do Partido. Fui a quarta mais votada, me surpreendi muito com minha votação, porque o objetivo de me candidatar foi meio no susto assim, meio no movimento da indignação mesmo, de falar: gente alguém precisa fazer mais pelo nosso Estado, pelas pessoas, pela cidade. Então, se ninguém está fazendo eu vou lá tentar fazer. (Laura).

Muito disso advém de sua participação anterior nos bastidores da política, que lhes deu consciência das dificuldades e dos obstáculos impostos pelo sistema, no qual há grande favorecimento e incentivo à participação masculina.

Eu como servidora da Assembleia eu atuei nas áreas da consultoria da casa, nas comissões e do plenário. E eu também fui assessora da bancada da maioria aqui na casa. A época da Constituinte Mineira eu era consultora, trabalhei na Constituinte Mineira como consultora. Eu já era deputada na constituinte como funcionária pública na casa atuei na consultoria. (Celise).

Pré foi crescendo, o Pré foi uma Instituição que chegou a ter dez mil alunos (...) Nosso fundador deixou a função para assumir a função de vereador aqui na Capital. (...) Eu participei da campanha de 2004, fui uma das coordenadoras de campanha de 2008. Coordenei a campanha de 2010, coordenei a campanha de 2014 quando ele foi eleito deputado. E de 2010 até a 2016, eu fui chefe de gabinete tanto no mandato da Câmara, como no mandato da Assembleia, os dois mandatos da Assembleia. (Ana Paula).

Em 2010, a gente estava, o nosso, então, vereador Paulo Lamac, estava no segundo mandato e precisava de uma recomposição de equipe para seguir o trabalho político. E ele me convidou para entrar com ele na equipe lá da Câmara Municipal. (...) E aí eu fui então para trabalhar no mandato, coordenar o mandato de chefe de gabinete lá. (...) Em 2010, no final de 2010, ele concorreu o cargo de deputado estadual foi eleito. (Ana Paula).

Uma questão que reforça o interesse escuso do partido em lançá-las candidatas é a baixa oferta de recursos financeiros para as campanhas, independentemente do partido político.

Nunca tive a questão financeira partidária. Agora que está chegando esses recursos aí partidário. Então, sempre foi só colocar o nome mesmo e aquilo e ficava não chegava, nunca chegou, entendeu, nem de fazer as reuniões, falado apoio não tivemos. Nós tivemos as campanhas muito sempre isoladas (...). (Rosângela).

(...) para a mulher é sempre mais difícil nosso acesso. Quando eu entrei a primeira vez, o recurso (não tive). Mas eu tive a mão de um deputado federal que militou muito, muito é o Deputado Mauro Lopes. Então assim, ele me deu um suporte em todos os sentidos. Ainda que eu não tenha conseguido, mas ele me ajudou muito nesse sentido, muito mesmo, em todos os sentidos na verdade, politicamente. Ele abraçou a candidatura e foi muito importante nessa trajetória. (Celise).

PSL teve um pouco de recurso. Eu recebi um pouco de fundo partidário. Se não me engano foram sessenta mil reais. Sessenta ou sessenta e seis mil reais para mim um valor importante, me ajudou bastante. (Sheila).

Financeiramente não. Eu recebi de recurso de fundo eleitoral oitocentos reais. (...) Mas isso teve um motivo porque a gente tinha uma candidata mulher a Presidência da República. E os recursos femininos acabaram sendo canalizados para o comparecimento da nossa candidatura que era a candidatura da Marina Silva. Mas em termos financeiros eu posso dizer que o partido investiu oitocentos reais, recebi de fundo partidário. (Ana Paula).

Então assim, mas não tinha, o orçamento de campanha, senão me engano, por volta de cinco mil reais. (Laura).

Não bastasse, as mulheres tendem a ter rendas menores, fato que dificulta o investimento próprio em campanhas eleitorais e, conseqüentemente, diminui o interesse do partido em apoiar a candidatura. Ademais, por serem atrizes, em regra, sem histórico na política, as mulheres não têm a mesma experiência e acesso aos mesmos mecanismos de apoio e benefícios disponíveis aos demais (JONES, 2009).

Além disso, elas tendem a ter menos tempo, já que têm duplas ou triplas jornadas de trabalho, somando o trabalho remunerado ao trabalho doméstico não remunerado, o que dificulta o exercício da vida política (VENTURI, RECAMÁN; OLIVEIRA, 2004)

Assim, suas estratégias de campanha tentam driblar a ausência orçamentária. Elas valeram-se da internet, dos projetos sociais que participam, do corporativismo associativo, sindicalismo, contatos estabelecidos no decorrer da vida e de alianças com demais políticos, seja para associar sua imagem ou para dividir os custos da campanha.

(...) campanhas muito simples, muito difícil de fazer, mas sempre a população correspondendo muito com assim, a rotação, acreditando sabe. (...). Teve muita polêmica sim, uma eleição difícil, eleição diferente. E a gente utilizou das estratégias para alcançar objetivo. (...) O nosso público é um público que a gente faz prestação de serviços de parceria com os Municípios, olho no olho, é um diálogo: 'olha, eu quero trabalhar para o seu Município, da agora para frente essa causa aí, a minha causa também', entendeu. (...). Eu sempre busquei aqui parcerias, os apoios, indo também para Brasília, nos Órgãos das Secretárias, dos Ministérios. Então, eu Sempre procurei ver se a gente conseguia os apoios para cidades e também para os nossos projetos na área social. (Rosângela).

Olha, para a mulher é sempre mais difícil nosso acesso. Quando eu entrei a primeira vez, o recurso..., Mas eu tive a mão de um deputado federal que militou muito, muito é o Mauro Lopes(...). Então assim, ele me deu um suporte em todos os sentidos. Ainda que eu não tenha conseguido, mas ele me ajudou muito nesse sentido, muito mesmo, em todos os sentidos na verdade, politicamente. Ele abraçou a candidatura e foi muito importante nessa trajetória. (Celise).

Então, eu tinha o Charlles Evangelista, que hoje é meu namorado e eu dobrei com ele na campanha para Deputada estadual e ele federal. Foi uma estratégia que a gente

utilizou para usar recurso. Campanha junto, dividiu mesmo. Colocamos os mesmos espaços, as mesmas pessoas que entregavam material meu, entregava o dele. Mesmo carro, ou seja, saiu uma campanha 50% mais barato. (...) Eu viajava muito as regiões, nós não tivemos apoio de nenhum político, nenhum Prefeito e uma vereadora de Matias Barbosa, de cento e vinte votos só a princípio. Ela me apoiou (...), Mas como a gente não tinha esse conhecimento político, nós fizemos a campanha somente nas redes sociais e com as nossas bandeiras. E eu com a questão de eu já ser muito conhecida e fazia muito palestra. E eu tinha um trabalho muito atuante na Câmara de Vereados de Juiz de Fora. E aqui em Juiz de Fora, o trabalho aqui repercutiu muito na região, na Zona da Mata. Muita gente trabalha aqui, tem familiar, então, repercutiu muito. Sabe que eu sou muito conhecida até por conta da televisão também, conforme te falei. Como vereadora eu continuei trabalhando como delegada. (Sheila).

O meu grupo político que eu pertencço estava todo inserido no partido, então, a gente trabalhou muito a partir do histórico do Lamac, das minhas experiências com chefia de gabinete, da minha experiência como direção partidária, como gestora na Prefeitura de Belo Horizonte. (Ana Paula).

E fiquei como terceira suplente. Então, com isso me surpreendi porque eu falei: gente que bacana a gente vai fazendo ao longo da vida as pessoas lembram. (Laura).

(...) na minha campanha, claro que campanha eleitoral é um misto muita coisa. A trajetória acho que é importante, eu acho que a questão da minha trajetória de vida faz uma diferença. As propostas que você vai apresentar são importantes porque as propostas têm que resolver problemas da sociedade. (...) Mas uma das coisas que eu utilizei que eu não sei se os candidatos utilizam muito, é de justamente usar a técnica de gestão para planejar a campanha. Então assim, eu tive uma das campanhas mais baratas do Brasil para ser eleita deputada estadual, meu orçamento de campanha foi de menos de vinte três mil reais, se não me engano. E assim, tudo orçamento de doação de amigos, pessoas próximas acreditavam nas propostas até porque eu não tenho grandes financiadores no caso da minha campanha. Eu mesma achava que era impossível eleger deputada estadual com tão pouco recurso. (...) utilizei uma técnica que é chamada desdobramento de metas, que a gente usa na gestão. (...) Então, eu fui buscar saber quantos mais ou menos seria necessário para eleger como deputada estadual alguém do Partido Novo. A meta era trinta e cinco mil votos. Esses trinta e cinco mil votos eu tentei destrinchar entre onde eu poderia ter esses votos, grupos de amigos, Faculdade, trabalho, pessoal do Novo (...) E aí através disso foi onde eu tinha uma marca melhor do que eu precisava investir em divulgação. Então, eu acho que a minha campanha também foi uma campanha tão barata porque a gente focou em colocar recurso naquilo que ia chegar onde precisava. Então assim, eu gastei menos, eu tentei focar muito mais em mídia digital, então, redes sociais onde você consegue alcançar muito mais gente, mas um custo mais baixo. (Laura).

Hoje, o partido que não tem mulheres nas chapas eleitorais já não é mais visto como atrativo para o eleitorado e os partidos sabem disso. Sabem que a sociedade demanda, cada vez mais, a presença de mulheres no espaço público. Tê-las como candidatas é importante para atrair votos, mesmo que seja apenas para possibilitar a eleição dos demais candidatos e para atender a demanda social pela presença feminina nas eleições.

Conturbada (a campanha), não foi fácil. Mas talvez não pelo fato de ser mulher, porque mulher o voto todo mundo quer, mas por conta de não saberem a quantidade de votos que eu teria nas eleições. E de fato eu tive uma faixa de votos que assusta os partidos. (Sheila).

Ter entrado no espaço público lhes deu visibilidade e possibilitou que partidos e políticos vissem nelas algo vantajoso, como a chance de cumprir cotas; configurar presença feminina nos partidos, cada vez mais requisitada na sociedade; trazer votos para o partido e para a coligação, permitindo assim, que outros parlamentares fossem eleitos, devido as regras do sistema eleitoral brasileiro.

Em 2018 veio o convite para disputar a eleição. A gente já estava nesse movimento crescente na América Latina de mais presença das mulheres na política. E aí assim, eu fiquei naquela situação porque pelo acumulado e por toda a oportunidade que me foi aberta de vida profissional, de trabalho, de experiências partidárias, até por defender que a gente precisa que mais pessoas ocupe política, não tive muita opção e acabei topando o convite e disputei a minha primeira eleição em 2018 e já conseguimos de uma forma muito feliz ser coroada aí com o trabalho na Assembleia de Minas. Então, foi assim a construção política. Não foi algo planejado, não foi algo desenhado nem sonhado. Mas foi algo que vem resultado de muito acumulo a longo dessa trajetória toda. (Ana Paula).

Contudo, além de não contarem com expressivo apoio dos partidos, quando essas mulheres se tornam candidatas com bons capitais, capazes de atrair muitos votos, elas deixam de ser interessantes para os partidos, pois se tornam concorrência para os candidatos que pretendem se eleger.

Nos espaços de poder, nas disputas de comissão, isso sempre tive muita dificuldade. Nessa parte dos espaços com os administradores Municipais de gestores, sempre muita dificuldade, muita rivalidade, muita disputa nesse meio. E de não querer dar um espaço mesmo com medo de perder campo político. Então, isso sempre ocorreu muito. (Rosângela).

E de fato eu tive uma faixa de votos que assusta os partidos. (Sheila).

Essa foi uma questão bem pesada. Eu como fui uma vereadora que foi eleita com muitos votos, então, automaticamente as pessoas já me puseram como candidata a Deputada Estadual. (...) E nessa montagem de chapa, normalmente os partidos já tem deputados de mandato que querem garantir a continuidade, eles não querem colocar no partido pessoas que tem chance de ocupar a cadeira deles. Então, era uma incógnita, não sabia quantos votos eu teria, mas as pessoas sabiam que eu seria bem votada. Aí o próprio partido que eu estava PTC, ele não tinha interesse que eu fosse eleita Deputada estadual, não tinha. Então, eu fui convidada a ser expulsa do partido. Foi assim, muito na educação, sabe, mas fui convidada a sair do partido, ser expulsa, não podia sair, mas me expulsaram. Também não estava me sentido a vontade de ficar, não vou ficar num lugar que eles não querem. Eu vou arrumar outro partido para mim, só que não foi fácil. (...) Os dirigentes me convidavam quando viam os outros indicavam, "ah não quero ela aqui porque ela vai ter muito votos, não quero, não quero". Até que no final eu recebi um convite do PSL, eles que me procuraram(...). E quando fui para me filiar na última semana o prazo, eles também não me queriam mais também. (...). (Sheila).

Ademais, muitas vezes, não há apoio partidário durante os mandatos.

Mesmo que sempre eu correspondia, ajudei os partidos, na verdade esse retorno dos partidos com o mandato nós não tivemos, não existiu. (Rosângela).

(...) o meio político é um meio muito masculino ainda, a gente enfrenta algumas dificuldades (...). Eu sou do MDB, eu era a única mulher dentro do primeiro mandato dentro do partido e continuo sendo a única agora no segundo mandato. Hoje o relacionamento com a bancada não é tão estreito, eu sinto mais dificuldades para entrar com a questão partidária, mas no primeiro mandato eu tentei ser a mais tranquila possível, mas a gente sente que existem diferenças. Trato com mulher é diferente, às vezes, até assim a gente tem uma sensação de que os deputados se sentem, às vezes, até constrangidos ou intimidados com a possibilidade de a gente ter uma atenção muito grande política e a gente sente que existe um trato diferente nessa situação. (Celise).

Nesse contexto, a lista aberta é, em regra, menos vantajosa para as mulheres (MIGUEL; QUEIROZ, 2006). Surgiram, então, as cotas eleitorais para mulheres, ações afirmativas, que visam combater a discriminação por meio da compensação da desigualdade de oportunidade.

São ações corretivas, voluntárias ou compulsórias, que pretendem eliminar desigualdades historicamente acumuladas, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento. Elas surgem a partir da necessidade de promover os grupos inferiorizados na sociedade e conferir-lhes uma preferência a fim de assegurar seu acesso a determinados postos que, de outro modo, estariam deles excluídos total ou parcialmente. (MARTINS, 2007, p. 12).

As cotas foram inseridas no ordenamento jurídico brasileiro em 1995, com a Lei nº 9.100/95. Mas o instituto foi esvaziado pelo aumento do número de lugares a serem preenchidos, o que manteve a disparidade. Tal situação foi repetida com a alteração legislativa de 1997 (Lei nº 9.504/97).

Já em 2009, a redação do artigo 10º da Lei Eleitoral foi alterado para garantir que cada partido ou coligação preenchesse o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

Contudo, muito se discute sobre a real capacidade de tal legislação de incentivar e sustentar a presença de mulheres no parlamento. O citado mecanismo não veio acompanhado de obrigatoriedade do preenchimento da cota, uma vez que a lei, não traz sanções para o partido e coligações que não o cumprirem.

O Supremo Tribunal Federal, em 2010, tornou obrigatório o preenchimento da cota, contudo a medida não surtiu o efeito esperado e o número de mulheres candidatas e eleitas não sofreu alteração expressiva (TSE, 2010).

Em seu voto, o ministro Dias Toffoli, do Tribunal Superior Eleitoral, decidiu que não basta ao partido reservar 30% das vagas para mulheres, essas vagas precisam ser efetivamente preenchidas:

O que não se pode admitir é relegar o direito à quota de gênero à boa vontade do partido ou da coligação em preencher as vagas. Por meio de artifício, basta que não se atinjam patamares matematicamente ótimos para que sempre e sempre as mulheres sejam alijadas de um direito paritético que lhes assegurou a lei. (TSE, 2010)

Em seu voto, o ministro afirma, ainda, “a chamada cota de gênero é apenas uma iniciativa, de entre tantas outras necessárias, para a concreção efetiva do princípio da igualdade entre homens e mulheres (artigo 5º, inciso I, CF/1988), cuja aplicabilidade vai além do mero reconhecimento formal dessa isonomia”. (TSE, 2010).

Para atender às imposições legais, além de se tornarem mais atrativos para o eleitorado, os partidos, diante da dificuldade de preencher a cota mínima de gênero, têm fraudado o processo de registro de candidatura, lançando candidaturas femininas fictícias (GOMES, 2019).

Embora esse tipo de fraude se perfaça na fase de registro de candidatura, em geral os indícios de sua ocorrência ficam mais palpáveis depois do pleito, sendo evidenciados por situações como a ausência de votos à candidata, a não realização de campanha, a inexistência de gasto eleitoral, a não transferência nem arrecadação de recursos, nestes últimos casos a prestação de conta aparece zerada. (GOMES, 2019, p. 421).

Tal prática expõe a perversidade presente no cenário político brasileiro, que mesmo diante de previsão legal destinada a garantir a representatividade política feminina, encontra formas de burlar o sistema eleitoral e manter o *status quo* de sub-representatividade.

O número de Deputadas Estaduais eleitas em 2018 no estado de Minas demonstra que as cotas, mesmo depois de mais de 20 anos de sua criação, não foram capazes de trazer a equidade numérica necessária na ALMG. O que significa que as cotas eleitorais, ainda, que sejam uma ferramenta para contornar o problema da escassa presença feminina no campo político, não são o meio mais eficaz a longo prazo, sendo necessária a mudança na socialização (GOMES, 2021).

Nas entrevistas, as Deputadas não citam as cotas. Em momento algum o mecanismo foi trazido por elas em seus discursos. Elas valorizam sua trajetória política e sua identidade, colocando suas características individuais como fatores para seu sucesso político e não atribuem ao fato de serem mulheres ou às cotas.

Ainda que as entrevistadas fujam do termo “feminismo” em suas falas e prefiram sempre falar em “pautas femininas”, elas demonstram ter consciência da importância da bancada feminina, do pouco número de mulheres e da interação e respeito existente entre as Deputadas eleitas na ALMG.

Inicialmente nós tivemos algumas ações bem conjuntas aqui na época da Deputada Gláucia Brandão, tivemos outros detalhes aqui. Nós tivemos algumas ações conjuntas com o trabalho aqui. Agora que deu uma distância, até mesmo por causa da pandemia, dessas questões de comissão, aí a gente teve um distanciamento. Mas realizamos sim trabalho integrado em prol dessas causas femininas de trabalho, então foram realizados (...). Existe sim essa sintonia, esse interesse. (Rosângela).

A gente tem uma comissão aqui na Assembleia que é a Comissão de Defesa do Direito das Mulheres, essa comissão foi uma vitória nossa das mulheres do ano passado. Ela foi criada de forma, como comissão especial e hoje ela é uma comissão ordinária, uma comissão constante, permanente, é uma comissão permanente na Assembleia Legislativa. Então, foi uma vitória que nós tivemos e somos, todas nós trabalhamos pautas das mulheres, mas temos viés diferentes. Eu trabalho na pauta das mulheres, mas a minha pauta principal é municipalista. Então, nós temos assim viés diferentes, nós temos colegas aqui que trabalham especificamente causas muito relacionadas as mulheres. (...) é uma pauta da mulher, é uma pauta feminina que a gente defende, então a gente encontra caminhos para defender a pauta feminina, mas não é a minha pauta central. (Celise).

(...) nós somos bastante unidas (Deputadas). Esse período de pandemia deu uma atrapalhada. Porque eu cheguei na Assembleia 2019, e é o meu primeiro mandato de deputada. Então, o ano de 2019 em relação assim ao relacionamento nós mulheres achei bastante positiva. Mas 2020 já não teve por causa da pandemia. Essa percepção eu não tenho como colocar. (...) o trato é muito respeitoso. Claro que eu tenho mais afinidade com as mulheres que tem mais afinidade de pensamento político comigo. Eu sou mais centro direita. Assim, minha linha política sempre foi centro direita. Apesar de eu trabalhar muito focada em pautas que normalmente são pautas trabalhadas pela esquerda. Eu gosto muito das pautas sociais, as questões das minorias. Eu trabalho muitas pautas, mas o meu viés político é mais centro direita, porque é um viés quando sai da pauta social, é um viés mais liberal. (Sheila).

Outro fator que demonstra a consciência delas sobre a necessidade de se ter mais mulheres na política é a promoção e envolvimento delas com projetos voltados exatamente para o fomento à participação política feminina.

Então, nós tivemos aí, eu na comissão, era presidente da comissão, então nós tivemos aí várias regiões que foram contempladas capacitando essas mulheres vereadoras, capacitando elas, incentivando elas saírem candidatas a Deputadas para fazer o trabalho. (Rosângela).

O Projeto Aurora é uma escola de formação a gente fala formação política feminina. Mas na verdade a gente não está querendo treinar mulheres para serem candidatas, o foco não é esse. É capacitar mulheres para atuar na vida pública. Desenvolvendo mais na Comunidade, sabe. É mais no seu torno, se conhecendo melhor, acreditando mais no potencial que ela tem. Muitas mulheres têm potencial incrível, mas não tem a coragem, não acreditam no potencial que tem. Muitas querem e não tem apoio. Então, são várias frentes que a gente procura trabalhar das mulheres que querem, mas não tem apoio, das que tem apoio não tem coragem. Mulheres que tem condições, tem

capacidade, mas não tem coragem porque não é fácil. Você tem que renunciar muita coisa. A vida pública ela requer aí muitas renúncias também em prol do outro. E o custo benefício não é dos melhores. (Sheila).

Além de participarem de comissões de mulheres, assuntos que tendem a ser mais polêmicos nos parlamentos, as entrevistadas reforçam sua participação em mais ações pela representatividade e proteção das mulheres durante o exercício da legislatura.

É a comissão de mulheres ela trata dos assuntos polêmicos, esses assuntos aí que a gente tido aí, ela tem tratado. Eu na época enquanto presidente da comissão, era época de ir para os Municípios das regiões, fazer as discussões sobre a violência contra mulher. Nós fizemos muito essa discussão. As mulheres dos espaços do poder também, mais mulher na política isso também nós fizemos. (Rosângela).

Importante frisar que a representatividade ultrapassa a mera identificação entre governante e governado, passa pela soma de interesses, opiniões e perspectivas, pois, ainda que pessoas de um mesmo grupo não pensem necessariamente da mesma maneira, amplia-se a discussão, combatendo a discriminação sistêmica política e social (YOUNG *apud* BAHIA; BARTH, 2017).

Essa busca pela maior representatividade da mulher não consiste em tentar trazer as mulheres para o status de homem, pois ignorar as diferenças de gênero somente acentua e perpetua a injustiça. É necessário buscar a redefinição das estruturas, para que elas enxerguem a mulher como parte integrante da sociedade. Ignorar a importância da mulher no jogo político representativo compromete o nosso atual estágio de consolidação do processo democrático (MATOS, 2011).

Conforme apontado por Fernando Meireles (2019), uma única eleição pode alterar substancialmente a carreira de milhares políticos, que, após o primeiro mandato, tendem a permanecer na política. Contudo, alguns passam a alçar cargos de representatividade nacional e outros restringem-se ao limite do âmbito local. Isto se confirma nos casos das mulheres entrevistadas, de modo geral. Todavia, verifica-se que apesar do interesse em reeleição, existe certo receio em buscar cargos mais altos.

Pretendo. Pelo menos mais uma vez eu quero me reeleger Deputada porque eu achei o período é muito pequeno. Passa muito rápido. Tenho muitos projetos ainda e essa pandemia atrapalhou muito a realização de vários projetos que eu queria. Claro que muitos a gente conseguiu realizar e eu estou muito satisfeita de mandato. Mas eu quero pelo menos mais um mandato de Deputada estadual. (Sheila).

Eu não cheguei a pensar muito para frente. Hoje a minha vontade é me recandidatar a deputada estadual que eu acho que tem muito a se fazer ainda nesse trabalho. Igual eu sou deputada de primeiro mandato tem muita coisa ainda que a gente pode continuar trabalhando vai gerar resultado importante, mas eu tenho vontade de continuar na política. Ainda não sei exatamente como será o próximo caminho. (Laura).

Uma das razões encontradas foi a insegurança em disputar cargos com outros políticos já estabelecidos em sua base partidária.

O nosso projeto é eleição para Deputado Estadual. Esse é a continuidade do trabalho. Eu nunca quis assim pegar, se a gente tem uma parceria com um Deputado Federal de ir para campo dele. Eu acho que a gente tem que respeitar e tudo no seu tempo certo. Nada de querer já ir para um outro patamar. (Rosângela).

Percebe-se nos discursos que elas veem a disputa eleitoral como suja e violenta, além de não sentirem apoio para tanto.

E candidatura para executivo não vou falar que nunca mais porque a gente não pode falar isso, não sabe o dia de amanhã. Mas vontade não tenho não. Foi uma candidatura muito penosa para mim, muito sofrida. É um tipo de campanha muito suja, muito local, então eu não gostei não. (Sheila).

Foi um desafio enorme que a gente enfrentou que conseguir espaço dentro de comunidade, professores voluntários dentro das comunidades, foi algo que acabou colaborando um pouco assim com meu conhecimento mais amplo de escuta comunitária, de percepção da necessidade daquela realidade já era formada, já era assistente social. Então, já fui acumulando essa minha capacidade de escutar e entender o que era necessário para aquele público específico. Lá no Pré eu também fui gestora de uma Instituição de uma creche no aglomerado da Serra. Essa creche atendia crianças e adolescentes, pais. Então, também foi uma oportunidade muito interessante de conseguir na verdade ter mais contato comunitário. Eu já tinha diminuído um pouco minhas atividades religiosas e aí já estava numa atividade mais comunitária. (Ana Paula).

Se surpreenderam (seus pais) muito, ninguém imaginava. Inclusive meu pai de início não apoio porque não que ele não achasse que não era importante e que eu não desse conta, ele ficou com medo: "gente, minha filha eu não te criei para isso, você vai se meter nesse mundo tão sujo, com um monte de corrupção, coisa errada". Porque a visão que as pessoas em geral têm da política. E ele falou: "não, de jeito nenhum, não te criei para isso" e tudo. (...), mas depois que eu tomei a decisão e falei: não, já estou candidata, é isso, as propostas são essas. Aí ele foi maior cabo eleitoral de todos, fazer propaganda para todo mundo, ajudou demais. Então assim, era mais receio mesmo de cuidado. (Laura)

Todos os capitais, familiar, associativo, educacional, profissional, institucional aparecem como mecanismos para o sucesso eleitoral dessas mulheres. Elas utilizam diversas estratégias para driblar as dificuldades, como a falta de recursos e de apoio partidário, contando com o apoio das famílias, dos amigos, dos mentores políticos e de seus conhecimentos profissionais. Utilizam mecanismos tradicionais e mecanismos não convencionais nas campanhas políticas.

6.5 Marcadores sociais da diferença

Representatividade aparece como fator importante na busca dos votos. A identidade com os grupos anteriormente silenciados, permite que estes deslumbrem a possibilidade de ter voz, por intermédio das Deputadas.

Olha, interferiu, eu acho assim positivamente. Eu já tinha um escudo que eu tinha identificado que a Assembleia de Minas nunca tinha tido Deputadas negras. Então, quando eu me apresentava para a população para pedir voto, eu dizia muito para as pessoas que eu ia ter muito orgulho, muita responsabilidade de representar essa população que nunca tinha tido nem voz nem vez na Assembleia(...) porque isso era sinal que a gente de fato estava mudando a política. Então, que eu sinto que eu vejo é que ao ser mulher negra e estar na política a gente está trabalhando uma alta representatividade na nossa população, que é na maioritariamente feminina e que é maioritariamente negra. Porque é um povo que ficou muito tempo invisibilizado. (Ana Paula)

O grupo de Deputadas da 19ª Legislatura conta com uma pluralidade de mulheres, com perfis distintos entre si. Algumas delas contam com características que não se enquadram no imaginário de uma figura política e talvez tenha sido este o fator de identificação que parte do eleitorado considerou ao escolhê-las como representantes.

No caso da Deputada Ana Paula, por exemplo, durante a entrevista ela se apresentou com seu cabelo natural e roupa casual, característica que traz identidade e identificação com o grupo de mulheres que ela mesma ressalta defender. Isso se torna uma capital eleitoral.

Há um estereótipo criado no senso comum de que a mulher para ter um cargo importante precisa de determinadas características, como ser banca e se vestir de acordo com um código social. O que se contrapõe ao papel do parlamentar, pautado na discussão de ideias, onde a aparência física e forma de vestir não deveriam ser relevantes na escolha do candidato ou no exercício da função.

E aí essa questão da discriminação eu recebi assim, várias discriminações no sentido assim, de pessoas mesmo da comunidade de falar assim: “não, tem que ficar na sua casa lavando roupa, cozinhando”... de ouvir falar, mas às vezes que eu ouvi assim... nunca me atingiu. Eu sempre, isso me deu mais força para mim poder trabalhar e mostrar o trabalho, mostrar as ações dentro do que eu queria alcançar os objetivos. (...). (Rosângela).

(...) Mas olha que ilusão política não é a cara da sociedade. Eu acabo vendo assim que é muito importante, principalmente que diz respeito a representatividade sabe. É inquestionável quando eu chego nos lugares, me apresento como Deputada, as pessoas olham em cima e embaixo para ver: 'poxa, essa pessoa não tem cara de Deputada'. Deputada não tem cara negra, Deputada não tem cabelo crespo, Deputada não usa calça jeans. Então, a gente impacta (...). E eu sempre aproveito esses olhares estranhos para dizer: sim, na Assembleia precisamos ter pessoas que representem efetivamente a nossa população. (Ana Paula).

Todas são mulheres muito bonitas e se apresentam sempre muito bem arrumadas, com maquiagem, demonstrando vaidade ao mesmo tempo em que demonstram força. Não é uma mulher forte que parece homem, é a mulher forte que é feminina. Há uma mescla entre o lado de submissão aos valores estéticos e até o apelo sexual, ao mesmo tempo.

No caso da Deputada Sheila essa duplicidade se mostra ainda mais evidente. Ela se enquadra no padrão de beleza atual, é jovem, tem cabelos longos com luzes loiras e tudo isso é muito revelador. Demonstra a maneira de se inserir, ela se apresenta sempre como Delegada Sheila, valendo-se de seu cargo como policial, mas está sempre esteticamente consciente. Remete à ideia da mulher maravilha, essa mulher que é linda, mas forte, é a mulher que a mídia enaltece no momento e que parte da população quer como referência. Embora seu cargo na polícia seja de força e masculinidade, a área que ela atua é área tipicamente feminina, ligada aos direitos da criança, à luta contra pedofilia e à educação.

Além da aparência, questiona-se a capacidade dessas mulheres, mesmo com toda a formação e a carreira prévia delas.

(...) o tempo todo, o tempo todo questionando a capacidade, de exercer o cargo, não foi fácil não. (Rosângela).

A receptividade é eles tratam a gente com respeito pelo menos a mim sabe. Eu não sei se por conta da minha profissão, eu sou delegada de polícia. Estou na Polícia Civil já agora janeiro completou vinte anos. Por conta da minha profissão eu sou brincalhona converso com todo mundo, mas na hora de trabalhar eu sou mais séria, mais fechada, mais séria, focada. Então, o pessoal já fica mais arredo comigo também. (Sheila).

São vários os obstáculos vivenciados pelas Deputadas, relativos aos padrões sociais esperados delas. Notando-se na forma como se apresentam e em seus discursos que há, ao mesmo tempo, a tentativa de romper com esses padrões e de se encaixar neles. Um conflito vivenciado não só pelas mulheres na política, mas por todas que querem ver reconhecida sua capacidade, independentemente de sua aparência, ao mesmo tempo em que querem se adequar aos padrões impostos para pertencer.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço político brasileiro, caracterizado como tipicamente masculino, aos poucos vai se abrindo para outros atores da malha social. No caso específico deste estudo buscamos compreender como as mulheres eleitas em 2018 para a ALMG conseguiram superar esse paradigma e alcançar uma cadeira na Assembleia. Os acompanhamentos da trajetória de vida de algumas dessas mulheres lançam luz sobre quem elas são e as circunstâncias e as estratégias utilizadas por elas para o sucesso no pleito de 2018.

O pleito de 2018 elegeu dez mulheres para a ALMG, sendo que atualmente nove exercem o mandato. Embora esse quantitativo ainda seja pequeno em relação ao número de homens, é possível observar seu crescimento ao longo do tempo. Essa é a maior bancada feminina da ALMG desde sua criação. Ademais, essa foi a primeira vez em que foram eleitas mulheres negras para suas cadeiras, três no total. Essa diversidade fortalece o processo democrático, na medida em que possibilita colocar no debate político opiniões e vivências diferenciadas na sociedade.

A 19ª Legislatura da ALMG conta com mulheres singulares, no que se refere a suas trajetórias de vida. Há no grupo histórias únicas, de vivências e oportunidades distintas, mas que em diversos aspectos conversam entre si.

A faixa etária das Deputadas Estaduais mineiras, que varia de 31 a 57 anos, correspondentes a três diferentes décadas, permite observar que, embora próximas, lhes conferem características geracionais, que refletem a ampliação do conhecimento e das mudanças sociais.

Algumas das Deputadas contam com características que não se enquadram no imaginário de uma figura política, o que pode ser considerado fator de identificação para parte do eleitorado considerou ao escolhê-las como representantes.

Todas são mulheres que se valorizam esteticamente, que expressam vaidade ao mesmo tempo em que demonstram força, se mostrando femininas. Todavia, mesmo fugindo do estereótipo masculino de poder, demonstram submissão aos valores estéticos.

No que concerne à estado civil e filhos, a diversidade encontrada leva à conclusão de que não trouxeram impacto direto na elegibilidade dessas mulheres.

A religião predominante foi a religião católica. Embora a religião praticada não tenha aparecido como fator de incremento da elegibilidade, a prática religiosa em si e a militância religiosa aparecem como capital associativo que lhes conferiu identidade, credibilidade, visibilidade e noção do fazer social, muito importantes para conseguirem votos.

A pesquisa também demonstrou que todas ingressaram na carreira política tendo concluído o curso superior, independentemente das dificuldades e/ou facilidades que tiveram durante a vida. O valor dado ao capital educacional, por elas e por suas famílias, merece destaque e pode ser apontado como um fator que lhes conferiu preparo e articulação e possibilitou sua entrada na ALMG.

Outro aspecto importante é o fato de todas terem experiências profissionais desde cedo, ou seja, estudaram e tiveram carreiras profissionais prévias, muitas que lhes deu acesso ao espaço público e lhes colocou em contato com demandas sociais, onde puderam apresentar o seu fazer e seus projetos, conseguindo a atenção dos padrinhos políticos, dos partidos e do eleitorado.

Mesmo trabalhando e estudando essas mulheres constituíram família, tiveram filhos, maridos, o que não significa que conciliar as esferas pública e privada não tenha sido um desafio. Para tanto, a família se apresentou como uma fonte importante de apoio. São mulheres provenientes de famílias com conformações tradicionais, às quais elas atribuem os seus valores morais e sociais.

A importância que elas atribuem à família, citando os ensinamentos e a estrutura familiar em diferentes momentos da vida, demonstra o impacto desse fator em suas carreiras políticas. Falam da participação religiosa e comunitária com familiares, da importância que os pais atribuíam à educação, a participação da nova família adquirida com o casamento e o papel do companheiro.

A constituição desses laços afetivos que constituem o núcleo familiar é sempre evidenciada como fator estruturante e direcionador nas decisões tomadas, bem como o apoio na criação dos filhos, possibilitando atividades da mulher fora do lar.

Mesmo havendo alguma descrença de familiares, em especial por parte pais e maridos, quando da decisão pela vida política, o que se observa é um total apoio quando esse intento se torna real. A despeito disso são bastante dolorosos os relatos de ter que deixar os filhos aos cuidados de outras pessoas, de não estar em casa e cuidar do marido, fato que por vezes ocasionou perdas.

Há sempre manifestação de gratidão aos familiares que tornaram esses eventos menos penosos, garantindo a segurança dos filhos, enquanto elas estavam menos presentes. Essas mulheres conseguiram conciliar vida pessoal e vida pública, mas é evidente que ainda paira sobre elas algo de “culpa” por delegarem alguns cuidados com os filhos e companheiros, fato que não se observa em relação aos homens que abraçaram a mesma carreira política, casaram e tiveram filhos.

No percurso político das Deputadas aparecem os impactos do sistema eleitoral brasileiro, que combina, para esse cargo do Poder Legislativo, a representação proporcional com a lista aberta. Ainda que apareça em alguns momentos a vantagem de tal sistema, que permitiu que algumas fossem eleitas com poucos votos, por força da existência de coligações, em sua grande maioria, elas destacam as dificuldades trazidas pelo sistema proporcional e pela lista aberta, pois geralmente são chamadas pelos partidos para trazerem votos para suas chapas e não para serem efetivamente eleitas.

Quando analisamos a escolha do partido ou migração partidária, foi possível perceber que não se dá necessariamente por uma identificação ideológica, mas sim por ser o partido do mentor político ou por um interesse do partido em tê-las como candidatas, à exceção de uma delas, que buscou o partido pela identificação com a plataforma política.

Essas mulheres apresentam capitais prévios diversos, cada uma delas com ao menos um capital, como capital associativo, institucional, familiar e educacional. Os partidos e os políticos que as cercam vislumbram nelas tais capitais e as vantagens trazidas por eles na conquista de votos.

Em que pese os partidos reconheçam e se interessem pelos capitais que essas mulheres possuem e elas se valham deles para alcançar visibilidade e se elegerem, elas demonstram surpresa quando têm sucesso no pleito eleitoral, o que evidencia que duvidavam que poderiam alcançar tal espaço.

A política não aparece em seus percursos como um projeto de vida, mas como uma consequência de suas trajetórias de vida e de seus desejos de ocuparem o espaço público, o que condiz com a literatura sobre o tema. Entretanto, observa-se uma possibilidade de avanço com o fato de uma das Deputadas ter a política como um projeto pessoal, o qual ela buscou.

As Deputadas evidenciam que receberam poucos recursos para as campanhas e o número de votos, no caso delas, não estava relacionado aos recursos financeiros, pois as mais votadas não foram as candidatas com maior caixa eleitoral.

Elas utilizaram diversas estratégias para driblar as dificuldades, como a falta de recursos e de apoio partidário, contando com o auxílio das famílias, dos amigos, dos mentores políticos e de seus conhecimentos profissionais. Utilizam mecanismos tradicionais e mecanismos não convencionais, como as redes sociais, nas campanhas políticas.

Como estratégias de campanha, principalmente para burlar a falta de apoio, principalmente financeiro, elas valeram-se da internet, dos projetos sociais que participam, do corporativismo associativo, sindicalismo, contatos estabelecidos no decorrer da vida e de alianças com demais políticos, seja para associar sua imagem ou para dividir os custos da campanha.

As cotas eleitorais para as mulheres não aparecem nas entrevistas e todas elas buscam valorizar sua competência como fator de sucesso para o pleito. Elas não atribuem seu sucesso eleitoral ao fato de serem mulheres ou às cotas, da mesma forma que evitam usar o termo “feminismo”.

Ainda que as entrevistadas fujam do termo feminismo em suas falas e prefiram sempre falar em “pautas femininas”, elas demonstram ter consciência da importância da bancada feminina, do pouco número de mulheres e da interação e respeito que existe entre as Deputadas eleitas na ALMG. Outro fator que demonstra a consciência delas sobre a necessidade de se ter mais mulheres na política é a promoção e envolvimento delas com projetos voltados exatamente a fomentar a participação política feminina.

Quanto ao interesse em reeleição e na permanência na política, identificou-se que há vontade em todas elas, mas há certo receio em buscar cargos mais altos. Uma das razões encontradas foi a insegurança em disputar cargos com outros políticos já estabelecidos em sua base partidária.

Cabe destacar que este estudo se refere a um grupo específico, o que impede sua generalização. Contudo, aponta diversas estratégias, utilizadas pelas Deputadas mineiras, que podem ser consideradas válidas e úteis para a compreensão dos esforços das agentes e ampliação da representatividade feminina na política.

Ademais, essa pesquisa permite perceber que já existem avanços, ante a diversidade encontrada entre as Deputadas Eleitas em 2018 e de ter entre elas uma mulher mais jovem, que vê a política como um projeto pessoal e traz estratégias inovadoras.

Fica evidente a necessidade de dar continuidade a esse tipo de estudo. Existem variáveis que não puderam ser relacionadas na presente pesquisa, mas que podem ser adicionadas e

correlacionadas na análise. Importante, também, conhecer as trajetórias das mulheres na política em outras regiões do país e em outras Casas do sistema político brasileiro, para entender se há influência regional e do cargo a ser exercido. Outra questão importante é a necessidade de conhecer a trajetória delas dentro do parlamento, instância nacional que pode revelar maior diversidade nas trajetórias das mulheres engajadas na política brasileira, que se apresenta como possibilidade de investigação futura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carla. LUCHMANN, Lígia e RIBEIRO, Eduardo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº8, Brasília, maio –agosto de 2012, pp. 237/267

ALMG. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. A Assembleia: Memória - Linha do Tempo 1835 - 1889. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/a_assembleia/memoria/linha_tempo/1835-1889/index.html>. Acesso em: 07 jun 2021.

ALMG. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESSTADO DE MINAS GERAIS. CONHEÇA OS DEPUTADOS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2021b. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/deputados/conheca_deputados/?aba=js_>. Acesso em: 20 jun 2021.

ÁLVARES, Maria Luiza Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. *Dados*, vol. 51, nº 4, 2008.

ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. *Revista Brasileira de Ciência Política* [online]. 2015, v. 00, n. 18 [. Acessado 21 agosto 2021], pp. 265-300. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-335220151810>>. ISSN 2178-4884. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151810>.

ANDREAZI, J.; VICENTE, J. D. C. L. V. Diversidade de Gênero e Raça: Essa Pauta Importa. *Migalhas*, p. 30, mar 2021. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/342598/diversidade-de-genero-e-raca-essa-pauta-importa>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

ARAÚJO, Clara. A intercessão entre gênero e partidos políticos no acesso das mulheres às instâncias de representação. Disponível em http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Executivo/A_Intercessao_entre_Genero_e_Partidos_Politicos_no_Acesso_das_Mulheres_as_Instanceas_de_Representacao.pdf, s/d. pdf - Acesso em junho de 2021

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*, nº 1, 2001.

ARAÚJO, Clara. Mídia, Gênero e Legitimidade: espaços de candidatas em tempos de competição eleitoral e de políticas de cotas. *Seminários Temáticos, Seminário Internacional Fazendo Gênero* 7. 2006b. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/C/Clara_Araujo_34.pdf. Acesso em junho de 2021

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política *Revista Sociologia Política*, nº 24, 2005.

ARAÚJO, Clara. Por que as mulheres ainda concorrem pouco no Brasil? 2006a. disponível em http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Executivo/Por_que_as_mulheres_ainda_concorrem_pouco_no_%20Brasil.pdf - Acesso em junho de 2021

AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira. Unesp e Konrad-Adenauer, 2000.

ÁVILA, Rebeca Contrera e PORTES, Écio Antônio. —Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. Mal-Estar e Sociedade, Ano II, nº 2, 2009.

BAHIA, Alexandre. A Função Contramajoritária da Constituição Brasileira de 1988 em Proteger Minorias: estudo sobre ADInO. n. 26. *Heremênutica, Justiça Constitucional e Direitos Fundamentais*. Curitiba: Juruá, 2016, 371-400.

BAHIA, Alexandre; BARTH, Rochelle C. Cotas femininas nos parlamentos: uma discussão sobre o papel da mulher na política e no mercado. In: Paulo César Nodari; Cleide Calgare; Luiz Síveres (orgs.). *Ética, direitos humanos e meio ambiente: reflexões e pistas para uma educação cidadã responsável e pacífica*. Caxias do Sul: EDUCS, 2017, p. 67-83. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-etica-direitos-humanos_2.pdf. Acesso em junho de 2021

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. *Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>>. - Acesso em junho de 2021

BARTHES, R. "Introduction à l'analyse structurale des récits". *Communication*, nº spécial, 1966, réédité dans *L'analyse structurale du récit*. Seuil-Points, 1981, pp. 7-33.

BIROLI, Flávia. *Teorias feministas da política, empiria e normatividade*. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452017000300173 – Acesso em junho de 2021

BLAY, Eva A. O visível e o limite dos movimentos sociais na construção da prática pública. In: MENICUCCI DE OLIVEIRA, Eleonora. (Org.) *Mulheres: da domesticidade à cidadania. Estudos sobre movimentos sociais e democratização*. Águas de São Pedro-SP, ANPOCS/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Planalto, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 mai. 2021.

BRASIL. Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. *Código Eleitoral*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html> - Acesso em junho de 2021.

BRASIL. Decreto nº 24.129, de 16 de abril de 1934. *Dispõe sobre o alistamento e a organização dos arquivos eleitorais, e dá outras providências...* Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24129-16-abril-1934-516021-publicacaooriginal-1-pe.html>. - Acesso em junho de 2021.

BRASIL. *Emenda Constitucional (EC) nº 97/2017*. *Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição*. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2017/emendaconstitucional-97-4-outubro-2017-785543-norma-pl.html>- Acesso em junho de 2021.

BRASIL. Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Dispõe sobre normas para as eleições. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm.- Acesso em junho de 2021

BRASIL. Lei Federal nº 4121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. – Acesso em junho de 2021

BRASIL. Lei nº 9.100 de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/111051/lei-9100-95>. - Acesso em junho de 2021

BRASIL. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 -

BRASIL. Lei nº. 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm. - Acesso em junho de 2021.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º5617. Distrito Federal: Supremo Tribunal Federal, 2016.

BRASIL. Plataforma Mais Mulheres no Poder. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2016. Disponível em: < http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/2016/plataforma-mais-mulheres-no-poder-2016_web.pdf >. Acesso em junho de 2021

BRINGHENTI, Taiane Fabiele da Silva e MÁRQUEZ, Lara Agustina Sosa. Quem são as mulheres na política? Perfil social e carreira das deputadas federais eleitas entre 1933 e 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Mariana/Downloads/Quem%20s%C3%A3o%20as%20mulheres%20na%20pol%C3%ADtica_%20Texto%20integral%20ANPOCS.pdf - Acesso em junho de 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Bancada feminina na Câmara sobe de 51 para 77 deputadas. Política e Administração pública, 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/545897-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77->>. Acesso em: 16 junho 2021.

CAMILLOTO, Bruno. Direito, Democracia e Razão Pública. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016, p. 23-128

CAVALCANTE FILHO, João Trindade. Processo Legislativo Constitucional. 2ª ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

CICOUREL, A. *Cognitive Sociology. Language and Meaning in Social Interaction*. 1972. Trad. PUF, 1979

Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm – Acesso em junho de 2021.

CORRÊA, J. As pioneiras que abriram o caminho para as mulheres na política brasileira. *Revista EXAME*, 2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/as-pioneiras-que-abriram-o-caminho-para-as-mulheres-na-politica-brasileira/>>. Acesso em: 08 junho 2021.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*, Niterói, v.5, n.2, p.9-35, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137>. Acesso em junho de 2021

DESCHAMPS, Jaques Paul et al. Dinheiro e sucesso eleitoral em 2008, 2012 e 2016 no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 3, p. 736-756, 25 jun. 2021.

DUARTE, Constância Lima. CARMO, Dinorah. LUZ, Jalmelice. (Autoras). *Mulheres de Minas: lutas e conquistas.* / Constância Lima Duarte; Dinorah Carmo; Jalmelice Luz. – Belo Horizonte: Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, Imprensa Oficial, 2008.

DUBAR, Claude. (Et. All) *L'autre jeunesse. Jeunes stagiaires sans diplôme*, Lille, Presses Universitaires, 1987.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educ. Soc.* [online]. 1998, vol.19, n.62, pp.13-30.

DULCI, O. S.; FARIA, M. A. *Diálogo com o tempo: 170 anos de Legislativo Mineiro*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2005.

DULCI, Otávio Soares; FARIA, Maria Auxiliadora. *Diálogo com o tempo: 170 anos de Legislativo Mineiro*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2005.

FIEMS, FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. Brasil perde uma posição em ranking do Índice de Desenvolvimento Humano. *Sistema FIEMS*, 2019. Disponível em: <<http://www.fiems.com.br/noticias/brasil-perde-uma-posicao-em-ranking-do-indice-de-desenvolvimento-humano/30536>>. Acesso em: 19 junho 2021.

FRASER, Nancy. E HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition?* Verso, 2003.

FRASER, Nancy. *Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition*. Routledge, 1997.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos Feministas*, nº15, vol. 2, 2007.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, n. 70, 2007, p. 101-138. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf> - Acesso em junho de 2021

GOMES, Larissa Peixoto Vale. A presença feminina nos espaços legislativos: um estudo das eleições de 2010 para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9AXGJ5> - Acesso em junho de 2021

GOMES, J. J. Direito Eleitoral. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOUGES, Olympe de. Les droits de la femme. Paris: s.l.p., 1791.

GREGORI, Juciade. Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/Mariana/Downloads/38949-Texto%20do%20artigo-171760-1-10-20180212%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Mariana/Downloads/38949-Texto%20do%20artigo-171760-1-10-20180212%20(1).pdf) – Acesso em junho de 2021

HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. Brasiliense, 1981.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero: Uma Breve Introdução. Disponível em: http://www.coepbrasil.org.br/opiniao_genero.asp. Acesso em junho de 2021

Hermenêutica, Justiça Constitucional e Direitos Fundamentais. Juruá: Curitiba, 2016, p. 371-400.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p.595-609, set. /dez. 2007.

HUGHES, E.C. Men and their work. Glencoe, The Free P, trad. Partielle in: Le regard sociologique. Textes choises et présentés par J.M. Chapoulie, Paris, éd. de l'press, 1996.

IPU, INTER-PARLIAMENTARY UNION. Women in national parliaments. Inter-Parliamentary Union, 2019. Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em: 20 junho 2021.

JONES, Mark, P. —Gender quotas, electoral laws, and the election of women – Evidence from the Latin American Vanguard. Comparative Political Studies, vol. 42, n° 1, 2009.

MACIEL, Ana Paula Brito; ALARCON, Anderson de Oliveira; GIMENES, Éder Rodrigo. Partidos políticos e espectro ideológico: Parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. Revista Eletrônica de Ciência Política, [S.l.], v. 8, n. 3, jan. 2018. ISSN 2236-451X. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/54834>. Acesso em: 21 ago. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/recp.v8i3.54834>.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. O novo constitucionalismo latinoamericano 2: rupturas – diversidade. Revista Eletrônica de Direito do Centro universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, n. 28, jan. /abr. 2016, p. 10-19. Disponível em: <http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2016/02/DIR-28-01.pdf>. - Acesso em junho de 2021

MARENCO, André. SERNA, pin. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento político em Brasil, Chile e Uruguai. RBS, Vol.22, nº64, junho 2007, p. 93/114

MARTINS, Eneida Valarini. A política de cotas e a representação feminina na câmara dos deputados. 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Mariana/Downloads/politica_cotas_martins.pdf - Acesso em junho de 2021

MATOS, Marlise. Paradoxos da Incompletude da Cidadania política das Mulheres: novos horizontes para 2010. Em Debate – Opinião Pública e Conjuntura Política, vol. 2, 2010, pp.31-59.

MATOS, Marlise. Recentes Dilemas da Democracia e do Desenvolvimento no Brasil: porque precisamos de mais mulheres na política? Sinais Sociais, v. Vol. 5, 2011. p. 110-142

MEIRELES, Fernando. Carreiras políticas na Câmara dos deputados: uma análise quase experimental. Revista Dados, Rio de Janeiro, vol. 62 (4), 2019, p. 01/38

MIGUEL, Luís Felipe. advocacyll. Lua Nova, n° 84, 2011.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiroll. Revista Sociologia Política, n° 20, 2003b.

MIGUEL, Luís Felipe. e CAMPOS, Luiz Augusto. —O oito de março no Congresso: representações da condição feminina no discurso parlamentarll. Cadernos Pagu, n° 31, 2008.

MIGUEL, Luís Felipe. e FEITOSA, Fernanda. —O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputadosll. Dados, vol. 52, n° 1, 2009.

MIGUEL, Luís Felipe. e QUEIROZ, Cristina Monteiro. —Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. Estudos Feministas, vol. 14, n° 2, 2006.

MIGUEL, Luís Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieull. Revista de Sociologia e Política, vol. 18, n°36, 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e singularidade feminina. Estudos Feministas, n° 1, 2001.

MIGUEL, Luís Felipe. Representação Política em 3-D – Elementos para uma teoria ampliada da representação polítical. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, n° 51, 2003a.

MIGUEL, Luís Felipe. —Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, n° 44, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. Dados, 2015, 58: 721-747.brih

NICOLAU, Jairo. O sistema de lista aberta no Brasil. Dados, vol. 49, n° 4, 2006.

ONU MULHERES. O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010. Rio de Janeiro: Outubro, 2011. Disponível em: < http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf >. Acesso em junho de 2021

PAIVA, Wilson Alves. A QUESTÃO DA MULHER EM ROUSSEAU E AS CRÍTICAS DE MARY WOLLSTONECRAFT. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, v. 18, n. 3, p. 357 – 380. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Mariana/Downloads/70715-252275-1- PB.pdf> - Acesso em junho de 2021

PATEMAN, Carole. Defending equality of outcome. LSE Research Online, 2004. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/archive/00000533>. - Acesso em junho de 2021.

PATEMAN, Carole. —Equality, pluralism, universality: current concerns in normative theory. British Journal of Politics and International Relations, vol. 2, n° 2, 2000.

PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual. São Paulo: Paz e Terra, 1993. PHILLIPS, Anne. The politics of presence. Claredon, 1995.

PATEMAN, Carole. The Disorder of Women. Stanford University Press, California, 1987.

PATEMAN, Carole. Who Needs Civil Society? A Feminist Perspective. Dissent, n° 46, 1999.

PNUD, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. New York. 2019.

PNUD, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. O que é o IDH. PNUD Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>. Acesso em: 21 junho 2021.

PNUD, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD apresenta Relatório de Desenvolvimento Humano 2019 com dados de 189 países. PNUD Brasil, 09 dezembro 2019. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/pnud-apresenta-relatorio-de-desenvolvimento-humano-2019-com-dado.html>. Acesso em: 21 junho 2021.

PNUD, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/condicoes-de-partida-podem-determinar-desigualdades-no-futuro--r.html>. Acesso em: 21 junho 2021.

PNUD, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório do Desenvolvimento 2006. PNUD. New York. 2006.

QUEM SÃO AS MULHERES NA POLÍTICA? PERFIL SOCIAL E CARREIRA DAS DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS ENTRE 1933 E 2018. Taiane Fabiele da Silva Bringhenti (Doutoranda PUCRS) Lara Agustina Sosa Márquez (Doutoranda PUCRS) <https://doi.org/10.1590/0034-761220200117>

RABAY, Gloria Freire; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano. Revista Org & Demo, 2011, 12.1: 81-94. ALBERTI, Verena. Manual de história oral, 3ed ver. Atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

RABAY, Gloria. Freire; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano. *Democracia, Direitos Humanos e Gênero. Org & Demo*, Marília, v.12, n.1, p.81-94, jan. /jun., 2011. Disponível em: Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 30, n. 2 – jul. /dez. 2017 – ISSN online 1981-3082 68

REZENDE, Cornela Carnelos. EPITÁCIO, Sara. Mulheres à esquerda e à direita: carreiras políticas e partidos políticos. *Mediações*, Londrina, v22 n1 Beatriz 50/366, jan/jun 2017.

RICOEUR, P. Temps et récit II. Paris, Seuil, 1984.

ROSAVALLÓN, Pierre. La legitimidad democrática: imparcialidad, reflexividad, proximidad. Manatí, 2010.

ROSSI-DORIA, Anna. Representar um corpo individualidade e “Alma Coletiva” nas lutas pelo sufrágio. In: BONACHI, Gabriela & GROPPPI, Angela (orgs.). O dilema da cidadania. Editora da Unesp, São Paulo. 1995.

SACKS, A. Lecture on conversation. Oxford, Basil Blackwell, 1992

SAFFIOTI, Heleieth. A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade. Petrópolis: Vozes, 1976

SAFFIOTI, Heleieth. ALMEIDA, S. S. Violência de Gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado e Violência. 2 eds. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2014.

SANTOS, Yumi Garcia dos. The implementation of women's governmental organizations in Brazil and the role of the feminist movement: the case of the Council on the Condition of Women in São Paulo State. *Cad. Pagu* [online]. 2006, n.27, pp.401-426. – Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332006000200015&lng=en&nrm=iso – Acesso em junho de 2021

SENADO FEDERAL. Senadores por UF: Senadores de MG. Senado, 2021. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/por-uf/-/uf/MG>>. Acesso em: 23 junho 2021.

SILVA, Bruna Camilo de Souza Lima e. Patriarcado e teoria política feminista: possibilidades na ciência política. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/31963/4/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Bruna%20Camilo%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20encadernada.pdf> – Acesso em junho de 2021.

SILVA, Carla. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. 2018. Disponível em: http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/desigualdade_imposta.pdf – Acesso em junho de 2021.

SOUSA, Luana Passos de e GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123 – Acesso em junho de 2021.

STUDART, P. H. D. M. Quando, afinal, há segundo turno em uma eleição? Revista Eletrônica da EJE, Brasília, v. 3, n. 6, out/nov 2013.

TORRES, D. Sistemas eleitorais brasileiros. Revista Eletrônica da EJE, Brasília, v. 4, n. 4, p. 19-21, jun/jul 2014.

TRE MG, TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Eleitorado. TRE-MG, 2020. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNjJkOGYwNjMtMjUyZi00OTg2LThjNWEtMTg4NTVIZjdlMDIjIiwidCI6ImQzNjM2NzNkLTE0MTMtNDIxMC1hMzI0LWQ1NmFhMzY0MDFjNyJ9&pageName=ReportSection>>. Acesso em: 13 junho 2021.

TRE PI. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOPIAÚ. Dúvidas frequentes: Das Coligações. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, 2021. Disponível em: <<https://www.tre-pi.jus.br/partidos/duvidas-frequentes/dos-candidatos>>. Acesso em: 09 jun 2021.

TSE, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Participa Mulher. Justiça Eleitoral, 2021b. Disponível em: <<https://www.justicaeleitoral.jus.br/participa-mulher/#estatisticas>>. Acesso em: 9 junho 2021.

TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Eleição Geral Federal 2018, 2018. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>>. Acesso em: 17 jun 2021.

TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatísticas Eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral, 2021a. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 17 junho 2021.

TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Filiação partidária. Tribunal Superior Eleitoral, 2021c. Disponível em: <partidária>. Acesso em: 07 jun 2021.

TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Recurso Especial Eleitoral n.º784-32.2010.6.14.0000 Belém-PA. Revista de Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, v. 21, n. n.1, jul/set 2010. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/revista_jurisprudencia/RJTSE21_3.pdf>. Acesso em: 08 jun 2021.

TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução n° 23.575, de 28 de junho de 2018. Altera a Resolução-TSE n° 23.553, de 18 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2018/resolucao-no-23-575-de-28-de-junho-de-2018>>. Acesso em: 09 jun 2021.

URBINATI, Nádía. Gender transformations. Routledge, 1997.

URBINATI, Nádía. —O que torna a representação democrática? Lua Nova, 2006. WALBY, Sylvia. Theorizing patriarchy. Basil Blackwell, 1991.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (organizadores). A mulher brasileira nos espaços público e privado. Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIANNA, Oliveira. História Social da Economia Capitalista no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói, RJ: Eduff, 1987. (Volume I)

VITA, Álvaro de. Pluralismo moral e acordo razoável. Lua Nova, n.39, 1997, .125-148. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a08n39.pdf> - Acesso em junho de 2021

WARREN, Mark. 2001. Democracy and association. Princeton: Princeton University.

WOLLSTONECRAFT, Mary. A vindication of the rights of woman. J. Johnson, 1792. Disponível em: <http://oll.libertyfund.org/title/126> - - Acesso em junho de 2021

WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Gender Gap Index 2020. World Economic Forum, 2021. Disponível em: <https://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2020/the-global-gender-gap-index-2020/>. Acesso em: 21 junho 2021.

YOUNG, Iris Marion. Justice and the politics of difference. Princeton, 1990.

YOUNG. Inclusion and democracy. Oxford, 2000

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada e participar na pesquisa de campo referente à dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – intitulado A INSERÇÃO DA MULHER NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE VIDA DAS DEPUTADAS ESTADUAIS DA 19ª LEGISLATURA, desenvolvida pela mestrandia Mariana De Mattia Rocha, a qual poderá ser contatada e consultada a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail maridemattia@gmail.com e do telefone (31) 99399-5645.

Fui informada, ainda, de que a pesquisa é orientada pela Professora Doutora Yumi Garcia dos Santos, a quem poderei contatar e consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail yumigarciasantos@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é compreender quem são as mulheres que compõem a 19ª Legislatura da ALMG, por meio da trajetória de vida de cada uma das 10 mulheres eleitas em 2018, e como essa trajetória pessoal e profissional possibilitou a sucesso no pleito eleitoral.

Fui também esclarecida de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora. Fui ainda informada de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2021

Assinatura da participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Assinatura testemunha: _____

APÊNDICE B – CARTA APRESENTAÇÃO E CONVITE PARA A ENTREVISTA

Bom dia, Excelentíssima Deputada,

Meu nome é Mariana De Mattia Rocha, sou mestranda do programa de Sociologia da UFMG e estou desenvolvendo a minha dissertação de mestrado para compreender quem são as mulheres que compõem a 19ª Legislatura da ALMG, por meio da trajetória de vida de cada uma das 10 mulheres eleitas em 2018, e como essa trajetória pessoal e profissional possibilitou a sucesso no pleito eleitoral.

Sua valorosa participação é imprescindível para traçar o processo de inserção das mulheres na carreira de Deputada estadual. Sua luta para compor a bancada feminina da ALMG é inspiradora e sua importante contribuição na representatividade das mulheres no parlamento e sua pauta voltada aos direitos das mulheres é parte fundamental em minha pesquisa.

Assim, faço este primeiro contato na expectativa de que possa aceitar o convite para participação e, caso aceite, gostaria de saber se há disponibilidade em sua agenda para marcarmos a entrevista, que será realizada de forma virtual, ante a pandemia de COVID-19.

Antecipadamente agradeço.

Mariana De Mattia Rocha

Mestranda em Sociologia pela UFMG

**APÊNDICE C – ROTEIRO BASE ADAPTADO À CADA DEPUTADA DE ACORDO
COM AS INFORMAÇÕES OBTIDAS PREVIAMENTE**

DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO
Nome completo:
Data de nascimento:
Cor:
Estado Civil:
Cidade de nascimento:
Religião:
E-mail:
Site Pessoal:
Telefones:
Redes Sociais:
DADOS PRÉVIOS OBTIDOS:
Bens declarados:
Investimento na campanha:
Nº de votos:
Partido político:
Coligação:
Mandato:
Formação:
Ocupação profissional:
Pautas:

APÊNDICE D – ROTEIRO GERAL DE PERGUNTAS ADAPTADO PARA CADA ENTREVISTADA COM INFORMAÇÕES PREVIAMENTE OBTIDAS

1ª pergunta – Deputada, começamos falando da sua família, me conte mais sobre sua origem, sobre seus pais, irmãos.

Na sua casa a política era um assunto recorrente?

Como era a participação religiosa?

2ª pergunta – Deputada, me conte sobre sua infância e adolescência, como eram seus estudos, rotina.

3ª pergunta – Durante a adolescência você se envolveu no movimento estudantil? Como foi? Porque se envolveu nesse espaço?

4ª pergunta – Com que idade começou a trabalhar?

Qual a primeira ocupação?

Trabalhava e estudava?

5ª pergunta – Vi que é formada em [...], me conte um pouco das razões que te levaram a fazer esse curso?

Em que ano iniciou a faculdade?

Como era o espaço universitário?

Estava envolvida com a militância nesse espaço?

6ª pergunta – Você teve alguma relação com o movimento sindical?

7ª pergunta – Você poderia me falar um pouco das suas crenças religiosas?

Participou de movimentos sociais da igreja?

8ª pergunta – Você se importaria de me falar um pouco sobre seu casamento e filhos?

Acredita que o casamento e os filhos influenciam na carreira política?

9ª pergunta – Essa é sua primeira candidatura?

Como e quando iniciou sua vida política?

Como e quando se filiou pela primeira vez? Qual partido?

Foi convidada ou se afiliou por iniciativa própria?

Por quais partidos passou?

Você foi influenciada por alguém? (Pais e irmãos)

10ª pergunta – Como surgiu a vontade de se candidatar?

Como foi o apoio do partido?

11ª pergunta – Como foi a sua campanha para o cargo de Deputada Estadual em 2018?

E o custeio (Investimento próprio e/ou partidário)?

Quais estratégias de campanha?

Teve algum tipo de apoio? Qual?

Quais problemas enfrentados na campanha? (Pessoais, com o partido, para conseguir votos).

12ª pergunta – Pretende se candidatar novamente?

Para o mesmo cargo ou outro? Qual?

Caso a resposta seja negativa, buscar as razões.

13ª pergunta – Sendo uma das primeiras mulheres negras no cargo de Deputada estadual em Minas Gerais, como você se sentiu ao ingressar na ALMG?

Encontrou algum obstáculo ou resistência por ser uma mulher negra?